



**RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE
2024**

Mensagem da Administração



Joaquim Cadete

Presidente do Conselho de
Administração

O ano de 2024 representa um ponto de reforço na trajetória do Grupo PARPÚBLICA em matéria de sustentabilidade. Com a publicação desta nova edição do Relatório de Sustentabilidade, reafirmamos o compromisso assumido em anos anteriores: integrar, de forma sistemática e transparente, os princípios ESG na gestão do património público e na atuação das entidades participadas.

Este relatório aprofunda a abordagem iniciada em exercícios anteriores, consolidando práticas e indicadores que refletem a evolução do Grupo no alinhamento com os principais referenciais nacionais e internacionais, incluindo as normas europeias de relato de sustentabilidade. A sua estrutura permite avaliar o desempenho do Grupo de forma transversal e integrada, promovendo uma atuação orientada para a criação de valor duradouro e sustentável. Enquanto holding pública com participações estratégicas em setores como o abastecimento de água, a gestão florestal, o imobiliário público, os mercados abastecedores e a produção monetária e editorial, a PARPÚBLICA assume a sustentabilidade como eixo transversal à sua atuação. No atual enquadramento institucional, a sustentabilidade configura-se como um imperativo ético e estratégico. O Grupo enfrenta múltiplos desafios, nomeadamente a valorização de ativos públicos, a gestão eficiente e transparente dos recursos, o estímulo à economia circular e a redução da pegada ambiental. A capacidade de resposta a estes desafios depende, em grande medida, da articulação eficaz com as partes interessadas e da sua integração nas decisões estratégicas.

Cumprir destacar o esforço desenvolvido pelas empresas que integram o Grupo, as quais, a partir de realidades distintas, têm vindo a convergir na implementação de práticas sustentáveis. A definição de políticas ambientais e sociais, a publicação de relatórios setoriais e a identificação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários representam progressos concretos nesse percurso. Reconhecendo, todavia, que subsistem desafios relevantes, o Grupo assumiu o compromisso de desenvolver uma estratégia de sustentabilidade integrada, com base no princípio da dupla materialidade e alinhada com as exigências regulatórias e os riscos e oportunidades emergentes.

Este relatório deve ser entendido não apenas como um exercício de reporte obrigatório, mas como um instrumento de governação e um apelo à responsabilização coletiva. Os indicadores, métricas e iniciativas aqui apresentados refletem uma abordagem coordenada e orientada para a transformação do património público num legado sustentável.

Agradeço, de forma institucional, o contributo de todas as equipas do Grupo, dos parceiros estratégicos e das partes interessadas que colaboram diariamente para a concretização desta missão. Este é o primeiro de vários relatórios que, com ambição e rigor, reforçarão o papel estruturante que a PARPÚBLICA se propõe desempenhar na construção de um futuro mais justo, resiliente e sustentável.

Overview

10 empresas

6 setores

0
condenações por infrações

0
Casos confirmados de
corrupção e suborno

4823
Trabalhadores

99%
de trabalhadores com
contratos permanentes

48%
Consumo de energias
renováveis

+ 600 M m³
Consumo de água

Índice

01 Grupo PARPÚBLICA

Página 7

- 1.1. Missão , Visão e Valores
- 1.2. As participadas
- 1.3. Modelo Empresarial
- 1.4. Estratégia do Grupo

02 O compromisso com a Sustentabilidade

Página 15

- 2.1. Desempenho da Agenda 2030
- 2.2. Gestão de Risco
 - 2.2.1. Materialidade
 - 2.2.1.1. Partes Interessadas Afetadas
 - 2.2.1.1.1. Mecanismos de
 - 2.2.2. Dupla Materialidade

03 Governação

Página 30

- 3.1. Funções e Composição do Conselho de Administração
- 3.2. Conduta Empresarial
- 3.3 Anticorrupção
- 3.4. Gestão de Fornecedores

04 Social

Página 39

- 4.1. Condições de Trabalho
 - 4.1.1. Formação e Desenvolvimento de Competências
 - 4.1.2. Saúde e Segurança no Trabalho
 - 4.1.3. Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
 - 4.1.4. Políticas de Remuneração
- 4.2. Diversidade

05 Ambiente

Página 48

- 5.1. Gestão de Energia
- 5.2. Emissões de Gases com Efeito de Estufa
- 5.3. Gestão da Água
- 5.4. Economia Circular

8º RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Comprometidos com um crescimento sustentável da sua atividade, ambicionam atingir um patamar mais elevado de maturidade em matéria de sustentabilidade, sustentado em objetivos e métricas que assegurem elevados padrões de **TRANSPARENCIA E CREDIBILIDADE.**

O **Relatório de Sustentabilidade 2024** do Grupo PARPÚBLICA, Participações Públicas, SGPS, SA, doravante designado por “Grupo”, foi desenvolvido com base em ferramentas, metodologias e *standards* internacionais, incluindo as Normas Europeias de Relato em Sustentabilidade e a **AA1000 Stakeholder Engagement Standard.**

Este relatório é uma aplicação da Diretiva 2013/34/EU, em 2022 alterada pela Diretiva 2022/2464 (Corporate Sustainability Reporting Directive). O presente capítulo pretende dar resposta à legislação e referenciais mencionados, demonstrando o impacto do grupo nas questões de sustentabilidade, bem como apresentando as informações necessárias para compreender de que forma as questões de sustentabilidade afetam a evolução, o desempenho e a posição do grupo.

A estrutura do relatório adota uma abordagem **ESG**, refletindo uma divisão estratégica para a apresentação de indicadores e métricas relacionados com os temas materiais prioritários da empresa e dos seus *stakeholders*. Estes temas são analisados sob três perspetivas principais: **impacte ambiental, social e de governação.**

Esta estrutura permite avaliar o desempenho da empresa de forma abrangente, considerando tanto a dimensão interna quanto o impacto na sociedade, promovendo transparência e fortalecendo a confiança junto com os *stakeholders*.

O relatório apresenta dados e métricas, relativos a 2024, referentes à atividade do Grupo em todas as organizações que são participadas, em mais de 50%, de acordo com o Anexo I, estando enquadradas as seguintes organizações:



AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.



Companhia das Lezírias, S.A.



FLORESTGAL – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.



Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.



Sagesecur - Sociedade De Estudos, Desenvolvimento E Participação Em Projectos, S.A.



CE – Circuito do Estoril, S.A.



ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.



Fundiestamo - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.



SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.

O presente relatório apresentará os dados organizados por tipologia, conforme ilustrado na figura seguinte. Importa referir que, dado o caráter exclusivamente instrumental da Sagesecur, esta entidade não reúne materialidade suficiente para integrar o relato de sustentabilidade, não sendo, por isso, considerada na análise apresentada.



O Grupo encontra-se à disposição para pedidos de informação sobre o presente relatório, através de:

R. de Santa Marta 55
1150-298 Lisboa
geral@parpublica.pt



1. Grupo PARPÚBLICA

1. Grupo PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA é sucessora da Partest SGPS, S.A., criada no final de 1991, com uma vocação inicial centrada nos processos de reprivatização, que continua a fazer parte da sua atuação. Em 2000, a PARPÚBLICA foi constituída com os ativos e passivos da Partest, bem como com outros ativos transferidos pelo Tesouro, com o objetivo de reforçar o capital e assegurar os meios necessários ao cumprimento das novas atribuições definidas pelo acionista. Entre estas, destacam-se a constituição de veículos empresariais para a valorização do património imobiliário público e o alargamento da sua intervenção à gestão e acompanhamento de participações públicas com horizontes estratégicos diversos. Desde então, a PARPÚBLICA tem contribuído para a criação de valor público, assegurando uma gestão responsável e adaptada aos desafios institucionais e sociais do seu tempo.

A PARPÚBLICA, enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, detida pelo Estado, assegura a gestão eficiente das participações e ativos do Estado, contribuindo para a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento estratégico do setor público.

1.1. Missão , Visão e Valores

A nossa missão começa aqui e estende-se à criação de valor público sustentável, com impacto económico, social e ambiental positivo.

DECRETO-LEI

Nº 209/2000



- Gestão de participações sociais públicas que integram o seu património;
- Gestão, através de empresas suas participadas, de objeto especializado, de património imobiliário público;
- Implementação do programa de reprivatizações definido pelo Governo, intervindo no desenvolvimento de processos de privatização;
- Prestação de apoio técnico complementar ao Ministério das Finanças, em matérias relacionadas com a gestão de ativos financeiros públicos, mobiliários e imobiliários, e ainda noutras matérias de interesse público;
- Funções especiais no âmbito do Setor Empresarial do Estado.



Aditamento ao seu objeto social:

- Prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual a empresas públicas do setor empresarial do Estado.
- Aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais empresas e, bem assim, a instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do setor empresarial do Estado.

Alteração de Estatutos

2009



Segurança



Transparência

Os valores refletem quem é a
PARPÚBLICA.

A defesa dos ativos públicos que estão na sua esfera patrimonial, bem como a atuação da Sociedade visa constituir um instrumento para a promoção e disseminação da eficiência de gestão das empresas públicas.

VISÃO

1.2. As participadas

Grupo AdP



A principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Com operações regionais em Portugal continental e presença internacional em diversos países, através das empresas do Grupo AdP (Figura), desenvolve atividade também na área das energias renováveis, maximizando o aproveitamento energético dos seus ativos e recursos endógenos, e em novas áreas de negócio e produtos de economia circular.



Setor Águas

Setor Agrícola e Florestal



Companhia das Lezírias

A Companhia das Lezírias, constituída sob a forma de Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, é a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal. Gere, por concessão do Estado, a Coudelaria de Alter. A Lezíria de Vila Franca de Xira é composta pela Lezíria Norte e a Lezíria Sul. A Lezíria Norte é constituída por cerca de 1.300 hectares explorados indiretamente (rendeiros) e a Lezíria Sul, ocupa perto de 5.000 hectares, dos quais cerca de 2.600 hectares estão arrendados e 2.200 hectares são explorados diretamente pela Companhia das Lezírias, cerca de 2.130 ha para pastagens e 320 hectares de arroz. É na Lezíria Sul, totalmente inserida na Rede Natura 2000, que a Companhia das Lezírias gere, há oito anos, o EVOA, o maior centro de observação de aves do país.

Florestgal

A primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal a ser criada em Portugal. Pretende ser um instrumento de execução de uma estratégia de valorização da floresta, necessária à preservação da biodiversidade, à conservação do solo e da água e à proteção das populações. Promove o desenvolvimento económico e social da fileira florestal, a gestão participativa e o envolvimento das comunidades, essenciais para o desenvolvimento de um território equilibrado, inclusivo e resiliente. A FlorestGal estrutura a sua ação em três eixos: valorização do património próprio; criação de novos negócios; expansão territorial.

Fundiestamo

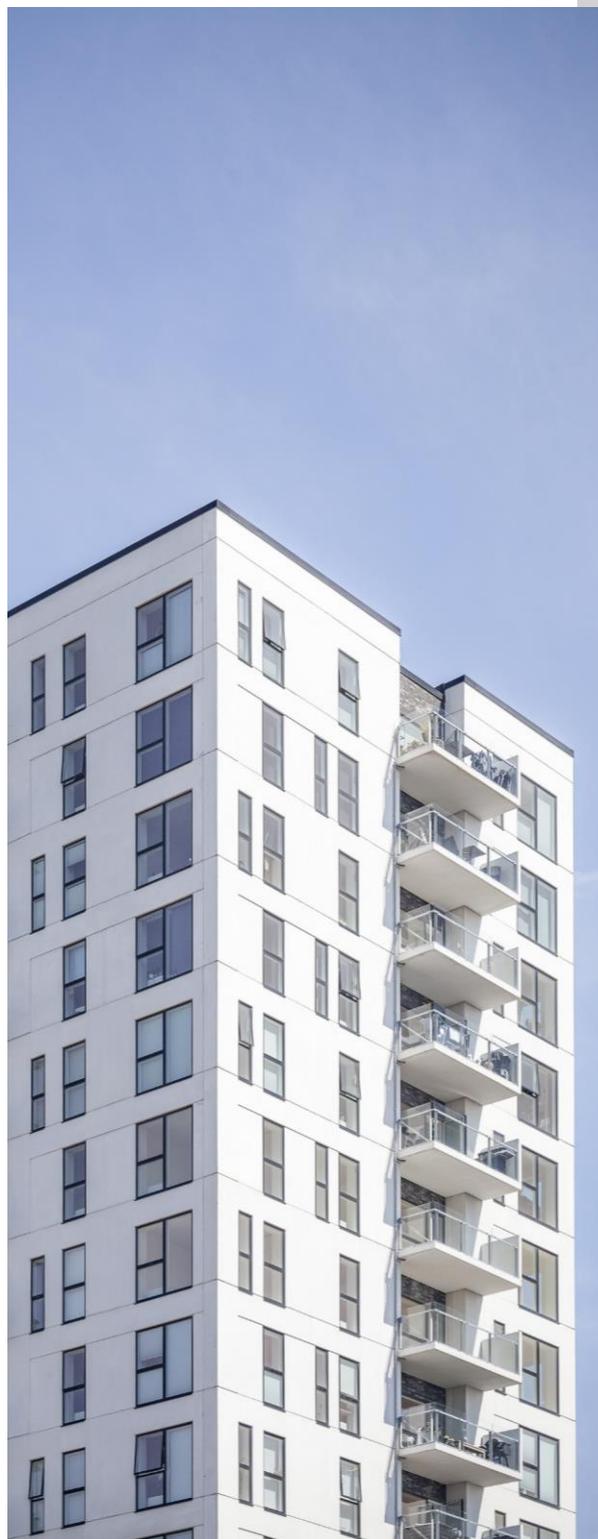
A Fundiestamo é uma empresa do setor empresarial do Estado, que se dedica à gestão de fundos de investimento imobiliário. Com uma atuação centrada na valorização e racionalização do património imobiliário público, a Fundiestamo assegura uma gestão profissional e eficiente dos ativos sob a sua responsabilidade, promovendo soluções sustentáveis e alinhadas com os objetivos estratégicos do Estado. Através da sua atividade, a Fundiestamo contribui para a regeneração urbana, o uso responsável do território e a maximização do valor económico e social dos bens públicos.

Estamo

A Estamo é uma empresa do setor empresarial do Estado, especializada na gestão, requalificação e valorização do património imobiliário público. A sua missão centra-se na criação de valor a partir de ativos imobiliários do Estado, assegurando uma utilização eficiente, sustentável e estratégica desses recursos. Com uma atuação transversal que envolve entidades da Administração Pública Central e Local, a Estamo tem vindo a implementar soluções que conciliam o interesse público com a racionalidade económica, contribuindo para uma gestão mais eficaz do território e para o cumprimento de objetivos de sustentabilidade, reabilitação urbana e responsabilidade social.

Sage secur

A SAGESECUR é uma empresa do Grupo e constitui um instrumento de intervenção do Grupo relativamente a projetos específicos considerados de interesse e que se enquadrem no seu objeto social. Dada a sua natureza instrumental, os objetivos definidos dependem da avaliação feita ao nível do Grupo e do próprio Estado quanto ao interesse da sua intervenção em projetos específicos. Ou seja, a atividade da SAGESECUR constitui um dos instrumentos de concretização dos objetivos definidos pelo acionista Estado para a PARPÚBLICA.



Setor Gestão de outras
participações**Circuito do Estoril**

O Circuito do Estoril representa um ativo estratégico com valor histórico, desportivo e económico para o país. Enquanto equipamento público com reconhecimento internacional, o circuito tem vindo a ser alvo de uma gestão orientada para a sustentabilidade, promovendo a utilização eficiente dos recursos, a diversificação das atividades e a valorização do território. Através da dinamização de eventos desportivos, formativos e corporativos, o Circuito do Estoril contribui para a criação de valor económico, social e ambiental, alinhando-se com os princípios de boa gestão pública defendidos pela PARPÚBLICA.

Imprensa Nacional Casa da Moeda

A INCM é uma empresa pública portuguesa com mais de dois séculos de história, que desempenha um papel fundamental na produção de documentos oficiais, moedas e outros bens essenciais à soberania do Estado e à vida dos cidadãos.

Unindo tradição e inovação, a INCM produz desde moedas metálicas e passaportes a documentos de identificação, selos fiscais, certificados digitais, livros e edições culturais. É também responsável pela cunhagem das moedas em circulação em Portugal, incluindo as comemorativas e de coleção.

Além da sua vertente industrial e tecnológica, a INCM tem um compromisso cultural de grande relevância: preservar e divulgar o património literário e documental português. Através da Imprensa Nacional, publica obras de referência, autores clássicos e contemporâneos, apoiando o conhecimento e a língua portuguesa.

Produção de moeda e
publicações

Mercados Abastecedores

**SIMAB**

A SIMAB é uma empresa do setor empresarial do Estado, responsável pelo desenvolvimento, gestão e modernização da rede nacional de mercados abastecedores e centrais de logística agroalimentar. A sua missão centra-se na promoção da eficiência das cadeias de distribuição alimentar, assegurando condições adequadas para o funcionamento do setor grossista e contribuindo para a segurança alimentar, a competitividade económica e a sustentabilidade ambiental. Com uma atuação estruturante no território, a SIMAB desempenha um papel essencial no apoio à economia local e regional, estimulando práticas logísticas responsáveis, a redução do desperdício e a valorização dos produtos nacionais.

1.3. Modelo Empresarial



A PARPÚBLICA atua como parceira estratégica do Estado na transformação do património público em valor duradouro, com responsabilidade, transparência e visão de futuro.

A PARPÚBLICA adota um modelo empresarial centrado na gestão estratégica e eficiente de ativos e participações do Estado, com o objetivo de criar valor público de forma sustentável. Enquanto sociedade gestora de participações sociais, a PARPÚBLICA atua como instrumento do acionista Estado na condução de políticas de racionalização, valorização e rentabilização do património público, assegurando uma atuação transparente, eficiente e orientada para o interesse público. A sua estratégia assenta em três eixos fundamentais: a gestão ativa e profissionalizada de ativos, a promoção da sustentabilidade, nas suas vertentes da economia, sociedade e ambiente, e o alinhamento com as prioridades de boa governação e a valorização dos ativos sob a sua responsabilidade. Contribui também para o desenvolvimento de projetos estruturantes em áreas como o imobiliário público, infraestruturas, mobilidade, alimentação e regeneração urbana. Através da articulação com entidades do setor empresarial do Estado e com a Administração Pública, a PARPÚBLICA reforça o seu papel como entidade catalisadora de valor e como parceira estratégica na concretização de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento sustentável e para uma gestão moderna e responsável do património coletivo.

1.4. Estratégia do Grupo



O objetivo central da empresa é a criação de valor. A par com este objetivo, a PARPÚBLICA prossegue a orientação geral dos negócios salvaguardando a solidez financeira da empresa, para a qual é necessário garantir o crescimento sustentado dos resultados e dos capitais próprios, bem como a manutenção do endividamento em níveis compatíveis com a rentabilidade da carteira de participações.

Estratégia 2025-2027

O contributo da PARPÚBLICA para o desenvolvimento económico e social e para a competitividade e sustentabilidade das finanças públicas pode ser classificado em 3 tipos de objetivos:



**Objetivos
estratégicos/financeiros**



**Objetivos
sociais**



**Objetivos
ambientais**



Os **objetivos estratégicos/ financeiros** podem ser categorizados através dos seguintes indicadores e/ou ações anuais:



Solidez Financeira



Crescimento gradual do volume de negócios



**Apoio técnico ao
Ministério da Finanças**



**Crescimento sustentado dos
resultados e dos capitais próprios**



Revisão, desmaterialização, adoção e integração de sistemas adequados às necessidades da PARPÚBLICA no acompanhamento das suas participadas



**Redução do endividamento
em termos nominais**



**Maximização do encaixe financeiro
com a venda de ativos**



**Criação de valor
para o Grupo**



**Melhoria do resultado
operacional**



**Gestão eficiente dos
recursos internos**



Os **objetivos sociais e ambientais** cingem-se à assunção, na sua atuação, de responsabilidades de integridade empresarial, tanto ética, como social e ambiental, promovendo ativamente uma economia sustentável e inclusiva.



2. O compromisso com a Sustentabilidade

2. Compromisso com a Sustentabilidade

O Grupo assume a sustentabilidade como um eixo estratégico da sua atuação, integrando princípios ESG em todas as suas áreas de intervenção. Enquanto *holding* pública, responsável pelas participações estratégicas do Estado, o Grupo reconhece o seu papel enquanto agente promotor de práticas responsáveis, transparentes e orientadas para o interesse público.

O compromisso com a sustentabilidade traduz-se na adoção de políticas e práticas que promovem a eficiência na gestão de recursos, a valorização do capital humano, a integridade na governação e a criação de valor duradouro para a sociedade. A PARPÚBLICA procura alinhar-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e com os referenciais nacionais e internacionais em matéria de reporte e desempenho ESG, contribuindo para uma economia mais justa, resiliente e inclusiva. A PARPÚBLICA reflete esse compromisso através da subscrição dos Dez Princípios do United Nations Global Compact.

Neste contexto, o Grupo promove, junto das suas participadas, uma cultura de responsabilidade corporativa, incentivando a implementação de estratégias sustentáveis, a medição do impacto e a melhoria contínua. O Grupo reconhece a necessidade de, a curto prazo, definir e implementar uma estratégia de sustentabilidade integrada, transversal a todas as empresas do Grupo. Este compromisso visa assegurar uma abordagem coordenada, alinhada com os desafios globais e com os princípios ESG. Não obstante, várias empresas do Grupo têm já vindo a desenvolver iniciativas relevantes nesta área, refletindo uma crescente maturidade organizacional e o reconhecimento da sustentabilidade como um fator estratégico para a criação de valor económico, social e ambiental.



O Grupo Águas de Portugal iniciou a sua jornada em sustentabilidade há vários anos, refletida em compromissos concretos, nomeadamente o Compromisso 2022-2025, que resulta da estratégia de negócio, das expectativas das partes interessadas, dos compromissos assumidos com o UN Global Compact e da identificação dos ODS prioritários.



A SIMAB apresenta o seu Relatório de Sustentabilidade alinhado com o Plano Estratégico 2022–2026, identificando ODS prioritários sobre os quais trabalha.



A FlorestGal assume-se como instrumento de política pública para a gestão sustentável da floresta, contribuindo para o ordenamento do território, a conservação da natureza e o combate às alterações climáticas. Além de apresentar relatório, identifica os ODS prioritários.



A Companhia das Lezírias iniciou há alguns anos a sua jornada em sustentabilidade, materializada na formalização do Compromisso ABC 2020 – +Ambiente, +Biodiversidade, –Carbono, que promove uma economia verde baseada na inovação, eficiência e respeito pelo planeta, bem como na identificação dos ODS prioritários.



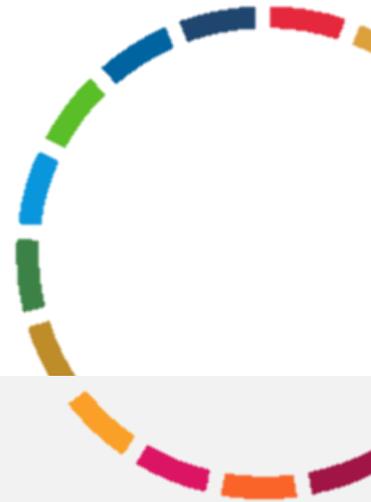
A Fundiestamo define uma política de sustentabilidade que orienta todas as suas atividades neste domínio e, anualmente, publica o seu Relatório de Sustentabilidade.

2.1. Desempenho da Agenda 2030

Os ODS, adotados pelas Nações Unidas em 2015 no âmbito da Agenda 2030, constituem um referencial global para a promoção de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. Composto por 17 objetivos e 169 metas, este compromisso internacional visa mobilizar governos, empresas e sociedade civil em torno de prioridades comuns, que abrangem áreas como a erradicação da pobreza, a igualdade de género, a ação climática, o trabalho digno, a inovação e a governação responsável.

As organizações desempenham um papel central na concretização desta agenda, através da integração dos ODS nas suas estratégias, operações e cadeias de valor.

OS ODS PRIORITÁRIOS POR SETOR



Águas



Exploração agrícola e pecuária



Mercados Abastecedores



Produção de moedas e Publicações



2.2. Gestão de Risco

A integração da sustentabilidade no modelo de negócio representa um imperativo estratégico para as organizações que pretendem assegurar a sua relevância e resiliência num contexto económico, ambiental e social em constante evolução. A sustentabilidade não deve ser entendida como uma vertente paralela das organizações, mas como um eixo transversal que influencia decisões, operações e a criação de valor a longo prazo.

Incorporar princípios ESG no modelo de negócio implica alinhar os objetivos da organização com os interesses das partes interessadas, antecipar riscos emergentes, identificar oportunidades sustentáveis e contribuir ativamente para os ODS.

Esta abordagem reforça a competitividade, promove a inovação responsável, melhora o acesso a financiamento sustentável e fortalece a reputação institucional.

A sustentabilidade deve, assim, estar refletida na proposta de valor, nos processos internos, na cadeia de valor, nos produtos e serviços, bem como nos mecanismos de avaliação de desempenho.

Um modelo de negócio sustentável é aquele que cria valor económico, ao mesmo tempo que respeita os limites ambientais do planeta e promove o bem-estar das pessoas.

Tendo presente a diversidade de tipologias que compõem o Grupo, reconhece-se que a definição de uma estratégia integrada, bem como de políticas de sustentabilidade e de diligência devida, representa um desafio de elevada complexidade, mas igualmente de importância crítica. Apesar de o percurso na área da sustentabilidade já ter sido iniciado — nomeadamente através da elaboração de um primeiro relatório de sustentabilidade —, está previsto, a curto prazo, o desenvolvimento de instrumentos estruturantes que assegurem coerência, consistência e transversalidade à integração da sustentabilidade nos diferentes modelos de negócio das entidades que integram o Grupo. Esta abordagem visa garantir um alinhamento estratégico robusto, respeitando as especificidades de cada organização, mas convergindo para um compromisso comum com os princípios do desenvolvimento sustentável.



2.2. Gestão de Risco

Ciente da relevância crescente da sustentabilidade como vetor estratégico de criação de valor, o Grupo encontra-se a preparar a adoção de uma abordagem estruturada à identificação e gestão dos riscos e oportunidades ESG, alicerçada no princípio da dupla materialidade. Esta abordagem permite uma leitura integrada das dinâmicas de sustentabilidade, considerando, por um lado, os impactos reais e potenciais das atividades das entidades do Grupo sobre os fatores ambientais, sociais e de governação e, por outro, os efeitos que esses mesmos fatores podem exercer sobre o desempenho económico-financeiro das organizações. Este enquadramento proporciona uma gestão mais eficaz dos riscos emergentes, designadamente os associados às alterações climáticas, à escassez de recursos, à evolução do quadro regulatório, às expectativas dos *stakeholders* e à reputação institucional. Em simultâneo, potencia a identificação e valorização de oportunidades estratégicas associadas à transição energética, à inovação sustentável e ao acesso a instrumentos de financiamento verde. No presente exercício, o Grupo iniciou um processo estruturado de avaliação de riscos ESG, envolvendo progressivamente as empresas participadas abrangidas por este relatório. Reconhecendo a complexidade inerente a este processo, foram dados os primeiros passos com a identificação preliminar das partes interessadas relevantes e respetivos mecanismos de envolvimento, bem como com a realização de um primeiro levantamento dos Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO) e respetiva classificação. Este exercício constituiu a base para a definição inicial dos temas materiais do Grupo, apresentados no Anexo 2. Para o próximo ano, prevê-se o reforço desta abordagem através da sua avaliação sistemática, com o objetivo de consolidar um conjunto robusto de temas materiais que reflitam a realidade do Grupo e sustentem as suas decisões estratégicas em matéria de sustentabilidade.

Com este compromisso, o Grupo reforça o seu alinhamento com as melhores práticas internacionais e dá um passo decisivo na integração da sustentabilidade na sua governação e modelo de negócio.



2.2.1. Materialidade

A materialidade assume um papel central na elaboração dos relatórios de sustentabilidade do Grupo, particularmente no contexto das exigências estabelecidas pelas normas europeias de relato, desenvolvidas pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG). Neste enquadramento, o conceito de materialidade em sustentabilidade refere-se à identificação dos temas que têm um impacto significativo sobre as decisões das partes interessadas, bem como sobre os resultados financeiros e não financeiros das entidades que integram o Grupo.

De acordo com o referencial do EFRAG, a determinação da materialidade baseia-se no princípio da dupla materialidade: por um lado, considera-se a materialidade de impacto — os efeitos que as atividades das organizações podem gerar sobre o ambiente, a sociedade e a governança; por outro, a materialidade financeira — os riscos e oportunidades que esses mesmos fatores podem representar para o desempenho económico das entidades e a criação de valor a longo prazo.

Este enquadramento permite ao Grupo integrar, de forma mais eficaz, as dinâmicas de sustentabilidade nos seus processos de planeamento estratégico e operacional, promovendo a antecipação de riscos emergentes, como os relacionados com as alterações climáticas, a escassez de recursos, o reforço das exigências regulatórias, ou a evolução das expectativas das partes interessadas.

Simultaneamente, esta abordagem favorece a identificação de oportunidades ligadas à transição energética, à inovação responsável, à valorização de ativos públicos e ao acesso a financiamento sustentável.

No presente exercício, o Grupo deu início a um processo estruturado de identificação e priorização dos temas materiais, com base na metodologia definida no *EFRAG Guidance on Materiality Assessment*. Este trabalho implicou uma primeira abordagem de levantamento dos IRO, a identificação das partes interessadas relevantes e dos respetivos mecanismos de envolvimento, culminando na definição de um conjunto preliminar de temas materiais, apresentado no Anexo 2 do presente relatório.

Reconhecendo a complexidade inerente à diversidade de entidades que compõem o Grupo, este exercício será aprofundado nos próximos ciclos de reporte, visando consolidar uma matriz de materialidade robusta e representativa, que reforce a coerência das decisões estratégicas e a integração plena da sustentabilidade nos diferentes modelos de negócio sob gestão pública.

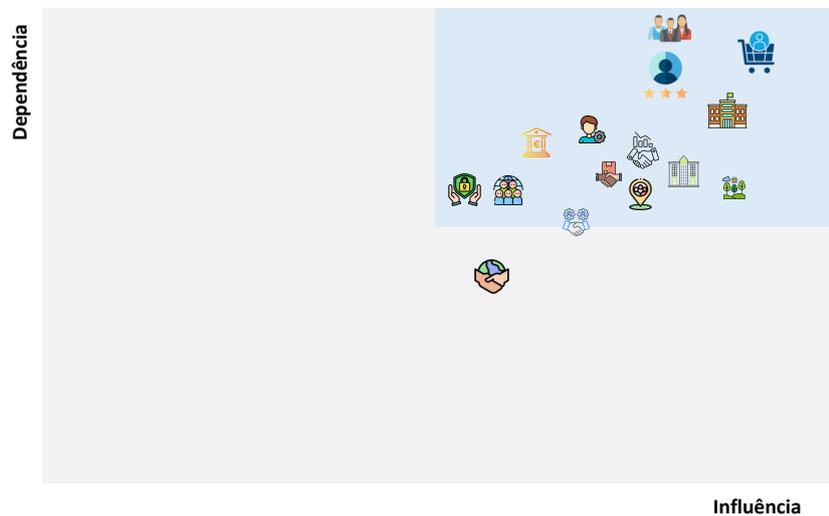


2.2.1.1. Partes Interessadas Afetadas

No âmbito do processo de identificação das partes interessadas, o Grupo implementou uma abordagem rigorosa e estruturada, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo EFRAG *Guidance on Materiality Assessment* e pelo AA1000 Stakeholder Engagement Standard. Tal metodologia garantiu a incorporação das perspetivas mais relevantes, distinguindo com precisão entre os *stakeholders* diretamente afetados pelas operações da empresa e os utilizadores da declaração de sustentabilidade, nomeadamente investidores, reguladores, clientes, colaboradores e demais entidades detentoras de interesse legítimo na atividade da organização.

A seleção e o mapeamento das partes interessadas foram realizados com base em critérios rigorosos, incluindo grau de dependência, responsabilidade, potencial de conflito, influência e diversidade de pontos de vista, assegurando assim uma compreensão ampla, equilibrada e aprofundada das expectativas externas.

Este exercício permitiu integrar, de forma fundamentada e consistente, as preocupações dos *stakeholders* na avaliação dos impactos identificados, promovendo uma comunicação mais transparente, coerente e alinhada com os princípios de responsabilidade social corporativa e compromisso institucional.



Partes Interessadas Afetadas



Colaboradores e outros trabalhadores



Consumidores



Clientes



Administração Central



Parceiros Comerciais da Organização



Autoridades Públicas



Fornecedores



Comunidades Locais e Pessoas em Situações Vulneráveis



Parceiros Sociais



Sociedade Civil



Empresas de Seguros



Instituições de Crédito



Utilizadores Finais

Figura 1- Matriz de Materialidade do Grupo PARPÚBLICA

2.2.1.1.1. Mecanismos de Envolvimento

Estes mecanismos, quando integrados de forma estratégica, contribuem para fortalecer a confiança, alinhar expectativas e fomentar o envolvimento ativo de todos os *stakeholders*.

O Grupo procura adotar uma abordagem participativa e inclusiva, promovendo o envolvimento contínuo dos *stakeholders* através de diversos canais e iniciativas. Esta estratégia reflete o compromisso do Grupo com a sustentabilidade e com a criação de valor partilhado, assegurando que as suas práticas estejam alinhadas com as necessidades e expectativas de um ecossistema empresarial e social em constante evolução.

Com o intuito de reforçar esta orientação estratégica, foi realizada uma compilação abrangente dos mecanismos de envolvimento com as partes interessadas adotados pelas empresas participadas. Os dados recolhidos foram organizados por setor, permitindo uma visão estruturada e comparativa das práticas em vigor. A tabela seguinte evidencia os principais canais e formatos, proporcionando uma base sólida para a identificação de boas práticas e oportunidades de melhoria na gestão das relações com as partes interessadas.



Águas

O setor **Águas** apresenta como Partes Interessadas Afetadas:

-  **Colaboradores e outros trabalhadores**
-  **Clientes**
-  **Fornecedores**
-  **Comunidades Locais e Pessoas em Situações Vulneráveis**
-  **Investidores**

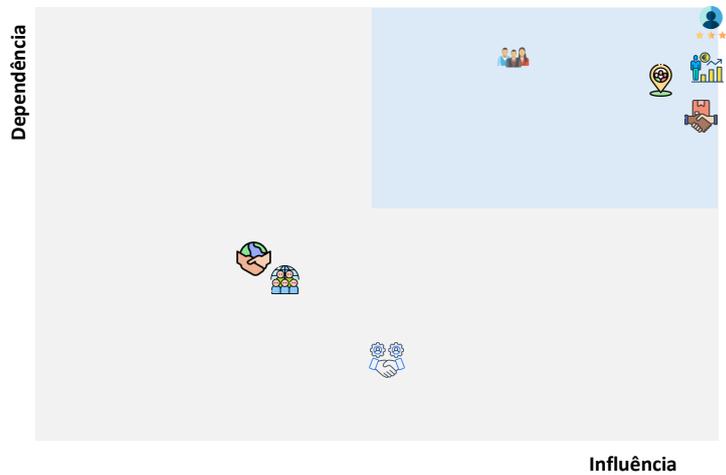


Figura 2- Matriz de Materialidade do setor Águas

O setor das Águas adota diversos mecanismos para garantir o envolvimento eficaz dos *stakeholders*, promovendo a transparência, a responsabilidade e a melhoria contínua dos serviços. Entre os principais instrumentos destacam-se a *auscultação*, realizada através de inquéritos, consultas formais, sessões participativas ou fóruns de diálogo, que permitem recolher opiniões, sugestões e preocupações dos utilizadores e da comunidade. A publicação periódica de relatórios constitui outro pilar fundamental, ao disponibilizar informação clara e acessível sobre as atividades, metas e resultados do setor. Adicionalmente, as redes sociais e outras plataformas digitais têm ganho relevância como canais de comunicação bidirecional, permitindo uma interação mais imediata, a partilha de informação em tempo real e o reforço da proximidade com as partes interessadas.

Tabela 1 – Mecanismos de Envolvimento do Setor Águas

					
 Auscultação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 Reuniões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 Relatórios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 Comunicação Institucional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 Políticas e Avaliação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 Redes Sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



Produção de Moeda e Publicações

O setor **Produção de Moedas e Publicações** apresenta como Partes Interessadas Afetadas:

- Colaboradores e outros trabalhadores**
- Fornecedores**
- Clientes**
- Comunidades Locais e Pessoas em Situações Vulneráveis**
- Investidores**
- Autoridades Públicas**
- Academia**
- Instituições de Crédito**
- Empresas de Seguros**
- Parceiros Comerciais da Organização**
- Administração Central**
- Parceiros Sociais**



Figura 3 - Matriz de Materialidade do setor Produção de Moeda e Publicações

O setor da Produção de Moeda e Publicações adota diversos mecanismos para assegurar o envolvimento eficaz dos *stakeholders*, promovendo a transparência, a cooperação e o alinhamento estratégico. Entre os principais instrumentos utilizados destacam-se as reuniões regulares com parceiros institucionais e operacionais, que permitem partilhar informações, recolher contributos e tomar decisões colaborativas. A comunicação institucional, através de canais formais como circulares, *newsletters*, *websites* e comunicados, desempenha um papel fundamental na disseminação de informação relevante e na consolidação da confiança junto dos *stakeholders*. Adicionalmente, a participação em eventos — como conferências, feiras, seminários e exposições — permite divulgar a atividade do setor, bem como fomentar o diálogo, a inovação e o estabelecimento de parcerias com diferentes públicos.

Tabela 3 – Mecanismos de Envolvimento do Setor Produção de Moeda e Publicações

Auscultação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>									
Avaliação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>									
Reuniões	<input type="checkbox"/>											
Focus Group	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>									
Eventos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Fóruns				<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>						<input type="checkbox"/>
Atendimento e canais de suporte	<input type="checkbox"/>											
Comunicação Institucional	<input type="checkbox"/>											
Políticas e Avaliação		<input type="checkbox"/>										
Redes Sociais	<input type="checkbox"/>											



Gestão e Promoção Imobiliária

O setor **Gestão e Promoção Imobiliária** apresenta como Partes Interessadas Afetadas:

- Colaboradores e outros trabalhadores**
- Fornecedores**
- Cientes**
- Comunidades Locais e Pessoas em Situações Vulneráveis**
- Investidores**
- Autoridades Públicas**
- Academia**
- Utilizadores Finais**
- Empresas de Seguros**
- Parceiros Comerciais da Organização**
- Administração Central**
- Instituições de Crédito**
- Sociedade Civil**
- Consumidores**
- Natureza**
- ONG**
- Parceiros Sociais**

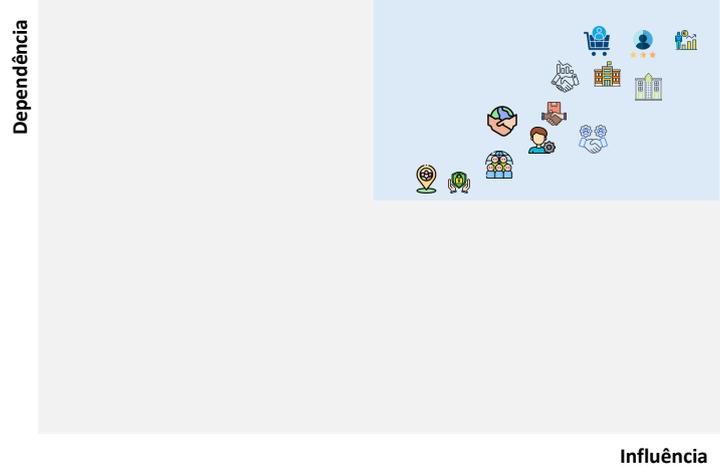


Figura 4 - Matriz de Materialidade do setor Gestão e Promoção Imobiliária

O setor da Gestão e Promoção Imobiliária privilegia diversos mecanismos de envolvimento com os *stakeholders*, destacando-se as reuniões de trabalho, a divulgação de relatórios periódicos e a organização ou participação em eventos. As reuniões permitem o diálogo direto com investidores, entidades públicas, parceiros e clientes, favorecendo a tomada de decisões colaborativas e a partilha de informações estratégicas. Os relatórios, por sua vez, constituem instrumentos essenciais de transparência, disponibilizando dados sobre o desempenho, projetos em curso e perspectivas de desenvolvimento. Já os eventos reforçam a visibilidade das iniciativas, estimulam a proximidade com o mercado e promovem novas oportunidades de cooperação.

Tabela 4 – Mecanismos de Envolvimento do Setor Gestão e Promoção Imobiliária

Auscultação																	
Reuniões																	
Relatórios																	
Grupos de Trabalho																	
Plataformas Digitais Internas																	
Parcerias Institucionais																	
Formação e workshops																	
Eventos																	
Fóruns																	
Atendimento e canais de suporte																	
Comunicação Institucional																	
Políticas e Avaliação																	
Redes Sociais																	
Consultas especializadas																	



Mercados Abastecedores

O setor **Mercados Abastecedores** apresenta como Partes Interessadas Afetadas:



Colaboradores e outros trabalhadores



Clientes



Administração Central



Figura 5 - Matriz de Materialidade do setor Mercados Abastecedores

O setor dos Mercados Abastecedores privilegia os eventos e a comunicação institucional como principais mecanismos de envolvimento com os *stakeholders*. A participação em feiras, encontros temáticos e outras iniciativas do setor permite promover o relacionamento com colaboradores, clientes e entidades públicas, fortalecendo a rede de cooperação e dinamizando a atividade económica. Paralelamente, a comunicação institucional, através de canais formais como *websites*, *newsletters*, relatórios e redes sociais, assegura a partilha contínua de informação relevante, contribuindo para a transparência, a notoriedade e o alinhamento estratégico com os diversos *stakeholders*.

Tabela 5 – Mecanismos de Envolvimento do Setor Mercados Abastecedores

Reuniões	○	○	
Eventos	○	○	○
Relatórios			○
Comunicação Institucional	○	○	○
Redes Sociais	○	○	



Exploração agrícola e pecuária

O setor Exploração agrícola e pecuária apresenta como Partes Interessadas Afetadas:

- Colaboradores e outros trabalhadores**
- Fornecedores**
- Clientes**
- Comunidades Locais e Pessoas em Situações Vulneráveis**
- Autoridades Públicas**
- Administração Central**
- Consumidores**

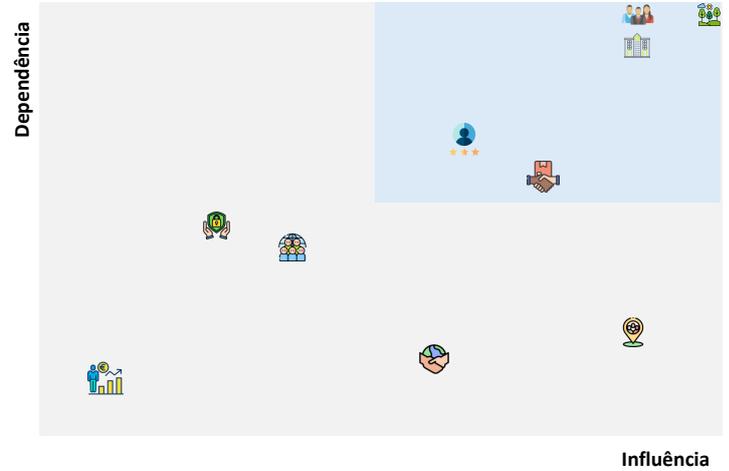


Figura 6 - Matriz de Materialidade do setor Exploração agrícola e pecuária

O setor da Exploração Agrícola e Pecuária adota como mecanismos de envolvimento preferenciais as reuniões, os relatórios e a comunicação institucional. As reuniões regulares com cooperativas, associações de produtores, entidades reguladoras e outros parceiros permitem partilhar informações operacionais, alinhar estratégias e promover a resolução colaborativa de desafios do setor. A divulgação de relatórios técnicos e de desempenho contribui para a transparência, permitindo o acompanhamento da atividade produtiva, dos indicadores ambientais e do cumprimento de normas de qualidade e sustentabilidade. A comunicação institucional, através de canais como publicações, portais digitais e campanhas informativas, reforça a ligação com os *stakeholders* e valoriza o papel do setor junto da sociedade.

Tabela 6 – Mecanismos de Envolvimento do Setor Exploração agrícola e pecuária

Auscultação	○	○	○		○		
Avaliação	○		○				
Reuniões	○	○	○		○	○	
Eventos	○			○			
Relatórios	○	○	○	○	○	○	
Comunicação Institucional	○	○	○	○	○	○	
Redes Sociais	○		○				○
Políticas e Avaliação		○					



Gestão de outras participações

O setor **Gestão de outras participações** apresenta como Partes Interessadas Afetadas:

- Colaboradores e outros trabalhadores**
- Fornecedores**
- Cientes**
- Empresas de Seguros**
- Parceiros Comerciais da Organização**
- Administração Central**
- Sociedade Civil**
- Consumidores**



Figura 7 - Matriz de Materialidade do setor Gestão de outras participações

O setor da Gestão de Outras Participações utiliza como mecanismos de envolvimento preferenciais as reuniões e a comunicação institucional. As reuniões com parceiros, entidades participadas e outros *stakeholders* permitem alinhar estratégias, acompanhar a evolução das participações e fomentar uma gestão integrada e colaborativa. Já a comunicação institucional, através de canais formais como relatórios, comunicados, plataformas digitais e correspondência oficial, assegura a transparência e o fluxo contínuo de informação, fortalecendo as relações institucionais e o cumprimento dos objetivos comuns.

Tabela 7 – Mecanismos de Envolvimento do Setor Gestão de outras participações

Auscultação	○							○
Reuniões	○	○	○		○			○
Eventos	○						○	
Atendimento e canais de suporte	○							
Relatórios							○	
Comunicação Institucional	○	○	○	○	○	○	○	○
Redes Sociais		○	○					○

2.2.2. Dupla Materialidade

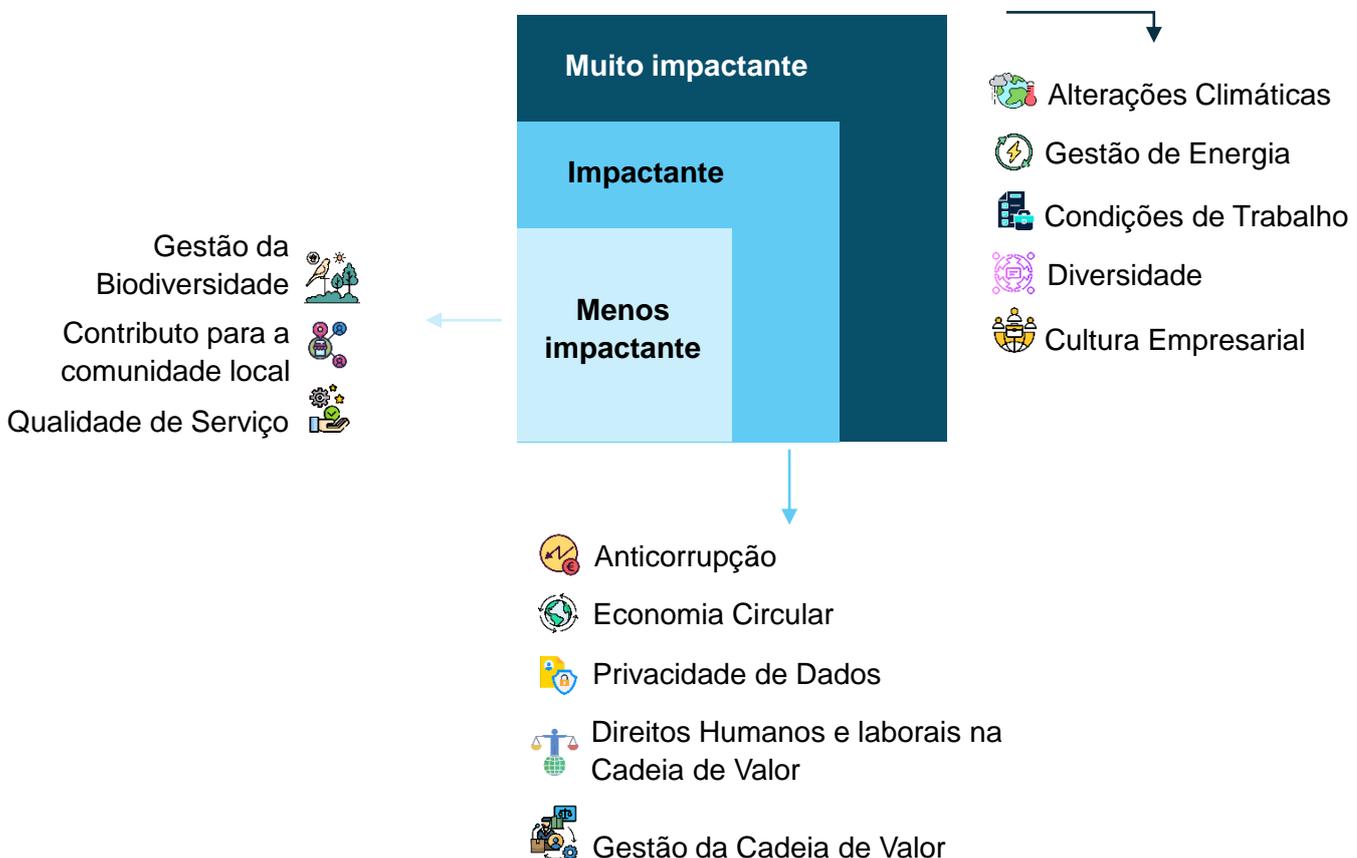
No âmbito do exercício de avaliação de materialidade, e em conformidade com a metodologia preconizada pelo *Materiality Assessment Implementation Guidance* do EFRAG, o Grupo levou a cabo um processo estruturado de identificação e categorização dos IRO inerentes à sua atividade. Este procedimento visa assegurar que os temas mais relevantes, tanto para a organização como para as suas partes interessadas, sejam integralmente considerados no seu relato de sustentabilidade.

Face às limitações temporais e à complexidade inerente ao elevado número de *stakeholders* envolvidos, não foi viável proceder, nesta fase, à avaliação exaustiva dos IRO com vista à identificação direta dos temas materiais. Assim, optou-se por uma abordagem metodológica simplificada, que consistiu na compilação dos temas indicados pelas participadas como estando associados a IRO, seguida de um exercício de agregação e quantificação média.

Os temas resultantes foram organizados em categorias mais amplas e classificados segundo três níveis de relevância – “Muito impactante”, “Impactante” e “Menos impactante” – com base na frequência com que foram reportados.

Reconhecendo que esta adaptação representa uma derivação da metodologia preconizada pelo EFRAG, o Grupo compromete-se a revê-la e ajustá-la no próximo ciclo de reporte, no sentido de garantir uma maior adesão aos requisitos metodológicos estabelecidos. A descrição pormenorizada do processo seguido encontra-se documentada no Relatório de Dupla Materialidade, assegurando total transparência e rigor na abordagem adotada.

Através desta iniciativa, o Grupo reafirma o seu compromisso com um processo decisório informado, sustentado por uma avaliação rigorosa dos desafios e oportunidades em matéria de sustentabilidade. Para além de garantir o alinhamento com as exigências regulatórias europeias, este exercício contribui decisivamente para a credibilidade e robustez da estratégia de sustentabilidade da organização, promovendo, assim, a criação de valor duradouro para a empresa e para a sociedade em geral.





3. Governação

3.1. Funções e Composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) da PARPÚBLICA eleito, com efeito a partir de setembro de 2024 para o mandato 2024-2026:



Joaquim Cadete



João Pinhão



Ana Cristina Carvalho



João Ferreira



Filipa Franco

Vogais Executivos

O CA é composto por 57% de homens, tendo duas vogais executivas e uma não-executiva.



Maria João Araújo



Pedro Falcão

Vogais Não Executivos

A diversidade de setores representados no universo empresarial sob gestão da PARPÚBLICA exige dos administradores uma visão ampla e adaptada à especificidade de diferentes áreas de atividade. A experiência acumulada em contextos organizacionais distintos permite uma abordagem holística na sua gestão.

Paralelamente, a familiaridade com diferentes realidades geográficas e enquadramentos institucionais fortalece a capacidade de adaptação da estratégia de sustentabilidade a contextos regionais e locais, respeitando particularidades sociais, legais e ambientais.

A atuação do CA é sustentada por um conhecimento aprofundado em matérias relevantes, como responsabilidade social, gestão ambiental, *compliance*, relato de sustentabilidade e avaliação de riscos. Esta base técnica permite uma leitura informada das dinâmicas regulatórias e de mercado, bem como a tomada de decisões com base em critérios de responsabilidade e impacto.

Este conhecimento é constantemente reforçado através de formação contínua, análise de boas práticas internacionais e colaboração com estruturas técnicas internas e externas.

Os órgãos de administração exercem a sua função de supervisão através da definição de orientações estratégicas claras para ESG na gestão e operação das participadas. Esta função é acompanhada pela análise crítica de planos de ação, sistemas de gestão de risco e métricas de desempenho, com o objetivo de garantir que os princípios de sustentabilidade estão presentes de forma transversal na atividade do grupo.

As responsabilidades incluem:

- Aprovação de políticas que assegurem a identificação, avaliação e mitigação dos riscos materiais;
- Fiscalização da implementação de práticas de gestão sustentáveis;
- Acompanhamento da evolução de indicadores chave de desempenho ambiental, social e de integridade institucional.

No contexto atual de crescente exigência regulatória, em sustentabilidade, o CA assume um papel determinante na supervisão e fiscalização do processo de gestão do processo de sustentabilidade.

O desempenho desta função requer uma combinação de competências estratégicas, conhecimentos especializados e experiência prática que permita assegurar uma governação robusta, coerente e alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A Diversidade na liderança

A composição do órgão de governação reflete uma combinação equilibrada de competências em áreas fundamentais como gestão, economia, finanças, direito e políticas públicas, adquiridas ao longo de trajetórias desenvolvidas tanto em organismos públicos como no setor empresarial.

Para assegurar a excelência na administração e a adequação dos perfis às exigências das funções, o processo de seleção dos gestores executivos das empresas públicas é sujeito a uma avaliação qualitativa rigorosa por parte de uma entidade independente, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP). Esta prática reforça o compromisso com elevados padrões de mérito, isenção e adequação funcional.

Esta diversidade de percursos potencia uma abordagem multidisciplinar e estratégica, essencial para a identificação de oportunidades e para a resposta eficaz aos desafios da organização, promovendo uma *governança* orientada pelos princípios da eficiência, transparência e sustentabilidade.

No que respeita à diversidade de género no CA da PARPÚBLICA, verifica-se um equilíbrio substancial: de um total de sete administradores, três são mulheres. Este padrão de paridade reflete-se igualmente nos setores da Exploração Agrícola e Florestal, na Gestão de Outras Participações e nos Mercados Abastecedores. Já nos setores das Águas, Produção de Moedas e Publicações, embora a proporção feminina não atinja os 40%, situa-se em torno dos 30%, denotando ainda assim uma presença relevante. Quanto à distribuição etária, observa-se uma maior uniformidade, marcada por uma predominância de dirigentes com mais de 50 anos. Destaca-se, no entanto, o setor das Águas, que apresenta uma composição etária mais heterogénea, contemplando representantes de todas as faixas etárias.

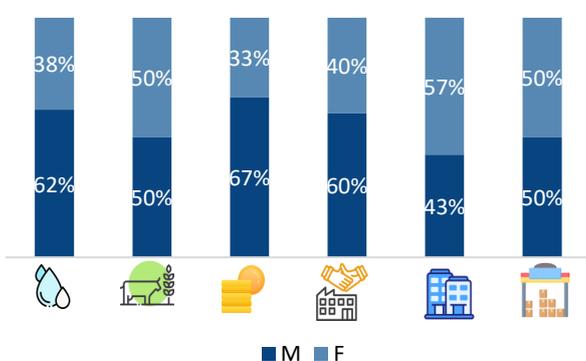


Gráfico 1- Composição e diversidade dos Órgãos de Administração (Sexo)

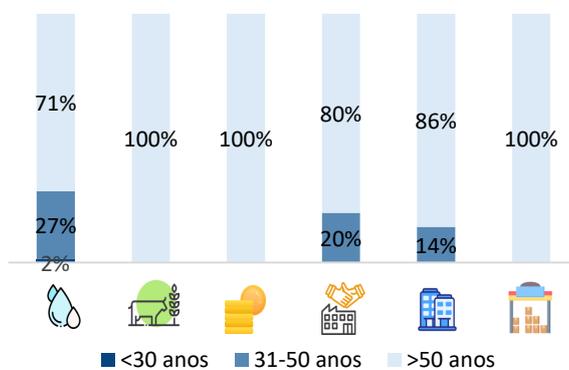


Gráfico 2 - Composição e diversidade dos Órgãos de Administração (Idade)

No que respeita aos membros executivos, destaca-se o setor da Gestão de Outras Participações como uma exceção ao panorama geral, evidenciando uma maioria de mulheres em cargos executivos. Há, contudo, três setores que apresentam uma repartição equitativa entre homens e mulheres: Exploração Pecuária e Florestal, Gestão de Imobiliário e Mercados Abastecedores. Relativamente à distribuição etária, verifica-se uma predominância de membros executivos com idade superior a 50 anos.

Quanto aos membros não executivos, apenas quatro setores contam com esta tipologia de cargos, sendo que todos revelam paridade de género, embora com ligeira predominância feminina no setor da Gestão Imobiliária. Do ponto de vista etário, destaca-se o setor das Águas por apresentar maior heterogeneidade, integrando membros não executivos de todas as faixas etárias.

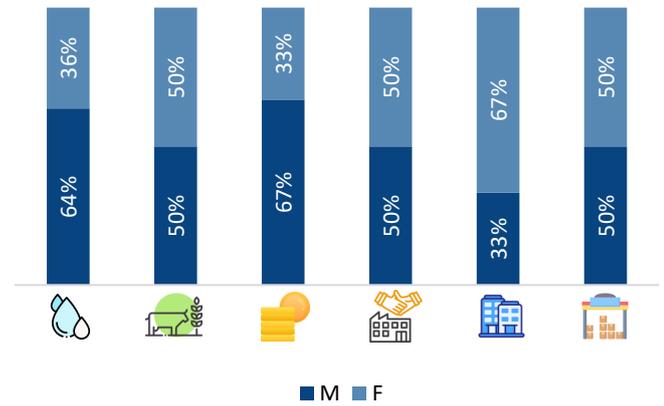


Gráfico 3 - Número de membros executivos (sexo)

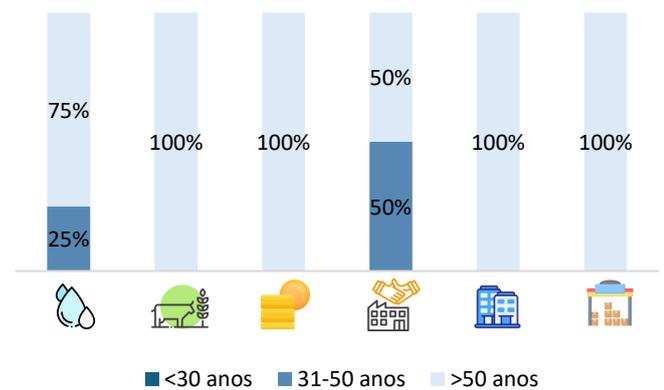


Gráfico 4 - Número de membros executivos (idade)

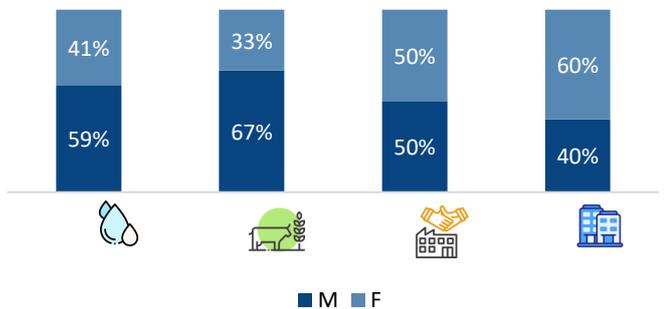


Gráfico 5 - Número de membros não executivos (sexo)

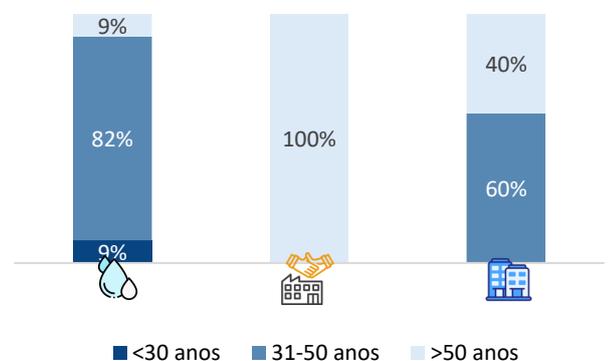


Gráfico 6 - Número de membros não executivos (idade)

Apesar de não existir uma política transversal e uniformizada de remuneração associada a objetivos de sustentabilidade ou regimes de incentivos comuns a todas as empresas participadas do Grupo, observa-se já a adoção de práticas relevantes em algumas entidades, nomeadamente no Grupo AdP e na INCM, refletindo uma evolução progressiva no alinhamento da remuneração com o desempenho em sustentabilidade.

No caso da INCM, o modelo de avaliação de desempenho atualmente em vigor baseia-se numa estrutura composta por objetivos e competências. No âmbito dos objetivos, tem-se verificado a inclusão de métricas relacionadas com os pilares ESG em diversas unidades orgânicas, destacando-se indicadores associados ao clima organizacional e ao plano de formação como elementos de reforço da dimensão social e de capacitação dos recursos humanos.

Por sua vez, no Grupo AdP, o sistema de avaliação integra indicadores globais e individuais de desempenho, incluindo indicadores especificamente ligados à sustentabilidade. Todos os indicadores adotam escalas de avaliação de referência e o seu resultado contribui para a valorização salarial, conforme as disposições do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em vigor no Grupo AdP.

Importa salientar que, em nenhuma das entidades do Grupo, existe ainda uma proporção claramente definida da remuneração variável que esteja diretamente indexada ao cumprimento de objetivos ou à geração de impactos específicos em matéria de sustentabilidade. Do mesmo modo, não se encontra uniformemente estabelecido o nível hierárquico em que são aprovadas e atualizadas as condições dos regimes de incentivos relacionados com estes domínios.

No que respeita aos planos de pensões, apenas uma empresa do Grupo AdP — a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres — dispõe de um sistema ativo. A EPAL mantém em vigor um regime de benefícios sociais que compreende o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) e assume, adicionalmente, as responsabilidades inerentes a situações de pré-reforma, quando aplicável.

O sistema de pensões da EPAL consubstancia-se em dois planos distintos: um plano de contribuição definida e um plano de benefícios definidos. As responsabilidades associadas ao plano de pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, criado em novembro de 1990. As situações de pré-reforma são diretamente suportadas pela empresa.

3.2. Conduta Empresarial

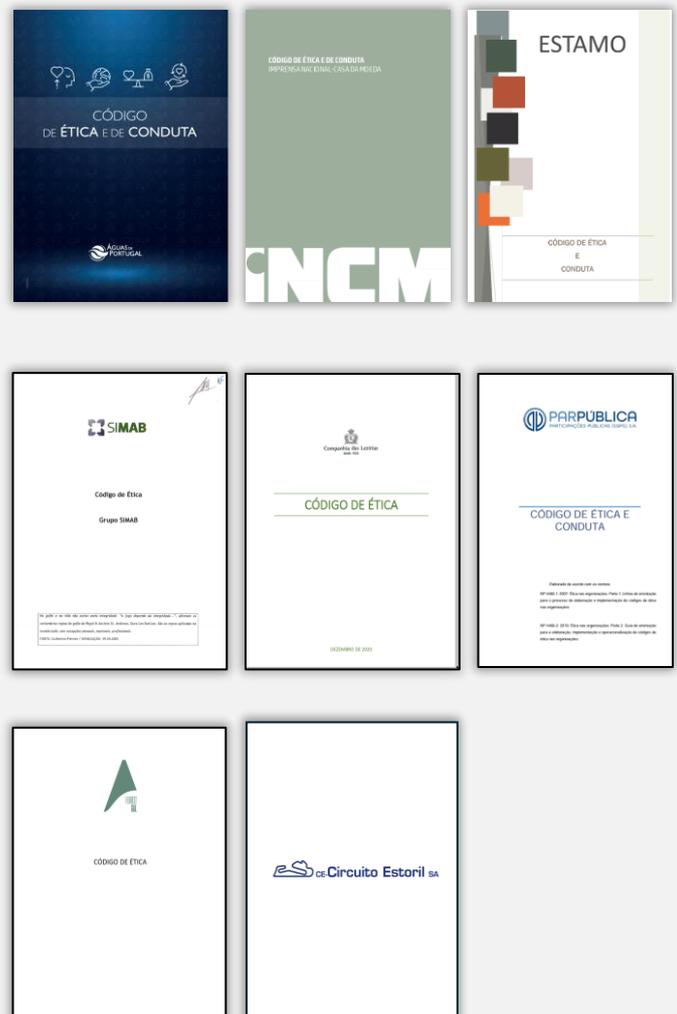
O Código de Ética assegura integridade e confiança do Grupo.

O Conselho de Administração das participadas do Grupo assume um papel central na definição, promoção e supervisão de uma cultura organizacional assente em princípios de ética, integridade e responsabilidade. A Administração é responsável pela definição e aprovação das políticas, procedimentos e mecanismos que asseguram uma conduta empresarial exemplar e em conformidade com os valores institucionais e os princípios do setor público empresarial.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração assegurar o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à organização, nomeadamente nas áreas de *compliance*, gestão de risco, transparência e responsabilidade económico-financeira. Este compromisso abrange também a supervisão rigorosa da implementação do Código de Ética e Conduta, garantindo que todas as práticas da organização se encontram alinhadas com os mais elevados padrões de integridade e com as suas obrigações legais e de serviço público.

Para além de zelar pela adoção e cumprimento das normas internas e externas, o Conselho de Administração atua de forma proativa na promoção de uma cultura de integridade e responsabilidade, assegurando que todos os níveis da organização estão comprometidos com práticas empresariais responsáveis e com o reforço da confiança pública nas instituições do Estado.

Este resultado reflete a importância dos mecanismos de ética implementados, sendo o Código de Ética um exemplo central dessa orientação. Todas as participadas dispõem do seu próprio Código de Ética, garantindo a adoção consistente de princípios de integridade, transparência e responsabilidade em toda a organização.



No âmbito do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, as organizações abrangidas pela legislação implementaram canais de denúncia, instrumentos fundamentais para identificar, comunicar e prevenir comportamentos ilícitos ou contrários ao Código de Ética e de Conduta. Neste contexto, registam-se como exceções a PARPÚBLICA e a SIMAB, que não estão abrangidas pela legislação. No entanto, a PARPÚBLICA dispõe de um canal de denúncias interno. Entre as entidades que possuem canais de denúncia, apenas a Estamo não procede à sua divulgação interna junto dos colaboradores, ao passo que as restantes asseguram a sua disponibilização nas respetivas intranet e websites institucionais, promovendo a acessibilidade e a transparência. Para além disso, a PARPÚBLICA, o Grupo AdP, a INCM, a Companhia das Lezírias, a Fundiestamo e a SIMAB realizam anualmente ações de formação em matéria de conduta empresarial dirigidas a todos os trabalhadores. No caso específico da SIMAB, estas ações são orientadas prioritariamente para dirigentes e colaboradores diretamente envolvidos nos processos de aquisição, sempre que possível ou sempre que ocorram alterações relevantes na legislação aplicável.

3.3. Anticorrupção

Todas as organizações, dispõem de políticas específicas de combate à corrupção e ao suborno, onde se estabelecem procedimentos claros para a investigação célere, independente e objetiva de incidentes relacionados com conduta empresarial, incluindo situações de ou suborno.

- No Grupo AdP, estas matérias estão enquadradas pelo “Procedimento de Tratamento de Denúncias Voluntárias”, previsto no Regulamento de Comunicação de Irregularidades, aplicável a todo o grupo.
- A PARPÚBLICA, enquanto entidade gestora do setor empresarial do Estado, dispõe de uma Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, que define as linhas orientadoras para a identificação, mitigação e controlo de riscos de corrupção.
- A FLORESTGAL, por sua vez, assegura a resposta a potenciais irregularidades através do apoio da Auditoria Interna da PARPÚBLICA e do recurso a advogados externos sempre que necessário.
- Na INCM, existe um processo estruturado que compreende a receção, análise, tratamento e seguimento das denúncias, assegurado pela Equipa de Receção e Tratamento de Denúncias da empresa, de forma imparcial e independente. Estão igualmente previstos mecanismos de salvaguarda para situações de potencial conflito de interesses, bem como a possibilidade de abertura de processos de averiguação interna, instauração de procedimentos disciplinares e comunicação às entidades competentes, sempre que aplicável.
- No caso da Fundiestamo, a prevenção e deteção de irregularidades está suportada por um conjunto integrado de instrumentos: Código de Conduta e Ética, Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Regulamento do Canal de Denúncias e pela supervisão do Compliance Officer e da Auditoria Interna da PARPÚBLICA.

Na linha da frente da Anticorrupção



Todas as organizações dispõem de um conjunto robusto de procedimentos concebidos para prevenir, detetar e dar resposta a alegações ou situações de corrupção e suborno. Estes procedimentos não surgem de forma isolada: são expressão concreta do compromisso assumido com os princípios consagrados no Código de Ética e Conduta, bem como nas políticas internas, compromissos institucionais e regulamentos internos de cada entidade.

Este enquadramento permite reforçar a cultura de integridade e responsabilidade, bem como assegurar que qualquer indício ou suspeita de prática ilícita seja tratado de forma célere, independente e objetiva. A estruturação destes mecanismos contribui para garantir uma governação transparente e alinhada com as melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de prevenção da corrupção, afirmando a atuação das organizações no combate a comportamentos contrários aos valores que defendem.

Os instrumentos em vigor por organização:

Grupo AdP

- Código de Ética e Conduta do Grupo AdP;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Declaração de Inexistência de conflitos de interesse dos trabalhadores/as;
- Canal de Denúncias;
- Sistema de Controlo Interno e os restantes instrumentos definidos no âmbito do sistema normativo implementado. Declarações de Compromisso de Fornecedores;
- Carta de Princípios do BCSO Portugal;
- Norma de Responsabilidade Social SA8000.

INCM

A INCM disponibiliza o canal seguro para efetuar as suas denúncias, que, além de garantir a confidencialidade, possibilita o anonimato. Baseia-se num sistema de gestão de denúncias desenhado para garantir confidencialidade ao longo de todo o processo. Para além deste canal, também possui comunicação para o Comité de Ética através de email para o efeito.

Companhia das Lezírias

Regulamento Interno

Florestgal

Aquando da existência de denúncias ou suspeita de corrupção ou suborno, é solicitado, em primeira instância, a análise por parte da Auditoria Interna da PARPÚBLICA e dos advogados da empresa.

Circuito do Estoril

Política de gestão de risco de fraude

Fundiestamo

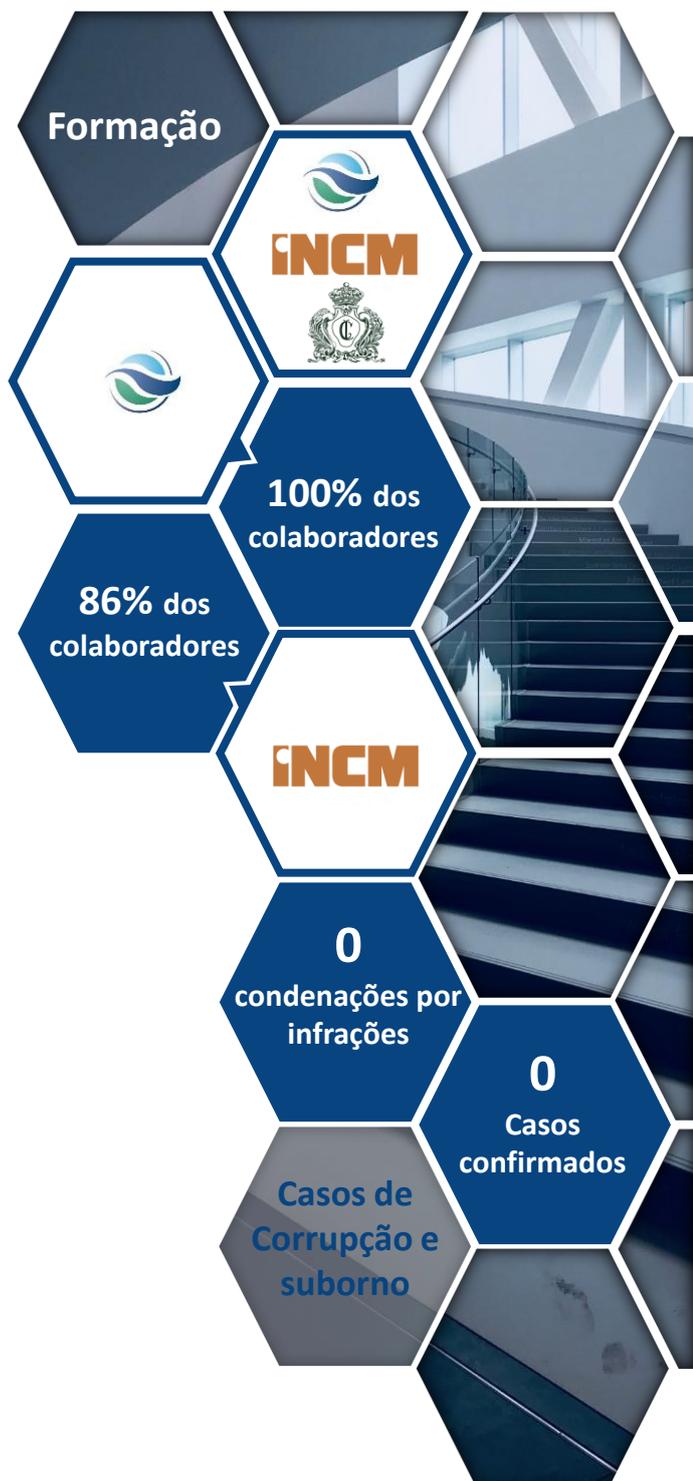
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
Relatório de Execução

SIMAB

Regulamento Interno
Contratação Pública

Anticorrupção em números:

No Grupo AdP a formação presencial e/ou online sobre o sistema normativo e os seus instrumentos. Formação e-learning sobre Ética e Conduta e Segurança da Informação. Na Companhia das Lezírias é efetuada através de Workshop e na INCM a formação está disponível desde o início do contrato e com possibilidade de consulta dos conteúdos sempre que necessário.



3.4. Gestão de Fornecedores

Incorporar sustentabilidade nas compras é transformar a cadeia de valor em cadeia de responsabilidade.

A gestão de fornecedores assume um papel estratégico na promoção da sustentabilidade, refletindo o compromisso da PARPÚBLICA e das suas participadas com práticas responsáveis ao longo de toda a cadeia de valor. Neste contexto, a adoção de critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição torna-se essencial para assegurar que as decisões de compra considerem além dos fatores económicos, os aspetos ambientais, sociais e éticos. A integração destes critérios nos procedimentos de contratação contribui para reduzir riscos, fomentar relações comerciais mais equilibradas e incentivar os fornecedores a adotar práticas alinhadas com os princípios do desenvolvimento sustentável. A contratação de fornecedores locais é um dos princípios orientadores adotados, estando amplamente presente em todas as organizações, com exceção da Companhia das Lezírias, como ilustrado no gráfico abaixo.

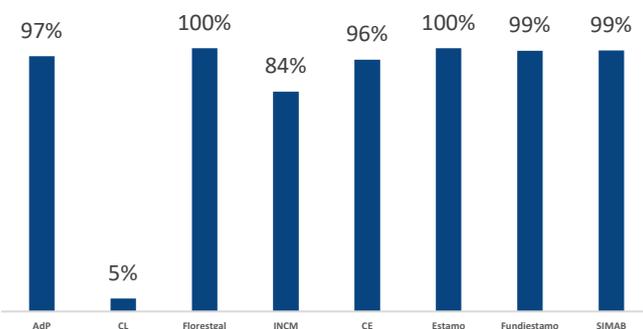


Gráfico 7 – Percentagem de Fornecedores Locais

A preocupação em integrar critérios de sustentabilidade na gestão de fornecedores começa já a refletir-se de forma concreta nas participadas do Grupo. Empresas como o Grupo AdP, a florestgal, a INCM, a Estamo e a SIMAB aplicam, nos seus processos de aquisição, critérios que vão além da vertente estritamente económica, incorporando dimensões ambientais, sociais e de governança. A implementação dos critérios ambientais definidos na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 tem sido um dos principais instrumentos para operacionalizar esta abordagem, facilitando a adoção de práticas de aquisição mais responsáveis e alinhadas com os compromissos de sustentabilidade assumidos, assim como os sistemas de gestão, como o sistema de gestão florestal sustentável, segundo o sistema FSC, no caso da Florestgal.

Destaca-se ainda o trabalho desenvolvido pela INCM, que complementa esta estratégia através da elaboração de uma metodologia própria de avaliação de riscos ESG na cadeia de abastecimento, permitindo uma análise mais abrangente e preventiva dos impactos associados aos seus fornecedores.

As organizações em análise realizam ainda avaliações, inquéritos ou auditorias aos seus fornecedores, permitindo aferir se estes cumprem os critérios de sustentabilidade definidos nos processos de aquisição. Estes mecanismos asseguram que os parceiros comerciais partilham os princípios de ética, transparência e desenvolvimento sustentável que orientam a atividade das empresas.

No que diz respeito às condições de pagamento praticadas, observa-se um compromisso generalizado das organizações em assegurar prazos médios de pagamento equilibrados, promovendo relações comerciais estáveis e de confiança com os fornecedores. O tempo médio que cada empresa demora a pagar uma fatura, contado a partir do início do prazo contratual ou legal aplicável, varia globalmente entre 22 e 72 dias, refletindo diferentes dinâmicas operacionais e setores de atividade. De forma particular, em quatro das organizações — Grupo AdP, Companhia das Lezírias, Estamo e Fundiestamo — as condições de pagamento asseguram que não sejam ultrapassados os 30 dias, evidenciando um esforço para garantir maior liquidez e previsibilidade junto dos seus parceiros comerciais. Já na INCM, Circuito do Estoril e SIMAB, os prazos médios encontram-se num intervalo entre 30 e 60 dias, mantendo-se, ainda assim, alinhados com práticas que favorecem o equilíbrio financeiro e a continuidade sustentável da cadeia de fornecimento.

Tabela 8 – Tempo médio e condições de pagamento

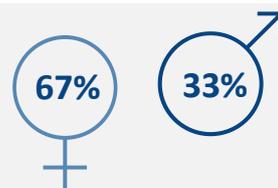
	Grupo AdP	CL	INCM	CE	Estamo	Fundiestamo	SIMAB
Tempo médio de pagamento	25 dias	22 dias	72 dias	36 dias	25 dias	24 dias	42 dias
Condições de Pagamento	< 30 dias	22 dias	30-60 dias	30-60 dias	25 dias		30-60 dias



4. Social

4.1. Condições de Trabalho

O UNIVERSO PARPÚBLICA É COMPOSTO POR MAIS DE 4800 TRABALHADORES.



A análise da distribuição de gênero revela que, na maioria dos setores de atividade, continua a verificar-se um predomínio de trabalhadores do sexo masculino. Ainda assim, importa destacar que, de forma consistente, se garante uma presença feminina significativa, que ronda os 30%, evidenciando o compromisso das organizações em promover maior equilíbrio nas suas equipas.

Esta realidade torna-se particularmente relevante quando observamos setores como o da Gestão de Outras Participações e o da Gestão e Promoção Imobiliária, onde se regista um predomínio de trabalhadoras do sexo feminino. Este dado traduz características próprias destes segmentos de atividade, bem como é o resultado de políticas e práticas que têm vindo a valorizar a presença e o contributo das mulheres em funções estratégicas e operacionais.

A diversidade de gênero nas equipas constitui um fator essencial para o reforço da sustentabilidade e competitividade das organizações. Ao promover contextos de trabalho mais inclusivos, estimula-se a inovação, fomenta-se a pluralidade de perspetivas e cria-se um ambiente mais equilibrado e justo, refletindo-se positivamente no desempenho global e na criação de valor a longo prazo.

Neste sentido, o reforço da representação feminina, especialmente em setores onde historicamente a presença masculina tem sido mais expressiva, assume-se como uma prioridade alinhada com as melhores práticas de governação e os compromissos assumidos em matéria de responsabilidade social.

Relativamente à distribuição etária dos trabalhadores, verifica-se que a presença de colaboradores com idade inferior a 30 anos é residual em todos os setores. Esta reduzida expressão das gerações mais jovens pode estar associada a fatores como a especialização exigida em determinados setores ou à menor rotatividade registada em quadros mais experientes.

No que diz respeito à faixa etária predominante, observa-se que, nos setores da água, exploração agrícola e pecuária, e produção de moedas e publicações, a maioria dos trabalhadores situa-se entre os 30 e os 50 anos. Este equilíbrio etário revela a importância de profissionais que combinam experiência acumulada com uma maior proximidade geracional a novas tendências e práticas.

Por outro lado, nos setores da Gestão de Outras Participações e da Gestão e Promoção Imobiliária, nota-se um predomínio de trabalhadores com mais de 50 anos. Este dado evidencia a relevância de equipas com um grau elevado de senioridade, experiência e conhecimento profundo do setor, fatores que são frequentemente determinantes para a tomada de decisão estratégica e para a condução de processos mais complexos.

A análise destas dinâmicas etárias reforça a importância de políticas ativas de gestão de talento que promovam a renovação geracional, a transferência de conhecimento e a valorização equilibrada das diferentes faixas etárias, assegurando a sustentabilidade organizacional a médio e longo prazo.

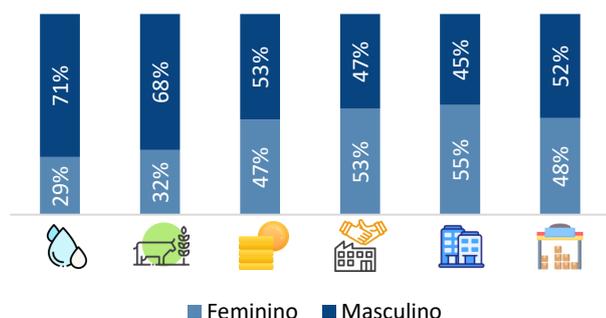


Gráfico 8 - Número total de colaboradores internos (sexo)

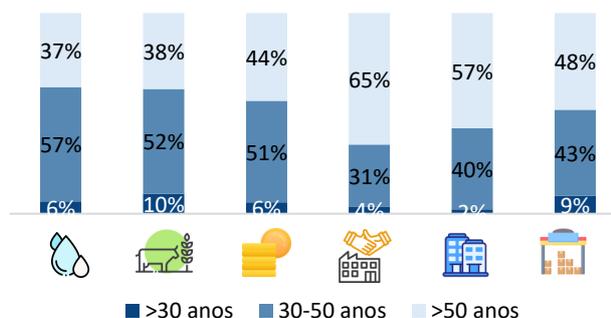


Gráfico 9 - Número total de colaboradores internos (idade)

4.1. Condições de Trabalho

99% Trabalhadores permanentes

No âmbito do presente relatório, constata-se que a quase totalidade dos trabalhadores das empresas abrangidas se encontra contratada em regime permanente, refletindo uma orientação estratégica voltada para a estabilidade e consolidação das equipas de trabalho. A única exceção a este padrão verifica-se no Grupo AdP, que apresenta um contingente de 30 trabalhadores temporários, o que corresponde sensivelmente a 1% do total de colaboradores. Este dado evidencia o compromisso global das organizações com vínculos laborais de longa duração, fator essencial para a continuidade e desenvolvimento sustentado das suas atividades.

No decorrer do último ano, registou-se a saída de 254 trabalhadores, o que é bastante residual, tendo em conta o número de trabalhadores. Estes valores são particularmente relevantes no atual contexto de elevada rotatividade no mercado de trabalho, revelando uma capacidade significativa de retenção de talento por parte das organizações. Tal desempenho parece refletir políticas de gestão de pessoas assentes na valorização do capital humano e na criação de condições de trabalho favoráveis à permanência dos colaboradores.

No que se refere especificamente ao perfil das pessoas que cessaram a sua atividade nas organizações durante o período em análise, observa-se uma distribuição por sexo que acompanha as características setoriais das respetivas áreas de negócio. Em concreto, verifica-se que as saídas ocorreram maioritariamente entre trabalhadores do sexo masculino nos setores das águas, exploração agrícola e pecuária, bem como na produção de moedas e publicações — áreas tradicionalmente marcadas por uma maior presença masculina. Por outro lado, registou-se uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres nas saídas verificadas nos setores da gestão de outras participações e mercados abastecedores, sinalizando uma maior paridade de género nestes domínios. Destaca-se ainda que, no setor da gestão e promoção imobiliária, as saídas corresponderam predominantemente a trabalhadoras do sexo feminino, refletindo a composição de género que caracteriza este setor em particular.

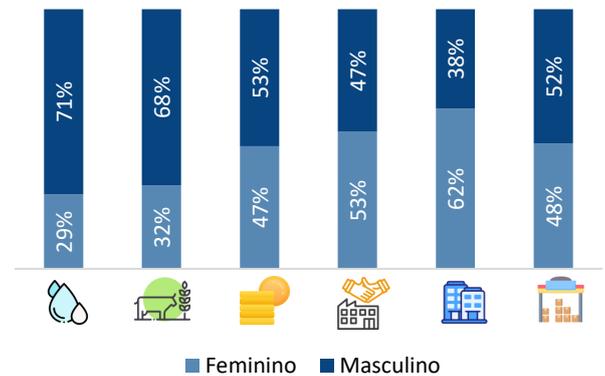


Gráfico 10 - Número total de colaboradores (interno) em regime permanente (Sexo)

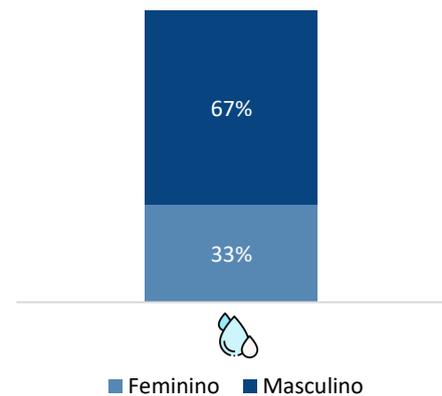


Gráfico 11 - Número total de colaboradores (interno) em regime temporário (Sexo)

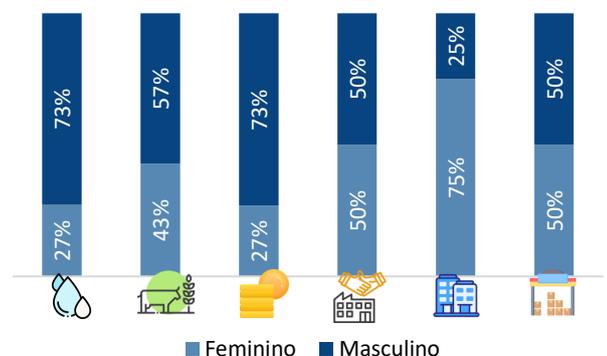


Gráfico 12 - Número total de colaboradores (interno) que deixaram a organização (sexo)

No conjunto das organizações abrangidas pelo presente relatório, a totalidade dos colaboradores exerce funções em regime de tempo completo, evidenciando uma aposta clara na estabilidade e no compromisso a longo prazo com as equipas. A única exceção a este cenário verifica-se no Grupo AdP, que integra cinco colaboradores em regime de tempo parcial. Este contingente representa uma fração muito reduzida do total de trabalhadores, traduzindo-se numa percentagem residual. Destes cinco trabalhadores, observa-se ainda uma distribuição por sexo que reflete uma maior representação feminina, sendo que 80% correspondem a trabalhadoras do sexo feminino e os restantes 20% a trabalhadores do sexo masculino.

Paralelamente, importa destacar que, entre as diversas entidades analisadas, apenas a Florestgal recorre ao apoio de contratados externos para a execução de determinadas atividades. Este recurso pontual e direcionado a prestadores externos parece responder a necessidades operacionais específicas, como variações sazonais ou tarefas de caráter técnico especializado. A composição deste universo de contratados externos revela igualmente uma predominância feminina, com 67% de mulheres, sinalizando uma presença relevante de profissionais do sexo feminino mesmo em contextos de trabalho externo ou temporário.

De forma geral, os dados apresentados demonstram um forte alinhamento das organizações com práticas de emprego estável, a tempo completo e com baixa dependência de trabalho externo, contribuindo para maior coesão interna e sustentabilidade social. Ao mesmo tempo, a análise mais detalhada revela como, mesmo em situações residuais se verifica um peso significativo do trabalho feminino, refletindo tendências de participação crescente das mulheres no conjunto das atividades desenvolvidas pelas empresas abrangidas.

No que diz respeito à aplicação de convenções coletivas de trabalho, importa salientar que estas abrangem todos os colaboradoras de algumas das entidades incluídas no âmbito deste relatório, nomeadamente o Grupo AdP, a Companhia das Lezírias e a INCM. Por fim, no que se refere às queixas apresentadas através dos canais de denúncia disponibilizados, registaram-se 37 ocorrências no Grupo AdP e 2 na INCM. Importa salientar que todas as queixas recebidas foram devidamente analisadas e averiguadas, de modo a garantir a transparência e a melhoria contínua dos processos internos.

Estes indicadores, ainda que referentes a dimensões pontuais, enriquecem a leitura global do retrato organizacional, evidenciando um esforço contínuo de promover relações laborais equilibradas e inclusivas, bem como a adequação das soluções de gestão de pessoas às necessidades específicas de cada setor e de cada empresa.

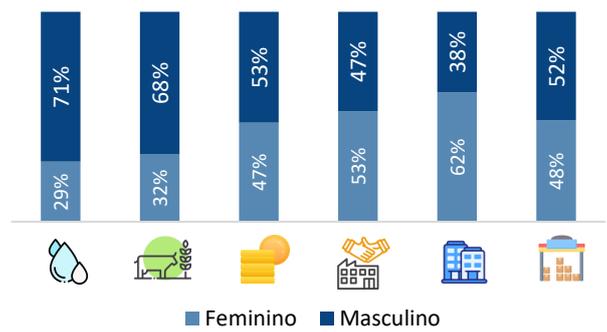


Gráfico 13 - Número total de colaboradores (interno) a tempo completo (sexo)

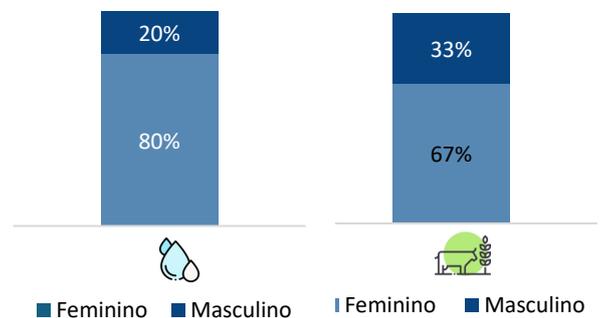


Gráfico 14 - Número total de colaboradores (interno) a tempo parcial (sexo)

Gráfico 15 - Número total de trabalhadores (externos; sexo)

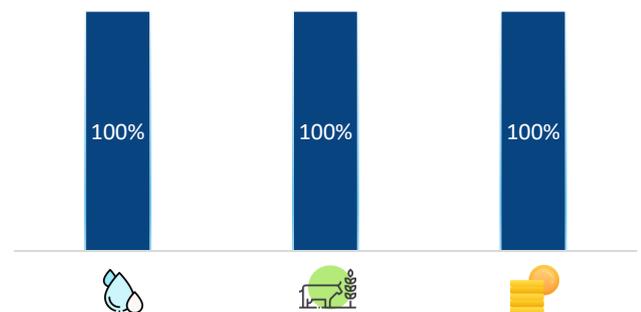


Gráfico 16 - Percentagem de colaboradores (interno) abrangido por convenções coletivas

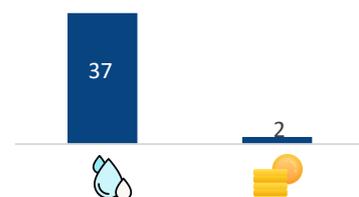


Gráfico 27 - Número de queixas apresentadas através de canais que permitem aos colaboradores e outros trabalhadores da organização suscitar preocupações (incluindo mecanismos de reclamação)

4.1.1. Formação e Desenvolvimento de Competências

A formação é um pilar estratégico para reforçar competências e preparar as equipas para o futuro.

Em 2025, juntos fizemos, em média, 18 horas de formação.

No que respeita ao investimento em formação e desenvolvimento de competências, não se verificam diferenças estatisticamente relevantes entre o número médio de horas de formação frequentadas por homens e mulheres. Ainda assim, observa-se uma ligeira tendência para que as trabalhadoras realizem mais horas de formação do que os trabalhadores do sexo masculino. Este dado poderá refletir uma maior participação feminina em programas de qualificação contínua ou responder a requisitos específicos das funções desempenhadas, reforçando o compromisso das organizações com a igualdade de oportunidades no acesso ao desenvolvimento profissional. Do ponto de vista setorial, destacam-se, pelo maior número médio de horas de formação, os setores da produção de moedas e publicações, das águas e dos mercados abastecedores. Este investimento mais expressivo nestes setores está frequentemente associado à necessidade de atualização técnica permanente, ao cumprimento rigoroso de normas legais e de qualidade, bem como à adaptação a tecnologias emergentes e processos cada vez mais especializados.

De forma geral, os dados apresentados evidenciam o papel central atribuído à formação no fortalecimento da competitividade e resiliência das organizações, constituindo também uma dimensão essencial para promover a empregabilidade, a equidade e o bem-estar dos colaboradores.

No que diz respeito à prática de avaliação de desempenho, esta encontra-se implementada apenas em três das organizações abrangidas: o Grupo AdP, a Companhia das Lezírias e a INCM. Concretamente, a Companhia das Lezírias assegura a avaliação de 100% dos seus trabalhadores, o Grupo AdP abrange mais de 80% dos colaboradores, enquanto a INCM aplica este processo a cerca de 97% do seu efetivo. Estes números refletem um compromisso sólido, por parte destas entidades, com a monitorização e valorização do desempenho individual e coletivo, elemento essencial para a melhoria contínua e alinhamento com os objetivos estratégicos.

Importa salientar que não se registam diferenças substanciais entre o número de homens e mulheres abrangidos pelos processos de avaliação de desempenho, mantendo-se uma proporção equilibrada face ao total de colaboradores de cada organização. Este dado evidencia uma aplicação equitativa das ferramentas de gestão de desempenho, reforçando o princípio da igualdade de tratamento e oportunidades no desenvolvimento e reconhecimento profissional.

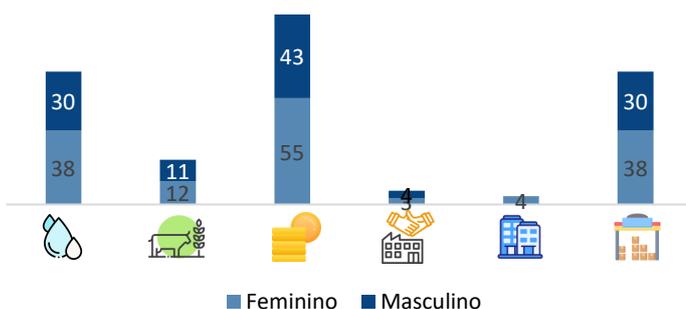


Gráfico 17 – Número médio de horas de formação

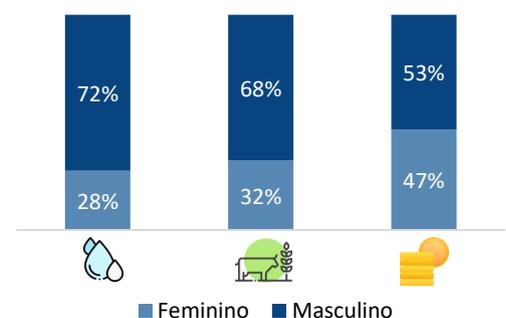


Gráfico 18 – Número de colaboradores que participaram em avaliações de desempenho

4.1.2. Saúde e Segurança no Trabalho

Todas as organizações abrangidas por este relatório asseguram que os seus colaboradores estão incluídos nos respetivos sistemas de saúde e segurança no trabalho, implementados de forma interna e ajustados à realidade de cada setor. Este compromisso reflete-se na adoção de políticas e práticas focadas na prevenção de riscos profissionais, na promoção de ambientes laborais mais seguros e na salvaguarda da integridade física e psicológica dos trabalhadores.

Ainda assim, no período em análise, registaram-se acidentes de trabalho em cinco organizações: Grupo AdP, Companhia das Lezírias, INCM, Circuito do Estoril e SIMAB. Considerando o universo total de colaboradores destas entidades, a frequência destes acidentes não assume um carácter alarmante, sendo de salientar que nenhum deles resultou em fatalidades. Apesar disto, os acidentes tiveram repercussões em termos de dias de trabalho perdidos, com maior impacto no Grupo AdP, que contabilizou 4 486,5 dias, seguido da INCM, com 712 dias perdidos. Destaca-se ainda que o Grupo AdP identificou 20 casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho, facto que reforça a importância de manter o investimento contínuo em medidas de prevenção, monitorização e acompanhamento da saúde ocupacional.

No que respeita aos contratados externos, verificou-se apenas um caso de problema de saúde associado ao trabalho, que originou a perda de um dia de trabalho. Este indicador revela, de forma geral, um controlo eficaz também nesta dimensão, refletindo a preocupação das organizações em estender as práticas de segurança e saúde para além do seu quadro interno de colaboradores.

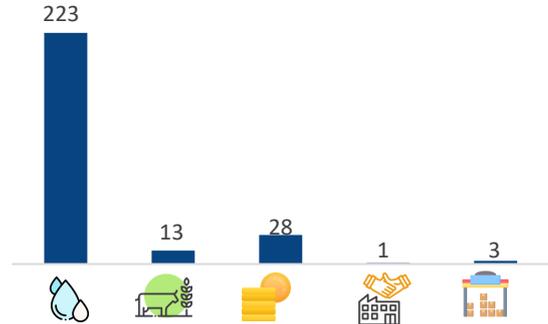


Gráfico 19 – Número de acidentes de colaboradores (interno) relacionados com o trabalho passíveis de registo

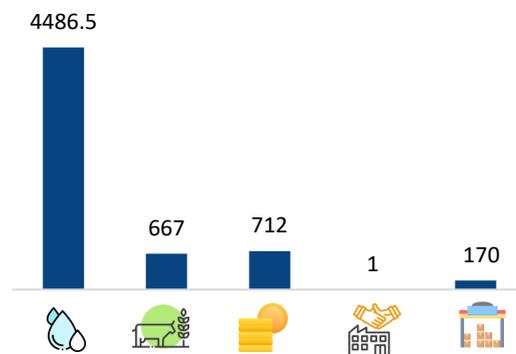


Gráfico 20 – Número de dias perdidos de colaboradores (interno) devido a lesões relacionadas com o trabalho devido a acidentes relacionados com o trabalho

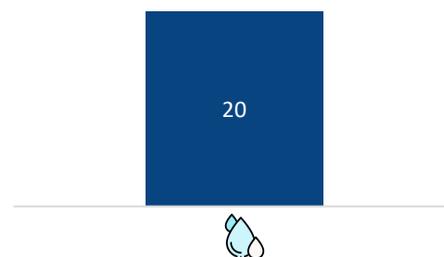


Gráfico 21 – Número de casos de problemas de saúde de colaboradores (interno) relacionados com o trabalho

4.1.3. Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal

A conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal constitui um dos pilares fundamentais para a promoção do bem-estar, da motivação e da sustentabilidade social nas organizações. As licenças parentais assumem, neste âmbito, um papel particularmente relevante, ao garantirem aos colaboradores o direito de acompanhar e cuidar dos filhos num momento determinante para a vida familiar, sem comprometer a continuidade do percurso profissional.

No conjunto das organizações abrangidas por este relatório, observa-se que é maioritariamente o sexo masculino que usufrui do direito a licença parental. Esta diferença resulta, essencialmente, das características concretas da vida pessoal e familiar dos colaboradores, e não decorre de quaisquer limitações ou condicionamentos impostos pelas políticas das empresas. Ao garantirem o acesso equitativo às licenças parentais e a outras medidas de apoio à conciliação, as organizações reafirmam o seu compromisso com a criação de condições que promovem uma vida mais equilibrada e inclusiva. Esforço, que contribui para a igualdade de oportunidades, bem como para o fortalecimento de uma cultura organizacional mais responsável e humanizada.

Este compromisso é particularmente evidente em três das organizações — Grupo AdP, INCM e PARPÚBLICA — que contam com certificação no Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, refletindo uma aposta clara e estruturada nesta dimensão.

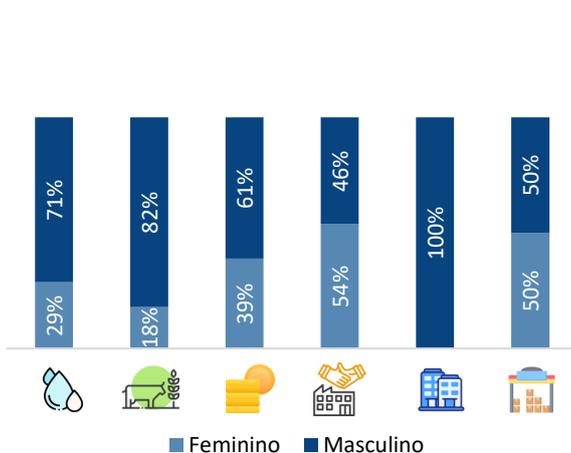


Gráfico 22 – Percentagem de colaboradores (interno) com direito a gozar licenças para assistência à família

4.1.4. Políticas de Remuneração

A remuneração justa e equitativa constitui um dos pilares fundamentais para a promoção da igualdade, motivação e satisfação dos colaboradores nas organizações. Observa-se que, no Grupo AdP e no Circuito do Estoril, as mulheres apresentam remunerações significativamente superiores, com diferenças de 36% e 74%, respetivamente.

Por outro lado, nos casos da Companhia das Lezírias, PARPÚBLICA e Fundiestamo, os homens registam ganhos substancialmente mais elevados.

Relativamente ao rácio entre a remuneração do colaborador mais bem remunerado e a média salarial dos trabalhadores da organização, verifica-se uma disparidade considerável. Esta diferença é influenciada, em grande medida, pela coexistência de funções operacionais, que tendem a apresentar salários mais baixos, contribuindo para a redução da média salarial global. Tal contexto evidencia a necessidade de uma análise diferenciada e contextualizada dos níveis remuneratórios, em função das responsabilidades e especificidades de cada cargo.

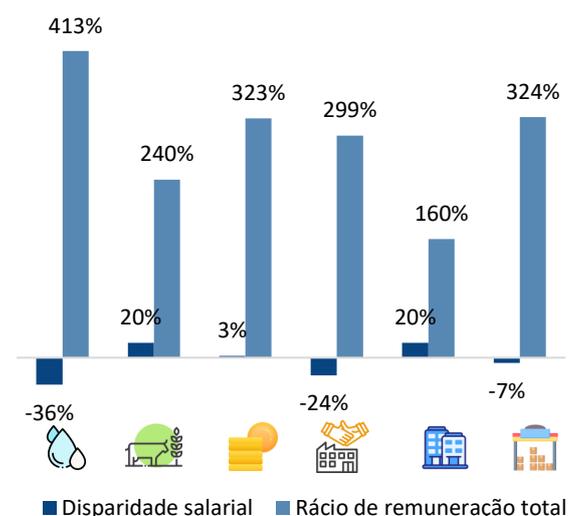


Gráfico 23 – Disparidade Salarial e Rácio de Remuneração Total

4.2. Diversidade

A diversidade constitui um dos pilares essenciais para a construção de organizações sustentáveis, capazes de enfrentar os desafios atuais e futuros com maior flexibilidade e criatividade. Incorporar a diversidade nas políticas e práticas de recursos humanos é uma estratégia fundamental que impulsiona a inovação, melhora a tomada de decisões e fortalece a capacidade das organizações para se adaptarem a ambientes competitivos e em constante mudança. A valorização da diversidade assume um papel central ao promover a inclusão de diferentes perspetivas, experiências e talentos, que contribuem para o desenvolvimento de soluções mais completas e eficazes. Além disso, ambientes de trabalho que respeitam e incentivam a diversidade favorecem o bem-estar dos colaboradores, aumentando a sua motivação, compromisso e retenção, o que impacta positivamente a produtividade e o clima organizacional.

As organizações destacadas detêm planos de igualdade que permitem garantir oportunidades equitativas a todos, independentemente do sexo, idade, origem ou outras características pessoais, contribuindo assim para uma cultura organizacional mais justa e ética. Ao integrar a diversidade como um valor estratégico, as organizações reforçam a sua responsabilidade social interna, bem como ampliam o seu impacto positivo na sociedade, refletindo os princípios da sustentabilidade em todas as suas ações e relações.

A diversidade permeia todas as políticas de recursos humanos.



Plano para a Igualdade



CIRCUITO DO ESTORIL

Plano para a Igualdade

simob

Correção e Gestão de Recursos

Plano para a Igualdade



FUNDIESTAMO
SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS
DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.

Plano para a Igualdade

ESTAMO

PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A.

No que diz respeito à composição dos quadros superiores, verifica-se, em grande parte dos setores, uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres, refletindo um progresso significativo na promoção da igualdade de género em posições de liderança. Este equilíbrio contribui para a diversidade de perspetivas e estilos de gestão, fatores essenciais para a inovação, tomada de decisão eficaz e fortalecimento da cultura organizacional. Contudo, existem exceções notáveis que merecem destaque. Na Companhia das Lezírias, observa-se que todos os cargos de direção são atualmente ocupados por homens, evidenciando um desafio persistente na incorporação de mulheres em posições de topo nesta organização. Por outro lado, na SIMAB, verifica-se uma predominância feminina nos quadros superiores, com 64% dos cargos de liderança ocupados por mulheres, demonstrando um modelo inverso que reforça a importância da diversidade e inclusão em contextos variados. Estas diferenças sublinham a necessidade de abordagens personalizadas e estratégicas em cada organização, que reconheçam as especificidades de cada setor e promovam ativamente políticas que garantam a representatividade equilibrada e o acesso igualitário a oportunidades de crescimento e liderança para todos os colaboradores.

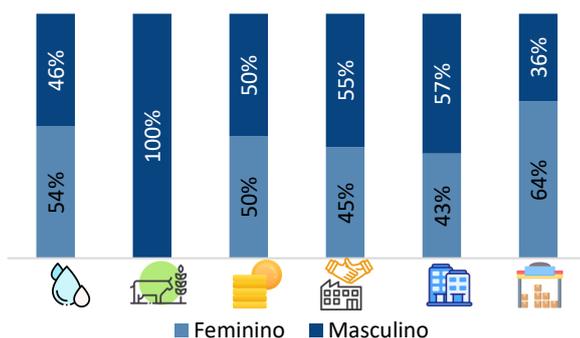


Gráfico 24 – Distribuição por género a nível dos quadros superiores (%)

A promoção da inclusão social no ambiente de trabalho representa um compromisso essencial das organizações para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Neste contexto, a integração de pessoas com necessidades especiais é assumida como cumprimento de uma obrigação legal, bem como um princípio ético e um fator de enriquecimento humano e organizacional.

As empresas abrangidas por este relatório, que se encontram legalmente obrigadas a cumprir o regime de quotas previsto na Lei n.º 4/2019, têm vindo a demonstrar o seu empenho efetivo neste objetivo. Destaca-se o Grupo AdP, que cumpre a quota legal com 2% de trabalhadores com deficiência, a Companhia das Lezírias que também assegura 2%, e a INCM que, de forma mais expressiva, integra 4% de colaboradores com necessidades especiais no seu efetivo.

Estes resultados refletem o esforço contínuo das organizações na valorização da diversidade e na eliminação de barreiras que possam limitar o acesso ao trabalho.

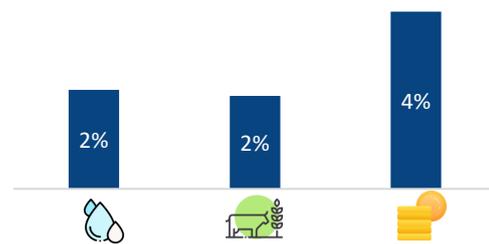


Gráfico 25 – Percentagem de pessoas com deficiência



5. Ambiente

5.1. Gestão de Energia

No panorama global do consumo energético, observa-se que o setor das águas se destaca como o maior consumidor de combustíveis, registando em 2024 um consumo superior a 26 mil Megawatts, integralmente proveniente de fontes de energia renovável. Por sua vez, os Mercados Abastecedores apresentam um perfil de consumo equilibrado, com uma percentagem muito semelhante de energia de origem fóssil e renovável, ilustrando um modelo de transição energética progressiva que conjuga diferentes fontes para garantir a segurança e estabilidade do abastecimento.

Relativamente ao consumo de eletricidade, o setor da produção de moedas e publicações assume particular relevância, totalizando mais de 5 000 Megawatts, seguido pelo setor da gestão e promoção imobiliária, com 1 161 Megawatts consumidos. Estes valores refletem a intensidade e as especificidades operacionais de cada setor.

Importa ainda referir que três setores – Gestão e Promoção Imobiliária, Gestão de Outras Participações e Mercados Abastecedores – recorrem, embora de forma residual, a energia de origem nuclear. Apesar de os consumos serem baixos, este dado evidencia a diversidade do *mix* energético utilizado e sublinha a importância de uma monitorização contínua e estratégica do seu impacto ambiental.

Tabela 9 – Consumo total de energia proveniente de fontes fósseis e renováveis (MWh)

	Águas	Exploração agrícola e pecuária	Produção de moedas e publicações	Gestão de Outras Participações	Gestão e Promoção Imobiliária	Mercados Abastecedores
Consumo total de energia proveniente de fontes fósseis (MWh)		145,67	240	156	72	1185
Consumo de combustível de fontes renováveis (MWh)	26568			134	45	1351

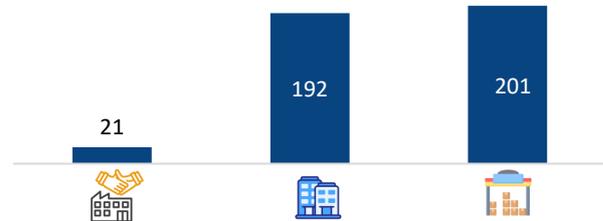


Gráfico 26 – Consumo total de energia proveniente de fontes de Energia nuclear (MWh)



Gráfico 27 – Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis e consumo de energia renovável não proveniente de combustíveis gerada pelo próprio

5.1. Emissões de Gases com Efeito de Estufa

No que respeita ao cálculo das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), verifica-se que a INCM e a SIMAB calcularam as suas emissões de âmbito 1, correspondentes às emissões diretas provenientes de fontes controladas ou detidas pelas organizações.

Relativamente ao âmbito 2, que inclui as emissões indiretas associadas ao consumo de eletricidade adquirida, este foi calculado pelo Grupo AdP e pelo setor da Gestão e Promoção Imobiliária. Destaca-se que a Gestão e Promoção Imobiliária foi ainda mais além, procedendo igualmente ao cálculo das emissões de âmbito 3, que englobam outras emissões indiretas resultantes das atividades da cadeia de valor, como deslocações, serviços adquiridos e transporte de mercadorias.

De uma forma geral, as emissões reportadas revelam-se bastante reduzidas face à natureza e dimensão dos setores em causa. Ainda assim, salienta-se que o Grupo AdP apresenta valores mais expressivos, totalizando mais de 150 mil toneladas de CO₂ equivalente, resultado da dimensão e da intensidade das suas operações, encontrando-se a calcular as emissões de âmbito 1 e 2.

Estes resultados evidenciam uma maior maturidade de algumas organizações na monitorização das suas emissões e refletem o caminho que está a ser trilhado para conhecer melhor o impacto climático da atividade, como parte essencial da estratégia de sustentabilidade e da definição de medidas de mitigação.

Tabela 10 – Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2 e 3 (CO₂eq)

	Águas	Produção de moedas e publicações	Gestão e Promoção Imobiliária	Mercados Abastecedores
Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (ton CO ₂ eq)		212		334
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 (ton CO ₂ eq)	152 768		2	
Emissões brutas de GEE de âmbito 3 (ton CO ₂ eq)			72	

5.2. Gestão da Água

Analisando o consumo de água, constata-se que este varia de forma significativa entre os diferentes setores, refletindo as características e exigências próprias de cada atividade.

O setor das águas destaca-se naturalmente como o maior consumidor, em resultado direto da sua operação, que implica a captação, tratamento e distribuição deste recurso essencial. Logo a seguir surge o setor da exploração agrícola e pecuária, que apresenta um consumo superior a 4 milhões de m³, justificado pela natureza intensiva das suas atividades produtivas e pela necessidade de garantir a sustentabilidade e vitalidade dos sistemas agrícolas e pecuários.

Por contraste, os setores predominantemente administrativos, como a Gestão de Outras Participações e a Gestão e Promoção Imobiliária, registam consumos de água significativamente mais baixos. Este facto está alinhado com a tipologia das suas operações, maioritariamente realizadas em ambiente de escritório, onde as necessidades de água são mais limitadas e diretamente associadas ao funcionamento corrente das instalações.

Este panorama evidencia a importância de adotar medidas ajustadas à realidade de cada setor, reforçando a gestão eficiente da água como parte integrante da estratégia de sustentabilidade e compromisso com a utilização responsável dos recursos naturais.

Tabela 11 – Consumo total de água (m³) e quantidade total de recursos hídricos reciclados e reutilizados (m³)

	Águas	Exploração agrícola e pecuária	Produção de moedas e publicações	Gestão de Outras Participações	Gestão e Promoção Imobiliária	Mercados Abastecedores
O consumo total de água (m ³)	600 785 209	4 208 223	13 303	2 752	628	37 883
A quantidade total de recursos hídricos reciclados e reutilizados (m ³)	8 893 961					36

5.3. Economia Circular

A gestão de resíduos assume especial relevância em setores cujas operações, pela sua natureza, geram volumes significativos de subprodutos e materiais descartados. É o caso do setor das águas e dos mercados abastecedores, que totalizam, cada um, mais de 9 mil toneladas de resíduos gerados.

Com valores bastante inferiores, encontram-se outros setores como a exploração agrícola e pecuária, a produção de moedas e publicações e a gestão e promoção imobiliária, cujo impacto é proporcionalmente mais reduzido devido à menor intensidade operacional e ao tipo de atividades desenvolvidas.

No que respeita aos resíduos perigosos, destaca-se o Grupo AdP, responsável por 248 toneladas, resultado da especificidade dos processos industriais e da manutenção de infraestruturas. Ainda assim, a maior fatia dos resíduos gerados pelas organizações corresponde a resíduos não perigosos, onde predomina uma estratégia focada na sustentabilidade: a reciclagem surge como destino principal, seguida pela preparação para reutilização, reforçando o compromisso com a economia circular.

Relativamente aos resíduos que necessitam de eliminação, observa-se que, no setor das águas, prevalece o recurso ao aterro e a outras operações de eliminação. Já nos mercados abastecedores, os resíduos acabam maioritariamente por ter como destino a incineração, seguida também do aterro.

É ainda de destacar alguns dados específicos que refletem o esforço de circularidade e aproveitamento de recursos: o setor da produção de moedas e publicações gerou 1 676 toneladas do peso global de produtos e materiais técnicos, além de 229 toneladas de componentes e materiais secundários que foram reutilizados ou reciclados na produção de novos bens e serviços. No caso da exploração agrícola e pecuária, verifica-se uma boa prática exemplar, ao utilizar 100% de produtos biológicos obtidos de forma sustentável nos seus processos produtivos.

Estes resultados demonstram o empenho crescente das organizações na redução do impacto ambiental dos resíduos gerados, procurando valorizar materiais sempre que possível, e privilegiando soluções que se alinhem com os princípios da economia circular e da sustentabilidade.

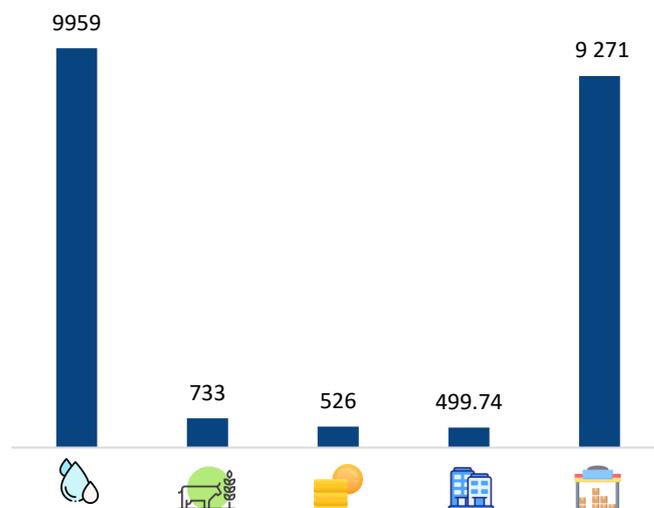


Gráfico 28 - Quantidade total de resíduos produzidos (Ton)

Tabela 12 – Quantidade total de resíduos perigosos e não perigosos, desviada da eliminação, das suas próprias operações (ton)

	Águas	Exploração agrícola e pecuária	Produção de moedas e publicações	Gestão de Outras Participações	Mercados Abastecedores
Resíduos perigosos	Preparação para reutilização		4		12
	Reciclagem	248			
	Outras operações de recuperação		4		
Resíduos não perigosos	Preparação para reutilização	749	469		1 072
	Reciclagem	404 791	12	7	2 766
	Outras operações de recuperação		733	392	

Tabela 13 – Quantidade total de resíduos eliminados (ton)

	Águas	Exploração agrícola e pecuária	Produção de moedas e publicações	Mercados Abastecedores
Incineração				3 042
Aterro	20355	5,4	0,4	2 379
Outras operações de eliminação	9210		52,7	

Joaquim Cadete

Presidente

João Pinhão

Vice-Presidente

Ana Cristina Carvalho

Vogal Executivo

João Ferreira

Vogal Executivo

Filipa Franco

Vogal Executivo

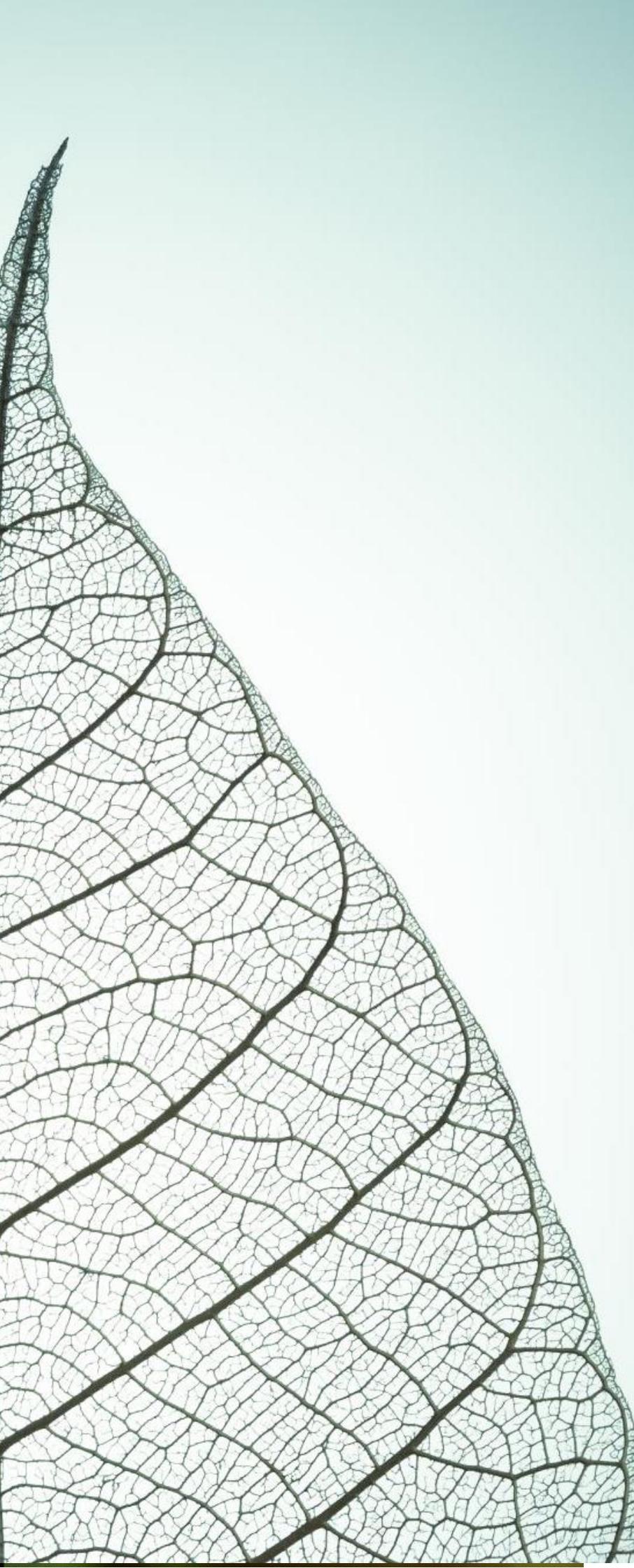
Maria João Araújo

Vogal Não Executivo

Pedro Falcão

Vogal Não Executivo

Lisboa, 27 de junho de 2025



Anexos

Lista de Requisitos de Divulgação observados na elaboração das Declarações de Sustentabilidade

Requisitos	Nome	Indicador	Pág.	
E1-5	Consumo energético e combinação de energia	Consumo total de energia proveniente de fontes fósseis;	P. 49	
		Consumo total de energia proveniente de fontes de Energia nuclear;	P. 49	
		Consumo total de energia proveniente de fontes renováveis, desagregado por:	P. 49	
		A empresa deve fornecer informações sobre o seu consumo energético e a sua combinação de energia.	Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa (incluindo também resíduos industriais e urbanos de origem biológica), biocombustíveis, biogás, hidrogénio de fontes renováveis, etc.;	P. 49
		A divulgação exigida pelo n.º 35 deve incluir o consumo total de energia em MWh relacionado com as próprias operações do seguinte modo:	consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis, e	P. 49
			consumo de energia renovável não proveniente de combustíveis gerada pelo próprio.	P. 49
			consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão,	P. 49
			consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos,	P. 49
		As empresas com atividades em setores de elevado impacto climático devem desagregar o seu consumo total de energia proveniente de fontes fósseis por:	consumo de combustível proveniente do gás natural,	P. 49
			consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis;	P. 49
			Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos proveniente de fontes fósseis;	P. 49
			Além disso, se for caso disso, a empresa deve desagregar e divulgar separadamente a sua produção de energia não renovável e a sua produção de energia renovável em MWh.	P. 49
			A empresa deve fornecer informações sobre a intensidade energética (consumo total de energia por receita líquida) associada às atividades em setores com elevado impacto climático.	P. 49
E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	Emissões brutas de GEE de âmbito 1;	P. 50	
		Emissões brutas de GEE de âmbito 2;	P. 50	
		Emissões brutas de GEE de âmbito 3; e	P. 50	
		Total das emissões de GEE.	P. 50	
E3-4	Consumo de água	A empresa deve divulgar informações sobre o seu desempenho em matéria de consumo de água relacionadas com os seus impactos, riscos e oportunidades materiais.	O consumo total de água em m3;	P. 50
		A divulgação exigida no n.º 26 diz respeito às próprias operações e inclui:	O consumo total de água, em m3, em zonas onde existe risco hídrico material, incluindo zonas de elevado stress hídrico;	P. 50
E5-5	Saídas de recursos	A empresa deve divulgar informações sobre a sua quantidade total de resíduos, em toneladas ou quilogramas, das suas próprias operações:	A quantidade total de resíduos produzidos;	P. 51
			A quantidade total, em peso, desviada da eliminação, com uma repartição entre resíduos perigosos e não perigosos e uma repartição pelos seguintes tipos de operações de recuperação:	P. 51
			preparação para reutilização,	P. 51
			reciclagem; e	P. 51
			outras operações de recuperação;	P. 51
			A quantidade, em peso, destinada à eliminação por tipo de tratamento de resíduos e a quantidade total que agrupa os três tipos, com uma repartição entre resíduos perigosos e resíduos não perigosos. Os tipos de tratamento de resíduos a divulgar são os seguintes:	P. 51
			Incineração;	P. 51
			aterro; e	P. 51
			outras operações de eliminação;	P. 51
			A quantidade total e percentagem de resíduos não reciclados.	P. 51
	A empresa deve também divulgar a quantidade total de resíduos perigosos e de resíduos radioativos produzidos pela empresa, nos casos em que os resíduos radioativos são definidos no artigo 3.º, n.º 7, da Diretiva 2011/70/Euratom do Conselho.	P. 51		

Lista de Requisitos de Divulgação observados na elaboração das Declarações de Sustentabilidade

Requisitos	Nome	Indicador	Pág.
S1-6	Características dos trabalhadores assalariados da empresa	o número total de trabalhadores por número de efetivos e repartição por género e por país para os países em que a empresa tem 50 ou mais trabalhadores, representando pelo menos 10 % do seu número total de trabalhadores;	P. 40
		o número total por número de efetivos ou equivalentes a tempo completo (ETC) de trabalhadores assalariados permanentes e repartição por género	P. 41
		o número total por número de efetivos ou equivalentes a tempo completo (ETC) de trabalhadores assalariados temporários e repartição por género; e	P. 41
		o número total de trabalhadores que deixaram a empresa durante o período de relato e a taxa de volume de negócios por trabalhador no período de relato.	P. 41
S1-7	Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa	A empresa deve descrever as principais características dos trabalhadores não assalariados da sua própria mão de obra. O requisito de divulgação deve incluir uma divulgação do número total de trabalhadores não assalariados da própria mão de obra, ou seja, pessoas com contratos com a empresa para fornecer mão de obra («trabalhadores por conta própria») ou trabalhadores fornecidos por empresas que se dedicam primordialmente a «atividades de emprego» (código NACE N78).	P. 41
S1-8	Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	A empresa deve divulgar a percentagem do total de trabalhadores assalariados abrangidos por convenções coletivas	P. 42
		A empresa deve divulgar as seguintes informações em relação ao diálogo social a percentagem global de trabalhadores assalariados abrangidos pelos representantes dos trabalhadores, comunicada a nível do país para cada país do EEE em que a empresa tem um número de empregados significativo; e	P. 42
S1-9	Métricas de diversidade	A empresa deve divulgar a distribuição por género, em número e percentagem, a nível dos quadros superiores; e	P. 47
		A empresa deve divulgar a distribuição dos trabalhadores por grupo etário: com menos de 30 anos de idade; com idade compreendida entre 30 e 50 anos; e com mais de 50 anos de idade.	P.40
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	O requisito de divulgação deve incluir a percentagem de trabalhadores assalariados que participaram em análises regulares do desempenho e da evolução da carreira; essas informações devem ser discriminadas por género; O requisito de divulgação deve incluir o número médio de horas de formação por trabalhador assalariado e por género	P. 43 P. 43
S1-15	Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	O requisito de divulgação deve incluir A percentagem de trabalhadores assalariados com direito a gozar licenças para assistência à família; e	P. 45
		O requisito de divulgação deve incluir a percentagem de trabalhadores assalariados com direito a gozar licenças para assistência à família e uma repartição por género.	P. 45
S1-17	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	A empresa deve divulgar o número de incidentes e/ou queixas relacionados com o trabalho e os impactos e incidentes graves em matéria de direitos humanos na sua própria mão de obra, bem como quaisquer coimas ou sanções materiais ou compensações durante o período de relato.	P. 40
		A empresa deve divulgar o número de queixas apresentadas através de canais que permitem à própria mão de obra da empresa suscitar preocupações (incluindo mecanismos de reclamação) e, se for caso disso, aos pontos de contacto nacionais para as empresas multinacionais da OCDE relacionadas com as matérias definidas no n.º 2 da presente norma, excluindo as já referidas na alínea a) supra;	P.42
		A empresa deve divulgar o montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos causados pelos incidentes descritos na alínea a) supra, juntamente com uma conciliação das quantias monetárias divulgadas na quantia mais relevante nas demonstrações financeiras.	P.40

Lista de Requisitos de Divulgação observados na elaboração das Declarações de Sustentabilidade

Requisitos	Nome	Indicador	Pág.
G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	Uma descrição dos mecanismos de identificação, comunicação e investigação de preocupações sobre comportamentos ilícitos ou contrários ao seu código de conduta ou regras internas semelhantes; E se tem em conta a comunicação de informações por parte de partes interessadas internas e/ou externas;	P.37
		Informações pormenorizadas sobre a criação de canais internos de denúncia de irregularidades, incluindo se a empresa fornece informações e formação aos seus próprios trabalhadores e informações sobre a designação e a formação do pessoal que recebe as denúncias; e	P.37
		Medidas de proteção contra a retaliação dos seus próprios trabalhadores que são denunciantes, em conformidade com a legislação aplicável que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho	P.36
G1-2	Gestão das relações com os fornecedores	A abordagem da empresa relativamente às suas relações com os seus fornecedores, tendo em conta os riscos para a empresa relacionados com a sua cadeia de abastecimento e os impactos em questões de sustentabilidade; e Se e de que forma tem em conta os critérios sociais e ambientais para a seleção dos seus fornecedores.	P.38 P.31
GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	Composição e a diversidade dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	P.31
		As funções e responsabilidades dos órgãos de administração, de direção e de supervisão no exercício da fiscalização do processo de gestão dos impactos, riscos e oportunidades materiais	P.31
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	Os conhecimentos especializados dos seus órgãos de administração, de direção e de supervisão em questões de sustentabilidade ou o acesso a esses conhecimentos e competências	P.31
		Se, por quem e com que frequência os órgãos de administração, gestão e supervisão, a implementação da devida diligência e os resultados e eficácia das políticas, ações, métricas e metas adotados para os abordar	P.32
		A forma como os órgãos de administração, direção e supervisão têm em conta os impactos, riscos e oportunidades quando fiscalizam a estratégia da empresa, as suas decisões sobre as principais transações e os seus processos de gestão de riscos	P.32
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Uma lista dos impactos, riscos e oportunidades materiais abordados pelos órgãos de administração, direção e de supervisão, durante o período de relato	P.32
		A empresa deve divulgar as seguintes informações sobre a posição de mercado da empresa e os principais elementos da sua estratégia geral que digam respeito ou afetem questões de sustentabilidade A empresa deve divulgar uma descrição do seu modelo de negócios e da cadeia de valor	P.32 P.32
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	A empresa deve divulgar uma descrição sucinta: Do seu envolvimento com as partes interessadas com as partes interessadas Da compreensão, por parte da empresa, da empresa, dos interesses e pontos de vista das partes interessadas, uma vez que estão relacionados com a estratégia e o(s) modelo(s) de negócios da empresa, na medida em que estes foram analisados durante o(s) processo(s) inerentes ao dever de diligência da empresa e/ou o processo de avaliação da materialidade Se e de que forma os órgãos de administração, direção e supervisão são informados sobre os pontos de vista e os interesses das partes interessadas afetadas, no que diz respeito aos impactos relacionados com a sustentabilidade da empresa.	Anexo 2
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Uma breve descrição dos seus impactos, riscos e oportunidades materiais resultantes da sua avaliação da materialidade, incluindo uma descrição dos elementos em que se concentram esses impactos, riscos e oportunidades materiais no seu modelo de negócio, nas suas próprias operações e na sua cadeia de valor a montante e a jusante	Anexo 2
		No que se refere aos impactos materiais da empresa: O modo como os impactos materiais negativos ou positivos da empresa afetam as pessoas ou o ambiente Se e como os impactos têm origem ou estão relacionados com a estratégia e o modelo empresarial da empresa Os horizontes temporais razoavelmente esperados dos impactos Se a empresa está envolvida nos impactos materiais através das suas atividades ou devido às suas relações comerciais, descrevendo a natureza das atividades ou relações comerciais em causa	Anexo 2
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	Uma descrição das metodologias e dos pressupostos aplicados nos processos descritos	Anexo 2
		Uma panorâmica do processo utilizado para identificar, avaliar, priorizar e acompanhar os impactos potenciais e reais da empresa nas pessoas e no ambiente, com base no processo inerente ao dever de diligência em matéria de sustentabilidade da empresa	Anexo 2
		Uma panorâmica do processo utilizado para identificar, avaliar, priorizar e acompanhar os riscos e oportunidades que tenham ou possam ter efeitos financeiros	Anexo 2
		Uma descrição do processo decisório, bem como dos respetivos procedimentos de controlo interno	Anexo 2
		Em que medida e de que forma o processo de identificação, avaliação e gestão dos impactos e riscos está integrado no processo global de gestão de riscos da empresa e é utilizado para avaliar o perfil de risco global de gestão da empresa	Anexo 2
		Em que medida e de que modo o processo de identificação, avaliação e gestão das oportunidades está integrado no processo global de gestão da empresa	Anexo 2
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pelas declarações de sustentabilidade da empresa	Os parâmetros que utiliza	Anexo 2
		A empresa deve incluir uma lista de requisitos de divulgação observados na elaboração das declarações de sustentabilidade, na sequência da avaliação de materialidade	Anexo 1



**RELATÓRIO DE
DUPLA MATERIALIDADE
JUNHO 2025**

Índice

1. Enquadramento	4
2. Metodologia	4
3. Materialidade	7
3.1. Compreensão do Contexto.....	7
3.1.1. Atividade	8
3.1.1.1. Análise do Plano de Negócio	13
3.1.2. Partes Interessadas Afetadas	26
3.2. Identificação dos Impactos, Riscos e Oportunidades.....	32
3.3. Avaliação dos Impactos, Riscos e Oportunidades	33
3.3.1. Materialidade de Impacto e Financeira	33
3.4. Relato dos Temas Materiais	41
4. Conclusão.....	43
5. Anexos.....	44
5.1. Participações da PARPÚBLICA.....	44
5.2. Anexo I – Temas, Subtemas e Sub-subtemas, segundo as ESRS.....	45
5.2. Anexo 2 – Lista de IRO materiais	48

Índice de Figuras

Figura 1 – Materialidade de Impacto e Materialidade Financeira	4
Figura 2 – Processo de Dupla Materialidade (Materiality Assessment Implementation Guidance, EFRAG).....	6
Figura 3 – Metodologia para identificar, envolver e dialogar com as PI, segundo a AA1000SES.....	7
Figura 4 – Partes Interessadas, acordo com as ESRS	26
Figura 5 – Matriz de Partes Interessadas (Águas)	27
Figura 6 - Matriz de Partes Interessadas (Produção de moedas e Publicações).....	28
Figura 7 - Matriz de Partes Interessadas (Gestão e Promoção Imobiliária).....	30
Figura 8 - Matriz de Partes Interessadas (Mercados Abastecedores)	32
Figura 9 – Processo da Dupla Materialidade, de acordo com o Guia.....	33
Figura 10 - Representação gráfica dos temas materiais, por grau de impacto.....	42

Índice de Tabelas

Tabela 1- Mecanismos de Envolvimento com as PI (Águas).....	28
Tabela 2- Mecanismos de Envolvimento com as PI (Produção de moedas e Publicações).....	29
Tabela 3- Mecanismos de Envolvimento com as PI (Gestão e Promoção Imobiliária).....	31
Tabela 4- Mecanismos de Envolvimento com as PI (Mercados Abastecedores).....	32
Tabela 5 - Temas materiais do setor Águas	33
Tabela 6 - Temas materiais do setor Produção de moedas e Publicações	35
Tabela 7 - Temas materiais do setor Gestão de Outras Participações	36
Tabela 8 - Temas materiais do setor Gestão e Promoção Imobiliária	37
Tabela 9 - Temas materiais do setor Mercados Abastecedores.....	39
Tabela 10 - Temas materiais do setor Exploração Agrícola e Pecuária	40

Abreviaturas

AA1000SES – AA1000 *Stakeholder Engagement Standard*

EFRAG – *European Financial Reporting Advisory Group*

ESRS – *European Sustainability Reporting Standards*

PI – Partes Interessadas

1. Enquadramento

A abordagem de dupla materialidade é um elemento central para compreender e priorizar as questões que afetam tanto o desempenho da organização quanto a sociedade e o ambiente onde esta opera. Este relatório reflete o compromisso do Grupo PARPÚBLICA (doravante designado por “Grupo”) com uma análise abrangente, que combina duas perspetivas complementares: a materialidade de impacto e a materialidade financeira.

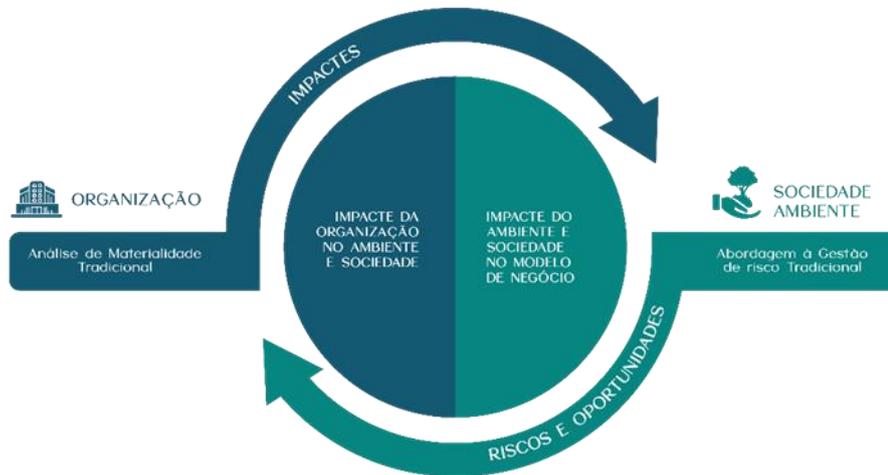


Figura 1 – Materialidade de Impacto e Materialidade Financeira

A materialidade de impacto concentra-se em avaliar como as atividades, produtos e operações da organização geram impactos significativos sobre a sociedade e o ambiente e a economia. Este eixo analisa os efeitos das ações da empresa, independentemente de consequências financeiras diretas para a empresa.

Por outro lado, a materialidade financeira centra-se nos fatores ambientais, sociais e de governação (*Environmental, social, and governance* – ESG) que têm impacto direto ou potencial no desempenho económico da organização. Este eixo examina como os riscos e oportunidades – como regulamentações ambientais, mudanças nas preferências dos consumidores e riscos reputacionais – afetam a capacidade de criar valor a longo prazo.

Ao adotar o princípio da dupla materialidade, o Grupo assegura que as decisões estratégicas são informadas por uma compreensão integrada dos impactos, riscos e oportunidades (IRO), equilibrando a criação de valor económico com a geração de benefícios para a sociedade e o ambiente. Este relatório traduz esse compromisso, oferecendo uma visão clara e estruturada sobre as questões mais relevantes e os esforços da organização para alinhar a sustentabilidade com a resiliência empresarial.

2. Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração deste relatório de sustentabilidade reflete o compromisso da Grupo PARPÚBLICA com a transparência, a precisão e a relevância das informações apresentadas. Esta secção detalha os processos, critérios e ferramentas utilizados para identificar, avaliar e comunicar os impactos ambientais, sociais e de governação da atividade da Grupo PARPÚBLICA e os respetivos riscos e oportunidades financeiras, assegurando a credibilidade do relatório e o alinhamento com as melhores práticas internacionais.

Este relatório tem como objetivo apresentar de forma clara e estruturada os resultados do processo de materialidade, sendo a metodologia desenvolvida para garantir que os tópicos abordados são relevantes tanto para a organização quanto para as suas Partes Interessadas (PI), refletindo a integração da sustentabilidade na estratégia empresarial.

O presente relatório é relativo ao período de 2024 do Grupo, Participações Públicas, SGPS, SA, (doravante, PARPÚBLICA) e inclui as organizações que são participadas, em mais de 50%, de acordo com o Anexo I:

	AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.;
	Companhia das Lezírias, S.A.;
	FLORESTGAL – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.;
	Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.;
	Sage secur - Sociedade De Estudos, Desenvolvimento E Participação Em Projectos, S.A.;
	CE – Circuito do Estoril, S.A.;
	ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.;
	Fundiestamo - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.;
	SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.

As organizações foram agrupadas nos seguintes setores:



Este é o primeiro processo de desenvolvimento da matriz de dupla materialidade, estando previsto a sua revisão anualmente.

Para assegurar consistência e comparabilidade, este relatório segue os princípios e diretrizes do Guia de Implementação da Avaliação de Materialidade, doravante designado por “Guia”, elaborado pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG), na sequência da publicação do Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho de 2023, que complementa a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (doravante designado “Regulamento”) no respeitante às *European Sustainability Reporting Standard* (ESRS). Os tópicos abordados foram selecionados com base nos temas contidos no Regulamento (Anexo II), sendo avaliados, relativamente ao impacto das operações da empresa sobre a sociedade, o ambiente e a economia e à na sua relevância para as PI.

Os resultados deste processo são apresentados, utilizando a mesma estrutura da apresentada no Guia:

- a) Compreensão do Contexto;
 - i. Atividade;
 - ii. Partes Interessadas Afetadas;
- b) Identificação dos Impactos reais e potenciais e Riscos e Oportunidades financeiros, relacionados com tópicos de sustentabilidade;
- c) Determinação e Avaliação dos IRO;
- d) Relato dos temas materiais, associados aos IRO materiais.

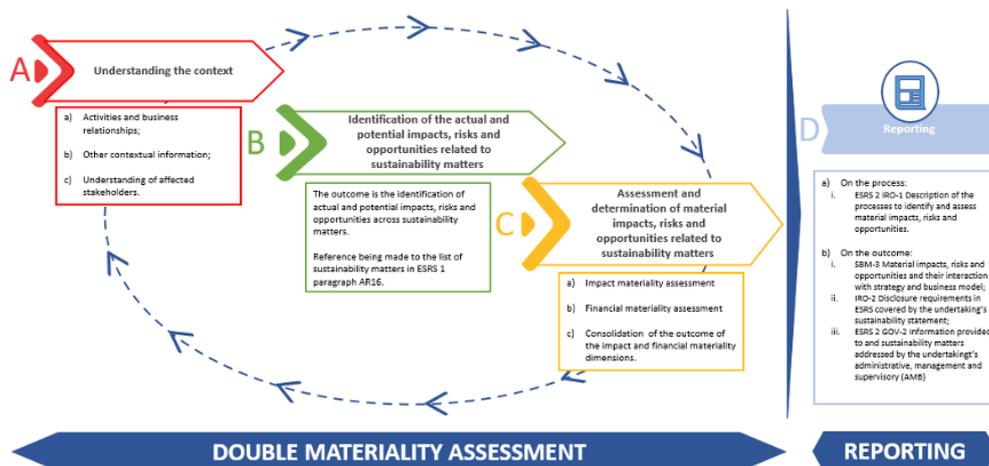


Figura 2 – Processo de Dupla Materialidade ([Materiality Assessment Implementation Guidance](#), EFRAG)

Para dar resposta à identificação das PI afetadas, tendo em conta a lacuna metodológica do Guia e do Regulamento, relativo a este tópico, foi utilizada uma norma internacionalmente reconhecida AA1000 *Stakeholder Engagement Standard* (AA1000SES) – uma norma criada pela AccountAbility para orientar organizações no processo de envolvimento eficaz com as PI. A AA1000SES dispõe de um *framework* para identificar, envolver e dialogar com as partes interessadas, garantindo que as suas expectativas e preocupações sejam integradas nas decisões organizacionais, tal como evidencia a figura abaixo.

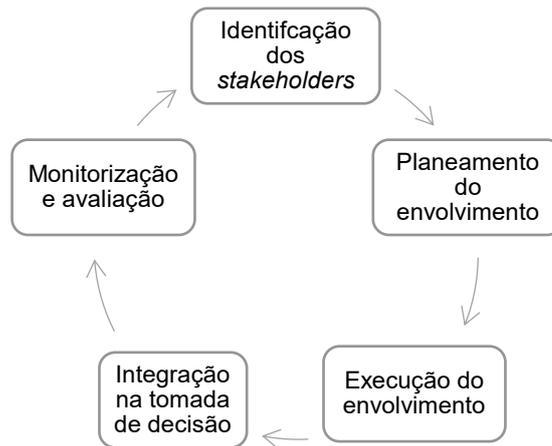


Figura 3 – Metodologia para identificar, envolver e dialogar com as PI, segundo a [AA1000SES](#)

No processo de materialidade, seguindo o princípio da dupla materialidade, recorreu-se a:

- Benchmarking setorial: Análise das práticas e impactos dos setores das organizações que compõem o Grupo, no âmbito da sustentabilidade, com o objetivo de identificar tendências e referências relevantes;
- Realização de reuniões com a equipa de sustentabilidade, assegurando uma abordagem integrada e alinhada ao desenvolvimento deste trabalho;
- Literatura: Utilização de fontes e instrumentos normativos, como o Guia, o Regulamento e a norma AA1000SE, para fundamentar e orientar o processo;

Embora esforços significativos tenham sido feitos para garantir a integridade dos dados, reconhecemos algumas limitações, como a participação das PI afetadas. Estas limitações serão tratadas em relatórios futuros, com a implementação de sistemas mais robustos de recolha e gestão de dados.

3. Materialidade

3.1. Compreensão do Contexto

A primeira fase do processo de materialidade, segundo o princípio de dupla materialidade, consiste na compreensão do contexto em que a organização opera. Esta fase inclui a caracterização detalhada da atividade da empresa, das suas relações comerciais e da sua cadeia de valor, abrangendo tanto os fluxos a montante quanto a jusante. Além disso, envolve a identificação das PI relevantes, assegurando uma visão holística das dinâmicas que influenciam a organização e o seu impacto na sociedade e no ambiente.

3.1.1. Atividade

A PARPÚBLICA é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, criada no final de 2000 com a missão de constituir um instrumento do Estado no âmbito da gestão de ativos mobiliários e imobiliários. No que se refere ao apoio à gestão das participações em empresas, a missão da PARPÚBLICA tem sido assegurada através da gestão da sua própria carteira e da prestação de apoio técnico ao Ministério das Finanças. Uma das componentes mais relevantes da sua intervenção neste contexto é a concretização das operações de reprivatização, tendo conduzido nas duas últimas décadas quase quatro dezenas de processos, os quais geraram receitas superiores a 13,7 mil Milhões €. Em relação à gestão do imobiliário público a atuação da PARPÚBLICA tem sido desenvolvida através das empresas de objeto especializado que integram a sua carteira. À missão original têm vindo a ser agregadas novas vertentes, sendo atualmente uma das mais relevantes a par, por exemplo, do apoio técnico ao Ministério das Finanças e do acompanhamento de processos de liquidação de empresas.

3.1.1.1. Águas

Grupo AdP – Águas de Portugal

O Grupo AdP – Águas de Portugal assume um papel estruturante no setor do ambiente em Portugal, tendo como principal missão a gestão integrada do ciclo urbano da água. Esta gestão compreende todas as etapas fundamentais, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, até à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo igualmente processos de reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas participadas, o Grupo AdP tem presença em todo o território nacional, prestando serviços essenciais aos municípios, que são simultaneamente acionistas das empresas gestoras dos sistemas multimunicipais (em alta), e assegurando também o abastecimento direto às populações por via dos sistemas municipais (em baixa) de abastecimento de água e saneamento.

Com operações regionais em Portugal continental e uma crescente presença internacional, o Grupo expande igualmente a sua atividade para áreas complementares, como as energias renováveis e os modelos de economia circular, potenciando o aproveitamento energético dos seus ativos e dos recursos endógenos sob a sua gestão.

3.1.1.2. Exploração agrícola e pecuária

Companhia das Lezírias

A Companhia das Lezírias, S.A. (CL) é uma empresa pública com uma longa e prestigiada história no panorama agroflorestal português, cuja origem remonta ao século XIX. Situada principalmente na região do Ribatejo, é a maior exploração agropecuária e florestal contínua do país, estendendo-se por cerca de 18 mil hectares.

A sua atividade abrange diversas áreas, com destaque para a agricultura, a floresta, a produção animal e a vitivinicultura, promovendo uma gestão integrada e sustentável dos recursos naturais. A CL é reconhecida pelo seu papel na produção de bens agroalimentares de elevada qualidade, pela conservação da biodiversidade e pela promoção de boas práticas agrícolas, florestais e ambientais.

A CL tem assumido um papel de referência na implementação de modelos de gestão sustentável, conciliando a produção com a proteção ambiental. Desenvolve ainda projetos de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i), em parceria com instituições científicas e académicas, promovendo a transferência de conhecimento e a modernização do setor.

No âmbito da sua missão pública, a CL promove o desenvolvimento do território, a valorização da ruralidade, e a educação ambiental, mantendo uma forte ligação com a comunidade local.

Florestgal

A FlorestGal, S.A. é a primeira empresa pública dedicada à gestão e desenvolvimento florestal em Portugal, afirmando-se como um instrumento central da execução da política florestal nacional. Criada com o propósito de responder aos desafios estruturais do setor, a FlorestGal surge como um agente promotor da valorização sustentável da floresta, reconhecendo o seu papel essencial na preservação dos ecossistemas, no combate às alterações climáticas e na promoção do bem-estar das comunidades.

Com uma missão ancorada na proteção da biodiversidade, na conservação do solo e da água e na redução do risco de incêndio florestal, a atuação da FlorestGal assume uma perspetiva integrada de gestão do território, reforçando a resiliência ambiental e social das áreas sob a sua responsabilidade. A empresa é, igualmente, uma promotora ativa da economia verde, incentivando práticas sustentáveis que conciliam a produção florestal com a conservação da natureza e o desenvolvimento local.

Para cumprir a sua missão, a FlorestGal estrutura a sua atuação em três eixos estratégicos fundamentais:

- **Valorização do património florestal próprio**, garantindo uma gestão técnica, sustentável e eficiente das áreas sob administração direta, com base nos princípios da silvicultura responsável e de acordo com os mais exigentes referenciais nacionais e internacionais.
- **Criação de novos negócios**, fomentando a dinamização da fileira florestal e a diversificação de atividades associadas à floresta, como a valorização da biomassa, a produção de madeira certificada, o ecoturismo, ou a prestação de serviços ambientais.
- **Expansão territorial**, através do alargamento da sua área de intervenção, por via da gestão de novos espaços florestais, públicos ou privados, em articulação com autarquias, comunidades locais, entidades gestoras e outros parceiros estratégicos.

A FlorestGal aposta fortemente na gestão participativa, promovendo o envolvimento ativo das comunidades locais na definição e implementação das suas estratégias, reconhecendo que a sustentabilidade do território se constrói com base na inclusão, no diálogo e na partilha de responsabilidades.

3.1.1.3. Produção de moedas e publicações

Imprensa Nacional Casa da Moeda

A INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A. representa uma fusão histórica e simbólica entre duas das mais antigas instituições industriais do país: a Imprensa Nacional, criada em 1768 por alvará régio de D. José I, com o intuito de assegurar a edição e difusão de obras fundamentais para a cultura e administração pública portuguesa; e a Casa da Moeda, cujas origens remontam ao século XIII, desempenhando desde então um papel central na produção monetária nacional. Com

mais de sete séculos de história acumulada, a INCM é hoje uma empresa pública de referência, reconhecida pela sua capacidade de conjugação entre tradição e inovação. A sua missão é clara: criar, produzir e fornecer bens e serviços com elevados padrões de segurança, sempre com foco na inovação, na excelência tecnológica e na resposta eficaz às necessidades do Estado, dos cidadãos e das empresas. A inovação tecnológica é, de facto, um dos pilares estratégicos da atuação da INCM, alicerçada numa intensa colaboração com algumas das mais prestigiadas universidades e centros de investigação portugueses. Esta aposta permite à organização estar na linha da frente no desenvolvimento de soluções seguras, digitais e altamente confiáveis, num contexto em constante transformação.

Entre os principais bens e serviços prestados pela INCM, destacam-se a produção de documentos de segurança, como o Cartão de Cidadão, o passaporte eletrónico português, títulos de transporte, certificados digitais e outros elementos cuja autenticidade e inviolabilidade são críticas para a segurança e confiança institucional. A INCM assegura ainda a cunhagem de moeda corrente e de coleção, contribuindo para a preservação do património numismático nacional.

A INCM é também responsável pela autenticação de metais preciosos, garantindo padrões de qualidade e proteção do consumidor neste setor sensível. No domínio editorial, a INCM assegura a publicação e divulgação do Diário da República, ferramenta essencial da democracia e do Estado de direito, bem como a edição de obras de referência da cultura e da língua portuguesa, honrando a sua herança enquanto guardiã e promotora da identidade cultural do país.

3.1.1.4. Gestão de Outras Participações

SAGESECUR

A SAGESECUR – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A. é uma empresa instrumental integrada no universo empresarial do Grupo PARPÚBLICA, assumindo-se como um veículo de execução de projetos específicos de interesse estratégico, enquadrados no âmbito do seu objeto social e nos desígnios do acionista Estado.

Constituída com o propósito de servir como plataforma de intervenção flexível e orientada para finalidades concretas, a SAGESECUR atua sempre em articulação com a estratégia definida pelo Grupo PARPÚBLICA e com as orientações políticas e operacionais emanadas pelo acionista público. A sua natureza eminentemente instrumental significa que a empresa não atua em função de uma agenda comercial própria, mas sim como extensão operacional da vontade estratégica do Estado, desempenhando um papel fundamental na implementação de políticas públicas e na materialização de projetos com relevância nacional.

As atividades desenvolvidas pela SAGESECUR estão, assim, diretamente subordinadas à avaliação e decisão, quer ao nível da PARPÚBLICA, quer da tutela estatal, quanto ao interesse e oportunidade de participação da empresa em determinados projetos. Esta atuação pode traduzir-se em intervenções em áreas como gestão de ativos, requalificação urbanística, valorização patrimonial, reestruturações societárias ou operações especiais, sempre alinhadas com os objetivos superiores de política pública definidos pelo Estado.

Circuito do Estoril

A CE – Circuito Estoril, S.A. é a entidade responsável pela gestão do Autódromo Fernanda Pires da Silva, mais conhecido como Circuito do Estoril, uma das infraestruturas desportivas mais emblemáticas de Portugal. De acordo com os seus Estatutos, atualizados a 31 de março de 2007, a sociedade tem como missão exclusiva a gestão integral do imóvel que compõe o autódromo, propriedade da própria empresa.

Esta missão abrange todas as vertentes da exploração da infraestrutura, nomeadamente a locação, sublocação, exploração direta ou cessão de exploração a terceiros, garantindo assim a utilização plena e eficiente do espaço. O objetivo central da CE – Circuito Estoril, S.A. é assegurar a sustentabilidade operacional do autódromo, promovendo a realização de eventos desportivos, testes, atividades empresariais e iniciativas ligadas ao desporto motorizado e ao lazer.

Com uma localização privilegiada no concelho de Cascais e uma história ligada ao automobilismo internacional, o Circuito do Estoril mantém-se como uma referência nacional, sendo gerido com foco na valorização contínua do património, na segurança e na promoção da excelência na prática desportiva.

3.1.1.5. Gestão e Promoção Imobiliária

Estamo

A Estamo – Participações Imobiliárias, S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado, integrada no universo do Grupo Parpública, cuja atividade se centra na gestão estratégica do património imobiliário público. Criada com o propósito de ser um instrumento fundamental na valorização, racionalização e dinamização dos ativos imobiliários do Estado, a Estamo assume um papel estruturante na modernização da gestão pública, contribuindo simultaneamente para a sustentabilidade financeira e urbanística do país.

A sua missão abrange diversas áreas, incluindo a aquisição, alienação, reabilitação, arrendamento e desenvolvimento de projetos imobiliários, com enfoque especial na promoção da eficiência na ocupação e utilização dos imóveis públicos. Para além disso, a Estamo participa ativamente em projetos de requalificação urbana e regeneração de espaços com potencial estratégico, contribuindo para a coesão territorial e revitalização de centros urbanos.

Atuando sempre em estreita articulação com os organismos do Estado e outras entidades públicas, a Estamo destaca-se também pelo seu papel na consolidação e gestão integrada do património imobiliário público, garantindo uma visão de longo prazo e um compromisso com a transparência, sustentabilidade e criação de valor para a administração pública e para a sociedade em geral.

Fundiestamo

A Fundiestamo é uma empresa instrumental do Grupo Parpública, com a missão de gerir Fundos de Investimento Imobiliário. A sua criação visa otimizar a gestão e valorização dos ativos imobiliários, com o objetivo de gerar valor para o acionista, que é o Estado português, enquanto contribui para o desenvolvimento sustentável do setor imobiliário. A principal função da Fundiestamo consiste na administração de Fundos de

Investimento Imobiliário, que envolvem a compra, valorização e venda de ativos imobiliários com elevado potencial de rendimento. A empresa tem como responsabilidade coordenar todas as operações dos fundos, incluindo a análise, aquisição e alienação de imóveis, bem como a gestão contínua dos mesmos. A sua abordagem estratégica baseia-se na maximização dos retornos dos ativos, utilizando de forma eficiente os recursos disponíveis, sempre com um foco em sustentabilidade e boa governança.

Através da gestão eficaz desses fundos, a Fundiestamo procura gerar valor para os ativos disponibilizados pelos participantes e, simultaneamente, contribuir para a criação de valor para o acionista, ou seja, o Estado. A empresa desempenha um papel estratégico dentro do Grupo Parpública, ao gerir os ativos imobiliários públicos de forma a otimizar o retorno financeiro, fortalecendo a posição financeira do grupo e contribuindo para a saúde económica do país. Além da gestão de fundos, a Fundiestamo também é um agente ativo na dinamização do mercado imobiliário em Portugal. A empresa colabora com diversas entidades, tanto públicas como privadas, na execução de projetos que visem o desenvolvimento e a regeneração de ativos imobiliários com elevado potencial. A sua atuação é guiada por princípios de gestão rigorosa, análise aprofundada de mercado e inovação.

3.1.1.6. Mercados Abastecedores

SIMAB

A SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. é uma empresa pública integrada no universo PARPÚBLICA, com mais de 30 anos de atividade no setor agroalimentar. A sua principal missão é a conceção, construção e instalação de mercados abastecedores grossistas em Portugal, representando um pilar estratégico no desenvolvimento e modernização das infraestruturas logísticas agroalimentares do país. Com uma forte presença em várias regiões de Portugal, a SIMAB gere os principais centros logísticos que garantem a distribuição de produtos alimentares em grande escala, fundamentais para o abastecimento do mercado nacional.

A empresa é responsável pela gestão de quatro grandes centros logísticos: o MARB – Centro Logístico do Minho, em Braga; o MARÉ – Centro Logístico do Alentejo, em Évora; o MARF – Centro Logístico do Algarve, em Faro; e o MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, em Loures. Estes mercados, que operam 24 horas por dia, têm um papel fundamental no fornecimento contínuo e eficiente de produtos alimentares para o país, servindo mais de 20.000 clientes diariamente. Ao longo dos anos, a SIMAB tem assegurado o aprovisionamento, distribuição e comercialização de produtos frescos e de qualidade, com mais de 1100 produtores, operadores grossistas e de logística estabelecidos nos seus centros.

O investimento público realizado pela SIMAB desde a sua fundação ultrapassa os 250 milhões de euros, o que reflete o compromisso do Estado em garantir infraestruturas modernas, eficientes e sustentáveis para o setor agroalimentar. Este esforço de modernização tem permitido uma evolução significativa no modelo de distribuição de produtos alimentares no país, destacando-se pela sua organização, eficiência e capacidade de resposta às necessidades de um mercado em constante mudança.

Além da sua função como gestora dos mercados abastecedores grossistas, a SIMAB tem colaborado ativamente com os Municípios portugueses na reabilitação e modernização dos Mercados Municipais Retalhistas. Esta colaboração visa a promoção

e capacitação desses mercados, bem como fortalecer a ligação entre os mercados grossistas e os mercados locais de proximidade, essencial para garantir a circulação eficiente dos produtos alimentares ao nível regional.

3.1.1.1. Análise do Plano de Negócio

O posicionamento estratégico da PARPÚBLICA tem-se caracterizado por uma diversificação progressiva das suas atividades e formas de intervenção, nomeadamente através do reforço da gestão do património imobiliário, da participação em empresas que prestam serviços de interesse económico geral e do apoio técnico ao Estado.

A atuação da PARPÚBLICA desenvolve-se em conformidade com a missão e os objetivos estabelecidos pelo Governo e pelo Ministério das Finanças, garantindo uma gestão integrada e eficiente ao nível do Grupo. Este modelo tem produzido resultados positivos e demonstrado a solidez do Grupo PARPÚBLICA, cujo volume de negócios é maioritariamente composto pelos dividendos das suas participadas, reconhecidos contabilisticamente como rendimentos.

O principal objetivo da empresa é a criação de valor, aliada à manutenção da sua solidez financeira. Para tal, é fundamental assegurar o crescimento sustentado dos resultados e dos capitais próprios, bem como manter o endividamento em níveis compatíveis com a rentabilidade da carteira de participações.

A proposta de PAO para 2025-2027 tem por base a visão estratégica para a empresa, as orientações constantes da lei, as orientações transmitidas pelo acionista em relação a projetos específicos, a avaliação dos contextos específicos de algumas das participações detidas pela PARPÚBLICA e os parâmetros definidos nas instruções divulgadas pela DGTF e pela DGO. O Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027 mantém uma linha de continuidade das atividades face aos anos anteriores, sendo de realçar o objetivo de aprofundamento do acompanhamento das participadas, com especial incidência no que se refere à redução do endividamento e à prestação periódica de informação de gestão, sem descuidar o apoio técnico ao Ministério das Finanças no domínio da gestão de ativos e serviços de interesse económico geral e a partilha de recursos entre a PARPÚBLICA e outras empresas do Grupo. Atualmente, as áreas funcionais da PARPÚBLICA prestam apoio através da partilha de recursos, designadamente nas áreas financeira, informática, compras, comunicação e recursos humanos, às seguintes participadas: Estamo, Consest, Florestgal, Fundiestamo e Sagesecur.

No desenvolvimento da sua atividade, a PARPÚBLICA orienta-se pelos objetivos de

- i. Potenciar a capacidade de criação de valor por parte das empresas que integram o universo do Grupo PARPÚBLICA;
- ii. Preservar a manutenção dos rácios financeiros em níveis adequados à natureza e liquidez dos ativos;
- iii. Maximizar o encaixe financeiro com a venda de ativos.

Importa salientar que, enquanto empresa pública, a criação de valor não se limita a indicadores financeiros, abrangendo também a prossecução do interesse público, avaliado pela qualidade dos serviços prestados à população e pelo cumprimento dos objetivos de política económica e social do país. A atuação da PARPÚBLICA tem assim procurado alinhar-se com as prioridades definidas pelo Governo.

Para o período 2025-2027, o contributo da PARPÚBLICA para o desenvolvimento económico e social e para a competitividade e sustentabilidade das finanças públicas pode ser classificado em 3 tipos de objetivos:

1. objetivos estratégicos/financeiros,
2. objetivos sociais e
3. objetivos ambientais.

Os objetivos estratégicos/ financeiros podem ser categorizados através dos seguintes indicadores e/ou ações anuais:

- Solidez Financeira, ou seja, gestão do endividamento em níveis compatíveis com a rentabilidade da carteira de participações;
- Crescimento gradual do volume de negócios;
- Melhorar o resultado operacional;
- Reduzir o endividamento em termos nominais;
- Crescimento sustentado dos resultados e dos capitais próprios;
- Criação de valor para o Grupo PARPÚBLICA;
- Maximização do encaixe financeiro com a venda de ativos;
- Revisão, desmaterialização, adoção e integração de sistemas adequados às necessidades da PARPÚBLICA no acompanhamento das suas participadas;
- Apoio técnico ao Ministério da Finanças;
- Gestão mais eficiente dos recursos internos.

Reconhece-se que alguns destes objetivos são sensíveis ao contexto macroeconómico, pelo que não se encontram totalmente sob controlo direto da empresa, dificultando a sua quantificação a curto prazo.

No que respeita aos objetivos sociais e ambientais, a PARPÚBLICA compromete-se a atuar com integridade ética, social e ambiental, promovendo ativamente uma economia sustentável e inclusiva.

O PAO traduz o desempenho esperado da empresa, pautado por parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade, em contexto de incerteza económica, mantendo, contudo, o compromisso firme assumido perante o acionista e as suas participadas.

Grupo AdP – Águas de Portugal: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<p>Captção, tratamento, adução e/ou armazenamento – Empresas/Sistemas de AA (alta)</p> <ul style="list-style-type: none"> — (montante da AA baixa). <p>Produção de águas residuais</p> <ul style="list-style-type: none"> — A produção de águas residuais é uma consequência direta do consumo de água e constitui um elo essencial na cadeia de valor a jusante. (montante da AR alta e baixa). <p>Recolha de águas residuais em baixa – Empresas/Sistemas AR (baixa)</p> <ul style="list-style-type: none"> — Recolha de águas residuais produzidas. Pode incluir a atividade de elevação. (montante da alta) <p>Fornecimento/Prestação de Serviços de conceção, construção e exploração de infraestruturas de Abastecimento, Saneamento e Águas para Reutilização (ApR)</p> <ul style="list-style-type: none"> — Conceção, construção e exploração das infraestruturas de abastecimento, saneamento e de água para reutilização. Esta fase inclui a gestão e otimização das infraestruturas existentes. <p>Fornecimento de energia</p> <ul style="list-style-type: none"> — Fornecimento de energia sob a forma de eletricidade e combustíveis. <p>Fornecimento de reagentes</p> <ul style="list-style-type: none"> — Fornecimento de reagentes químicos específicos, fundamentais para garantir a qualidade da água e da água residual e o cumprimento dos requisitos legais. <p>Fornecimento de equipamentos para abastecimento, saneamento e ApR</p> <ul style="list-style-type: none"> — Fornecimento de equipamentos especializados e tecnologicamente avançados, determinante na fiabilidade, inovação e sustentabilidade dos serviços. 	<p>Captção de Água</p> <ul style="list-style-type: none"> — Recolha de água superficial ou subterrânea, no meio hídrico, podendo incluir a atividade de elevação. <p>Tratamento de Água</p> <ul style="list-style-type: none"> — Correção das características físicas, químicas e bacteriológicas da água, de forma a torná-la adequada para consumo humano. Valorização de subprodutos dos processos de tratamento (valorização de lamas). <p>Adução de Água em alta</p> <ul style="list-style-type: none"> — Transporte de água em alta, podendo incluir as atividades de elevação e de armazenamento. <p>Armazenamento de Água</p> <ul style="list-style-type: none"> — Armazenamento de água de forma a assegurar a continuidade de funcionamento da(s) rede(s). <p>Distribuição de Água em baixa</p> <ul style="list-style-type: none"> — Distribuição de água pelos utilizadores em quantidades e pressão adequadas às necessidades. Pode incluir a atividade de elevação. <p>Recolha de águas residuais em baixa</p> <ul style="list-style-type: none"> — Recolha de águas residuais produzidas. Pode incluir a atividade de elevação. <p>Transporte de águas residuais</p> <ul style="list-style-type: none"> — Transporte das águas residuais desde o ponto de recolha até às unidades de tratamento das águas residuais. Pode incluir a atividade de elevação. <p>Tratamento de Águas Residuais</p> <ul style="list-style-type: none"> — Correção das características físicas, químicas e biológicas tendo em consideração o destino final da água residual tratada. Valorização de subprodutos dos processos de tratamento (valorização energética das lamas, produção de água para reutilização, reciclagem de nutrientes, etc.). 	<p>Distribuição de Água – Empresas/Sistemas de AA (baixa)</p> <ul style="list-style-type: none"> — Distribuição de água pelos utilizadores em quantidades e pressão adequadas às necessidades. Pode incluir a atividade de elevação. (jusante da AA alta) <p>Consumo de água</p> <ul style="list-style-type: none"> — O consumo de água pelos utilizadores finais representa o momento em que se concretiza o propósito do serviço público prestado pelas empresas do Grupo AdP. (jusante da AA alta e baixa) <p>Transporte, tratamento e devolução – Empresas/Sistemas de AR (alta)</p> <ul style="list-style-type: none"> — (jusante da AR baixa) <p>Consumo de ApR</p> <ul style="list-style-type: none"> — Consumo de água para reutilização pelos utilizadores finais. <p>Prestação de serviços associadas a Resíduos</p> <ul style="list-style-type: none"> — Recolha, transporte, tratamento e valorização dos resíduos gerados ao longo dos processos operacionais. Estes parceiros especializados garantem o cumprimento das normas ambientais e de segurança.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<p>Fornecimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)</p> <ul style="list-style-type: none"> — Fornecimento de software de gestão, plataformas de automação e sistemas de monitorização e controlo remoto essenciais na gestão eficiente da prestação de serviços de abastecimento, saneamento e da água para reutilização. 	<p>Devolução</p> <ul style="list-style-type: none"> — Devolução ao meio hídrico das águas tratadas que não são reutilizadas. <p>Produção de água para reutilização e armazenamento</p> <ul style="list-style-type: none"> — Produção de água para reutilização para usos internos e externos. Armazenamento de água para reutilização. <p>Operação e Manutenção de Infraestruturas</p> <ul style="list-style-type: none"> — A operação e manutenção de infraestruturas. <p>Produção Energia Renovável</p> <ul style="list-style-type: none"> — Produção de energia elétrica através da valorização energética do biogás resultante da digestão anaeróbia de lamas, de fontes hídricas, eólica e fotovoltaica, constituindo uma das vertentes estratégicas da atuação do Grupo AdP no domínio da energia. <p>Transformação de resíduos em subprodutos</p> <ul style="list-style-type: none"> — Valorização de resíduos resultantes dos processos de tratamento constituindo uma das vertentes estratégicas da atuação do Grupo AdP no domínio da economia circular. 	

Companhia das Lezírias: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<p>Fornecedores e Parcerias Estratégicas</p> <ul style="list-style-type: none"> — Fornecedores de bens e serviços agrícolas: Incluem sementes, fertilizantes, rações, materiais de manutenção, maquinaria agrícola e produtos fitossanitários; — Fornecedores de serviços técnicos especializados: Como serviços veterinários, laboratoriais, consultoria ambiental e apoio à certificação; — Instituições científicas e académicas: Cooperação em projetos de investigação e inovação em áreas como a agricultura sustentável, proteção da biodiversidade, gestão florestal, viticultura e bem-estar animal. <p>Infraestrutura e Equipamento</p> <ul style="list-style-type: none"> — Instalações agrícolas e industriais: Adegas, estábulos, estufas, oficinas, entre outros; — Máquinas e tecnologias agrícolas: Tratores, sistemas de rega, sensores e dispositivos de monitorização ambiental; — Sistemas de gestão e controlo de produção: Apoio na rastreabilidade, sustentabilidade e eficiência das operações. 	<p>Agricultura</p> <ul style="list-style-type: none"> — Produção de cereais, oleaginosas e forragens, e, em algumas áreas em modo biológico (agricultura biológica); — Aposta na rotação de culturas, conservação do solo e gestão eficiente da água. <p>Viticultura e Enologia</p> <ul style="list-style-type: none"> — Exploração de áreas de vinha; — Produção de vinhos e azeite sob a marca Companhia das Lezírias; <p>Pecuária</p> <ul style="list-style-type: none"> — Criação de bovinos; — Gestão de pastagens naturais e produção de forragens próprias para alimentação animal; — Participação em concursos e valorização das raças autóctones portuguesas. <p>Silvicultura</p> <ul style="list-style-type: none"> — Gestão de uma importante mancha florestal multifuncional, com certificações de gestão florestal sustentável; — Produção de produtos lenhosos e não lenhosos tais como: cortiça, pinhão, madeira e biomassa florestal; — Monitorização contínua das florestas e recuperação de áreas degradadas. — Cinegética: recuperação e exploração sustentável das principais espécies cinegéticas; — Monitorização das principais pragas e doenças florestais (fitossanidade) <p>Conservação da Natureza e Biodiversidade</p> <ul style="list-style-type: none"> — Integração de zonas de alta sensibilidade ecológica; — Preservação de espécies ameaçadas e habitats prioritários existentes nas diferentes unidades de gestão florestal; — Desenvolvimento de projetos de preservação de habitats e espécies protegidas; — Manutenção de áreas com alto valor de conservação; — Colaboração com entidades científicas e ONGs na monitorização de espécies e gestão da biodiversidade; <p>Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+i)</p> <ul style="list-style-type: none"> — Parcerias com universidades, centros de investigação e instituições do setor agrícola, florestal e ambiental; — Experimentação de novas práticas agrícolas, e florestais variedades de culturas e soluções tecnológicas para produção sustentável; — Projetos-piloto de economia circular, reutilização de subprodutos e valorização energética. 	<p>Transformação e Valorização de Produtos</p> <ul style="list-style-type: none"> — Valorização dos produtos agrícolas e florestais, como cortiça, madeira, forragens e subprodutos pecuários, com potencial integração em cadeias de economia circular; — Produção de carne, com certificações de qualidade e práticas de bem-estar animal, podendo ser comercializada em circuitos curtos ou redes agroalimentares. <p>Distribuição e Comercialização</p> <ul style="list-style-type: none"> — Comercialização direta e indireta dos produtos (vinhos, carne, madeira, cortiça, azeite, entre outros) em mercados nacionais e internacionais; — Presença em canais de retalho especializado, exportação e venda direta na própria propriedade; — Participação em feiras e eventos agroalimentares e florestais; <p>Parcerias e Integração em Redes Setoriais</p> <ul style="list-style-type: none"> — Parcerias com Centros de investigação, Universidades, Centros de Competências do setor agrícola e florestal; — Parcerias com cadeias de distribuição, operadores turísticos; — Integração em associações e redes do setor agroalimentar e florestal.

Florestgal: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<p>Planeamento Estratégico</p> <ul style="list-style-type: none"> — Definição dos objetivos estratégicos da empresa, alinhados com políticas públicas (ex. Programa de Transformação da Paisagem, Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais); — Priorização de territórios com base em critérios ecológicos, sociais e de risco. <p>Identificação e Avaliação de Territórios</p> <ul style="list-style-type: none"> — Levantamento de áreas potenciais para intervenção; — Avaliação técnica, ecológica e socioeconómica das propriedades a integrar. <p>Estabelecimento de Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> — Celebração de protocolos com entidades públicas, municípios, comunidades locais e proprietários; — Cooperação com entidades gestoras de baldios ou zonas florestais privadas. <p>Licenciamento e Enquadramento Legal</p> <ul style="list-style-type: none"> — Obtenção de licenças e autorizações junto do ICNF e de outras entidades competentes; — Elaboração de Planos de Gestão Florestal. <p>Aquisição de Bens e Serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> — Contratação de empresas para serviços especializados; — Compra de materiais e equipamentos necessários. 	<p>Gestão Florestal</p> <ul style="list-style-type: none"> — Planeamento e execução de operações de silvicultura; — Gestão de espécies autóctones e exóticas com o objetivo de otimizar a saúde da floresta e garantir o equilíbrio ecológico. — Promoção de soluções de prevenção de incêndios florestais. <p>Prevenção e Combate a Incêndios Florestais</p> <ul style="list-style-type: none"> — Gestão de faixas de proteção e limpezas de matos para reduzir o risco de incêndios; — Promoção de projetos de recuperação e reflorestação após incêndios; — Formação de brigadas de combate a incêndios e colaboração com entidades de proteção civil para ações rápidas em emergências. 	<p>Transformação e Processamento de Produtos Florestais</p> <ul style="list-style-type: none"> — Transformação da madeira: Após a extração, a madeira pode ser transformada em diversos produtos. Este processo é realizado por empresas especializadas na transformação dos recursos florestais. — Produtos de biomassa: A madeira de menor qualidade ou resíduos de árvores podem ser usados para a produção de biomassa e energia renovável. — Papel e celulose: A produção de celulose e papel é outro setor significativo a jusante da cadeia de valor. <p>Indústria de Energia Renovável</p> <ul style="list-style-type: none"> — Produção de Bioenergia: Resíduos florestais podem ser transformados em energia renovável. Empresas de bioenergia aproveitam esses recursos para criar biocombustíveis ou para alimentar usinas de energia a partir de biomassa. — Aproveitamento de madeira para pellets: A madeira também pode ser utilizada para a produção de pellets de madeira, que são usados em caldeiras e sistemas de aquecimento eficientes e de baixo impacto ambiental. <p>Distribuição e Comercialização</p> <ul style="list-style-type: none"> — Canais de Distribuição: Os produtos resultantes das atividades florestais e de transformação são distribuídos por canais diversos. — Mercado Internacional: Produtos florestais de alto valor, como a madeira de qualidade, também podem ser exportados para mercados internacionais.

INCM: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<p>Fornecedores de Matérias-primas e Tecnologias</p> <ul style="list-style-type: none"> — Aquisição de materiais especializados: A INCM depende de fornecedores especializados em materiais de alta segurança. — Tecnologias e equipamentos: Aquisição de tecnologias avançadas de impressão, cunhagem e autenticação de segurança. <p>Parcerias e Colaborações</p> <ul style="list-style-type: none"> — Parcerias com instituições de pesquisa: A INCM mantém relações com universidades e centros de pesquisa para desenvolvimento de novas tecnologias. — Consultorias especializadas: Para melhorar e adaptar processos e produtos, a INCM colabora com consultorias externas especializadas em segurança, inovação tecnológica e regulamentação. <p>Aquisição e Planeamento de Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> — Gestão de stocks: A INCM realiza uma gestão eficaz de seus stocks de materiais e recursos para garantir a continuidade da produção sem interrupções. 	<p>Produção de Documentos de Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> — Impressão de documentos oficiais: A INCM é responsável pela impressão de documentos de segurança. — Cunhagem de moedas: A INCM também é encarregue da cunhagem de moeda corrente e de colecionador. <p>Produção de Produtos e Serviços de Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> — Autenticação e certificação: A INCM oferece serviços de autenticação e certificação de metais preciosos. — Desenvolvimento de soluções de segurança inovadoras: A INCM investe em novas soluções tecnológicas e métodos inovadores para garantir a segurança de todos os seus produtos. <p>Gestão de Publicações Oficiais</p> <ul style="list-style-type: none"> — Edição do Diário da República: A INCM é responsável pela edição, impressão e distribuição do Diário da República, onde são publicadas todas as leis, decretos e atos normativos. — Publicação de obras de referência: A INCM também publica obras essenciais da cultura e língua portuguesa. 	<p>Distribuição e Entrega</p> <ul style="list-style-type: none"> — Fornecimento aos clientes públicos e privados: A INCM distribui seus produtos a entidades públicas e privados. — Plataformas de distribuição: A INCM utiliza diversas plataformas logísticas e canais de distribuição para garantir que os produtos cheguem aos destinatários de forma segura e eficiente. <p>Prestação de Serviços Pós-Venda</p> <ul style="list-style-type: none"> — Suporte e manutenção de produtos: Após a entrega dos seus produtos, a INCM oferece serviços de manutenção e suporte contínuo, especialmente no que diz respeito à integridade dos documentos e produtos de segurança emitidos. — Atendimento e feedback: A empresa também se dedica ao atendimento ao cliente e à gestão do feedback para garantir a satisfação e a melhoria contínua de seus produtos e serviços.

Sage secur: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<ul style="list-style-type: none"> — Orientações estratégicas do acionista Estado: A atuação da empresa decorre diretamente dos desígnios do Estado português, sendo este o principal decisor sobre a intervenção da SAGESECUR. — Direção estratégica do Grupo PARPÚBLICA: A empresa integra a estrutura do grupo, pelo que as suas prioridades operacionais e os projetos em que intervém alinham-se com a estratégia consolidada do grupo. — Assessoria jurídica, financeira e técnica: A análise e estruturação dos projetos exige consultoria especializada. — Capital público e financiamento estatal: Os recursos financeiros utilizados nas operações resultam, em geral, de dotações públicas ou reconfiguração de ativos financeiros já detidos pelo Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> — Avaliação de projetos de interesse público: Análise da viabilidade e enquadramento dos projetos nos objetivos estratégicos do Estado. — Gestão de participações sociais ou financeiras: A SAGESECUR pode deter e gerir participações em empresas ou projetos que sirvam fins públicos específicos. — Reestruturação de ativos e passivos: Intervém na reconfiguração financeira de entidades públicas ou mistas, sempre em articulação com o acionista Estado. — Colaboração interinstitucional: Trabalha com outros organismos do setor público ou empresas do universo PARPÚBLICA para a concretização de objetivos estratégicos. 	<ul style="list-style-type: none"> — Gestão de participações sociais ou financeiras: A SAGESECUR pode deter e gerir participações em empresas ou projetos que sirvam fins públicos específicos. — Reestruturação de ativos e passivos: Intervém na reconfiguração financeira de entidades públicas ou mistas, sempre em articulação com o acionista Estado. — Colaboração interinstitucional: Trabalha com outros organismos do setor público ou empresas do universo PARPÚBLICA para a concretização de objetivos estratégicos.

Circuito do Estoril: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<p>Fornecedores técnicos e operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Equipamentos de segurança (barreiras, redes, sinalização); — Sistemas de cronometragem e controlo; — Serviços de manutenção de pista e instalações (eletricidade, águas, comunicações); <p>Entidades reguladoras e federativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Licenciamento e homologações técnicas (FIA, FIM, FPAK); <p>Parcerias institucionais e territoriais:</p> <p>Colaboração com municípios, forças de segurança, INEM, bombeiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> — Relações com universidades ou centros tecnológicos (para inovação e testes técnicos); <p>Promoção e angariação de eventos:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Relações com promotores nacionais e internacionais; — Parcerias com marcas automóveis e organizadores de competições. 	<p>Organização e acolhimento de eventos:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Corridas de automóveis e motociclos, track days, testes de fabricantes, eventos promocionais; — Gestão de calendários, logística e apoio técnico aos eventos; <p>Manutenção e segurança da infraestrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Conservação da pista, boxes, paddock, bancadas, sistemas elétricos e eletrónicos; — Gestão de operações com marshals, direção de prova, primeiros socorros e vigilância; <p>Serviços de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Receção de equipas, staff e público; — Gestão de reservas e aluguer de espaços (salas, boxes, auditórios); — Apoio ao cliente, hospitalidade e restauração; <p>Exploração comercial:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Aluguer da pista para ensaios, eventos corporativos, filmagens e treinos; 	<p>Pós-utilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Retorno mediático e promocional (valor de marca); — Relacionamento com patrocinadores e parceiros; — Feedback de utilizadores (melhoria contínua do serviço).

PARPÚBLICA: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<ul style="list-style-type: none"> — Estado português: Definição de políticas públicas, prioridades estratégicas e enquadramento regulatório; — Instituições públicas: Articulação de orientações, planos e objetivos para as participadas; — Quadros legais e regulatórios: Legislação aplicável às empresas públicas, nomeadamente no domínio orçamental, patrimonial e de governação; — Conselhos de administração e fiscal das participadas: Articulação para alinhamento estratégico e avaliação de desempenho. 	<ul style="list-style-type: none"> — Gestão de participações: Monitorização e valorização das empresas onde detém capital, em nome do Estado; — Representação do acionista Estado: Exercício dos direitos de voto, nomeação de órgãos sociais e definição de orientações estratégicas; — Promoção da racionalização e reestruturação de empresas públicas: Apoio a processos de reorganização, fusões, liquidações ou alienações; — Gestão de ativos imobiliários públicos não afetos: através da ESTAMO, visa a valorização e rentabilização do património imobiliário do Estado; — Acompanhamento de projetos estratégicos: através de entidades instrumentais (como a SAGESECUR, Fundiestado, etc.), atua em áreas como reabilitação urbana, desenvolvimento florestal, mercados abastecedores ou infraestrutura logística; — Apoio à formulação de políticas públicas: fornecendo análises e pareceres técnicos sobre as empresas do universo estatal. 	<ul style="list-style-type: none"> — Administração pública central: Disponibilização de instrumentos de gestão e execução de políticas públicas setoriais; — Cidadãos e economia nacional: Criação de valor económico e social através de empresas públicas mais eficientes e sustentáveis; — Mercado e investidores institucionais: Maior previsibilidade e confiança no setor empresarial do Estado.

Estamo: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<ul style="list-style-type: none"> — Estado português: Definição dos ativos imobiliários estratégicos a integrar e orientações de política pública. — Instituições da Administração Central: Identificação e transferência de imóveis não afetos a funções operacionais. — Entidades reguladoras e legais: Enquadramento normativo sobre património público, avaliação imobiliária, reabilitação urbana e sustentabilidade. — Consultores técnicos e jurídicos: Apoio à avaliação de ativos e processos urbanísticos. — Municípios e autarquias: Articulação para licenciamento e integração em estratégias de ordenamento territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> — Gestão ativa do património imobiliário público: Inventariação, avaliação, manutenção e rentabilização de ativos. — Valorização e reabilitação de imóveis: promoção de intervenções que aumentem o valor patrimonial e o potencial de utilização. — Alienação de imóveis: venda de ativos estratégicos, alinhada com objetivos de eficiência económica e racionalização do património do Estado. — Promoção de projetos de reabilitação urbana e regeneração do território: Em articulação com autarquias e outras entidades públicas. — Constituição e gestão de fundos imobiliários (via Fundiestamo): Instrumentalização do património para veículos de investimento sustentável e requalificação urbana. — Apoio técnico à Administração Pública: No diagnóstico, planeamento e operacionalização de estratégias de gestão de ativos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> — Administração Pública Central: Disponibilização de recursos financeiros via alienação de imóveis e racionalização do uso do património. — Municípios e comunidades locais: Dinamização urbana, regeneração de áreas subutilizadas e fomento do desenvolvimento económico local. — Mercado imobiliário e investidores institucionais: Oferta de ativos qualificados e estruturados com potencial de reabilitação e investimento. — Cidadãos: Melhor uso do espaço público, criação de novas centralidades urbanas e apoio a políticas de habitação e coesão social.

Fundiestamo: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<ul style="list-style-type: none"> — Entidades públicas e institucionais participantes dos Fundos: Organismos que afetam ativos imobiliários aos Fundos geridos pela empresa. — Mercado financeiro e reguladores: Enquadramento legal e regulamentar para a gestão fiduciária de fundos. — Consultores e avaliadores independentes: Apoio na avaliação e valorização dos ativos imobiliários afetos aos Fundos. — Empresas de mediação e peritagem imobiliária: Suporte na aquisição, venda ou reconversão de ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> — Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário: Administração profissional de fundos públicos ou mistos, com base fiduciária e princípios de valorização patrimonial. — Gestão ativa de ativos imobiliários: Promoção da rentabilização, requalificação e alienação de património sob gestão. — Desenvolvimento e estruturação de novos Fundos: Criação de veículos de investimento especializados, com objetivos sociais, ambientais ou de regeneração urbana. — Relacionamento institucional com participantes e entidades públicas: Alinhamento estratégico dos Fundos com políticas públicas. — Prestação de contas e reporte de desempenho dos Fundos: Conformidade com os requisitos legais e prestação de informação transparente. — Acompanhamento de operações de investimento e desinvestimento: Análise de mercado, preparação de cadernos de encargos, e gestão do ciclo de vida dos ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> — Participantes nos Fundos (ex. organismos públicos): valorização e gestão profissional dos seus ativos, com retorno financeiro ou funcional. — Mercado imobiliário nacional: Dinamização do setor através da colocação estruturada de ativos públicos no circuito económico. — Investidores institucionais e privados: Oportunidades de investimento em Fundos com perfil de risco controlado e base patrimonial sólida. — Sociedade em geral: Requalificação e reutilização de imóveis públicos, com benefícios urbanísticos, económicos e sociais. — Estado: Concretização de políticas de regeneração urbana, habitação pública, e valorização de património, com sustentabilidade e rigor financeiro.

SIMAB: Descrição das atividades na Cadeia de Valor a montante e jusante e nas operações.

Cadeia de Valor a Montante	Operações	Cadeia de Valor a Jusante
<ul style="list-style-type: none"> — Estado Português/PARPÚBLICA: Acionista e orientador estratégico da atividade da empresa. — Autarquias e entidades locais: Parceiras institucionais fundamentais na instalação e gestão dos mercados abastecedores. — Entidades financiadoras públicas e comunitárias: Apoio financeiro à construção, modernização e expansão das infraestruturas. — Empresas de engenharia, construção e manutenção: Responsáveis pela execução de obras e manutenção dos centros logísticos. — Fornecedores de equipamentos logísticos e tecnológicos: Elementos essenciais à operacionalidade das plataformas. — Normas e reguladores do setor agroalimentar: Exigências legais e sanitárias que enquadram o funcionamento dos mercados. 	<ul style="list-style-type: none"> — Gestão e exploração de mercados abastecedores grossistas: MARL (Lisboa), MARB (Braga), MARÉ (Évora) e MARF (Faro). — Conceção, planeamento e instalação de infraestruturas logísticas: desde o projeto até à execução de plataformas agroalimentares. — Gestão patrimonial e locação de espaços comerciais e logísticos: administração de pavilhões, armazéns e escritórios afetos aos mercados. — Relação com operadores e grossistas instalados: gestão contratual, apoio técnico e operacional às atividades dos ocupantes. — Promoção de práticas sustentáveis e inovação logística: incentivo à eficiência energética, economia circular e digitalização dos serviços. — Apoio e promoção dos mercados municipais retalhistas: articulação com autarquias para revitalização do comércio alimentar de proximidade. 	<ul style="list-style-type: none"> — Operadores grossistas e logísticos instalados nos mercados abastecedores: utilizam os espaços e infraestruturas geridas pela SIMAB como ponto de entrada e redistribuição de produtos agroalimentares. — Rede de distribuição e transporte de alimentos: inclui operadores logísticos, empresas de transporte e armazenagem que asseguram a ligação entre os mercados abastecedores e os pontos de venda finais. — Mercados retalhistas municipais e lojas de proximidade: abastecem-se nos mercados abastecedores ou diretamente dos operadores neles instalados, assegurando a chegada dos produtos ao consumidor. — Restauração, hotelaria e grandes superfícies comerciais: são destinatários diretos ou indiretos da cadeia de distribuição que se inicia nos mercados abastecedores. — Consumidores finais: beneficiam do funcionamento eficiente da cadeia de distribuição, com acesso a produtos alimentares frescos, seguros e a preços competitivos.

3.1.2. Partes Interessadas Afetadas

Na identificação das PI foram utilizadas as categorias, de acordo com o Regulamento:

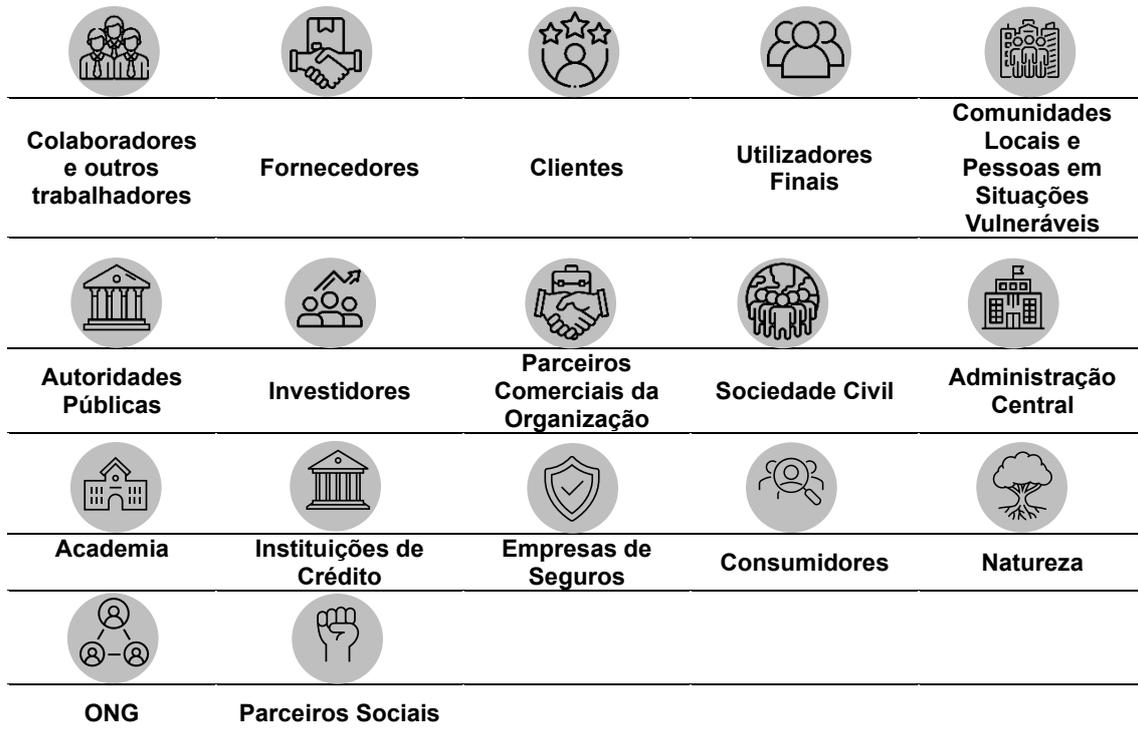


Figura 4 – Partes Interessadas, acordo com as ESRS

Com base na AA1000SES, cada uma das PI apresentadas na figura, foram avaliadas de acordo com as seguintes variáveis:

Dependência	As PI que são direta ou indiretamente dependentes da organização, atividades, produtos ou serviços e desempenho associado, ou de quem a organização depende a fim de operar. A organização deve atender aos graus de dependência das partes interessadas.
Responsabilidade	As PI sobre as quais a organização tem, ou no futuro possa vir a ter, responsabilidades legais, comerciais, operacionais ou éticas/ morais.
Tensão	As PI que carecem de atenção imediata da organização no que diz respeito a questões financeiras, económicas, sociais ou ambientais mais amplas. No contexto da conciliação poderão ser organizações sindicais e empresariais, outras estruturas representativas de trabalhadores, associações setoriais ou outras.
Influência	As PI que podem ter um impacto sobre a organização ou sobre a tomada de decisão estratégica ou operacional de uma parte interessada, entre os quais as estruturas acionistas ou dirigentes, as entidades reguladoras, as entidades que definem e promovem políticas públicas, entre outros.
Perspetivas Diversas	As PI cujas diferentes visões podem levar a uma nova compreensão da situação e à identificação de oportunidades de ação que não ocorreriam de outra forma, como por exemplo centro de investigação, centros tecnológicos, influenciadores de opinião ou academia em termos mais latos.

A partir desta avaliação, foi identificado o conjunto de PI, utilizando-se a nomenclatura definida no Regulamento, de acordo com as variáveis previamente descritas:

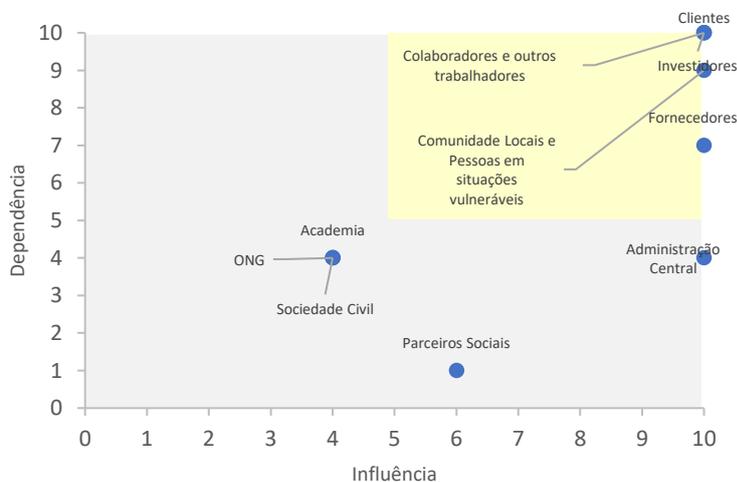


Cada uma destas PI foi classificada, relativamente a duas variáveis: Influência na Organização e Dependência da Organização, numa escala de 1 a 10, sendo que pontuações acima de 5, em ambas as variáveis, significam que se trata de uma PI afetada. Todas as PI enquadradas no quadrante B são as PI afetadas, as quais são alvo de um plano que contemple os mecanismos de envolvimento da organização com essas PI afetadas.

As Partes Interessadas serão apresentadas por agrupamento:

3.2.1.1. Águas

Partes Interessadas Afetadas



As Partes Interessadas Afetadas são:

- Colaboradores e outros trabalhadores;
- Clientes;
- Investidores;
- Fornecedores;
- Comunidades Locais e Pessoas em situações vulneráveis.

Figura 5 – Matriz de Partes Interessadas (Águas)

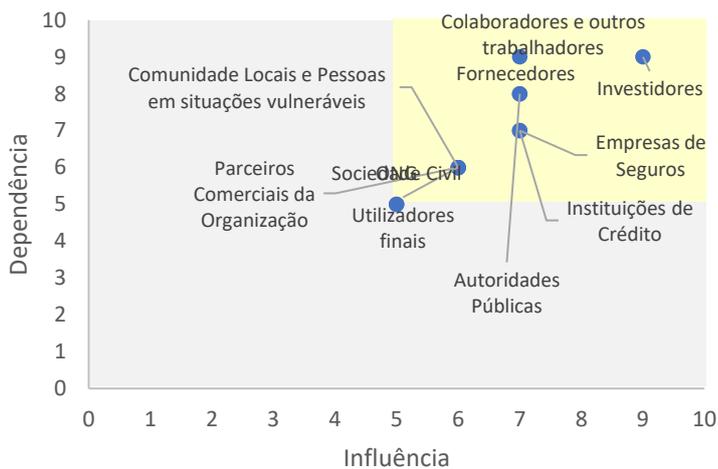
Mecanismos de Envolvimento

Tabela 1- Mecanismos de Envolvimento com as PI (Águas)

Mecanismos de Envolvimento	Auscultação	Reuniões	Relatórios	Comunicação Institucional	Redes Sociais	Políticas e Avaliação
Colaboradores e outros trabalhadores						
Fornecedores						
Clientes						
Comunidade Locais e Pessoas em situações vulneráveis						
Investidores						

3.2.1.2. Produção de Moeda e Publicações

Partes Interessadas Afetadas



As Partes Interessadas Afetadas são:

- Colaboradores e outros trabalhadores;
- Investidores;
- Fornecedores;
- Empresas de Seguros;
- Instituições de Crédito
- Comunidades Locais e Pessoas em situações vulneráveis;
- ONG;
- Sociedade Civil;
- Utilizadores Finais;
- Autoridades Públicas.

Figura 6 - Matriz de Partes Interessadas (Produção de moedas e Publicações)

Mecanismos de Envolvimento

Tabela 2- Mecanismos de Envolvimento com as PI (Produção de moedas e Publicações)

Mecanismos de Envolvimento	Auscultação	Reuniões	Focus Group	Eventos	Atendimento e canais de suporte	Comunicação Institucional	Políticas e Avaliação	Fóruns
Colaboradores e outros trabalhadores								
Fornecedores								
Clientes								
Comunidade Locais e Pessoas em situações vulneráveis								
Investidores								
Autoridades Públicas								
Academia								
Instituições de Crédito								
Empresas de Seguros								
Parceiros Comerciais da Organização								
Administração Central								
Parceiros Sociais								

3.2.1.3. Gestão e Promoção Imobiliária

Partes Interessadas Afetadas



As Partes Interessadas Afetadas são:

- Colaboradores e outros trabalhadores;
- Clientes;
- Investidores
- Autoridades Públicas;
- Utilizadores Finais;
- Consumidores;
- Parceiros Comerciais da Organização;
- Fornecedores;
- Instituições de Crédito;
- Sociedade Civil;
- Parceiros Sociais.

Figura 7 - Matriz de Partes Interessadas (Gestão e Promoção Imobiliária)

Mecanismos de Envolvimento

Tabela 3- Mecanismos de Envolvimento com as PI (Gestão e Promoção Imobiliária)

Mecanismos de Envolvimento	Reuniões	Formação e workshops	Comunicação Institucional	Relatórios	Eventos	Parcerias Institucionais
Colaboradores e outros trabalhadores						
Fornecedores						
Clientes						
Investidores						
Autoridades Públicas						
Instituições de Crédito						
Parceiros Comerciais da Organização						
Administração Central						
Sociedade Civil						
Consumidores						
Parceiros Sociais						

3.2.1.4. Mercados Abastecedores

Partes Interessadas Afetadas

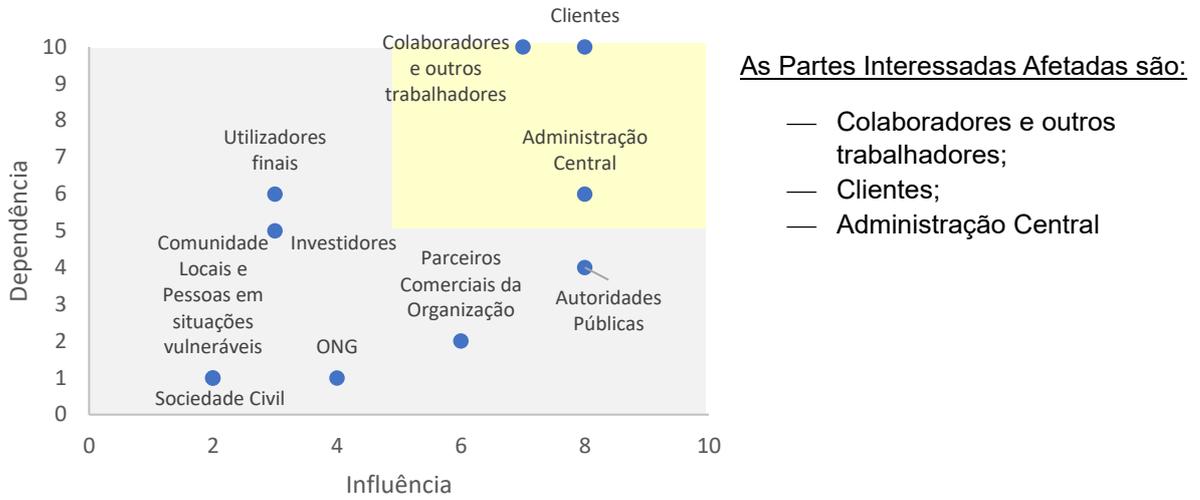


Figura 8 - Matriz de Partes Interessadas (Mercados Abastecedores)

Mecanismos de Envolvimento

Tabela 4- Mecanismos de Envolvimento com as PI (Mercados Abastecedores)

Mecanismos de Envolvimento	Reuniões	Eventos	Comunicação Institucional	Redes Sociais	Relatórios
Colaboradores e outros trabalhadores					
Clientes					
Administração Central					

Estas foram as PI que se pronunciaram sobre os IRO identificados, no âmbito do processo de Dupla Materialidade.

3.2. Identificação dos Impactos, Riscos e Oportunidades

Com base nas informações contextuais descritas anteriormente e durante as reuniões, foram identificados e classificados os impactos do Grupo no ambiente e na sociedade, de acordo com os subtemas definidos no Regulamento (Anexo I). A classificação dos impactos foi feita considerando-os reais ou potenciais, dependendo da sua ocorrência ou da probabilidade de que possam ocorrer.

A metodologia seguida é a apresentada abaixo:

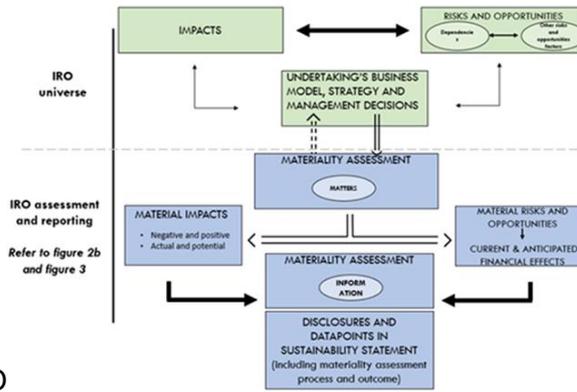


Figura 9 – Processo da Dupla Materialidade, de acordo com o [Guia](#)

3.3. Avaliação dos Impactos, Riscos e Oportunidades

3.3.1. Materialidade de Impacto e Financeira

Relativamente aos IRO, foram compilados, por setor, de acordo com os contributos de cada empresa:

Tabela 5 - Temas materiais do setor Águas

Águas	
Temas Materiais	Subtemas Materiais
Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas
	Mitigação das alterações climáticas
Gestão de Energia	Energia
Prevenção da Poluição	Poluição do ar
	Poluição da água
	Poluição do Solo
	Poluição dos organismos vivos e recursos alimentares
Gestão de Água	Consumo de água
	Captação de água
Gestão da Biodiversidade	Alterações Climáticas
	Alteração do uso do solo, alteração do uso da água doce e alteração do uso do mar
	Poluição
Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos
	Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços
	Resíduos
Condições de Trabalho	Segurança no emprego na própria mão-de-obra
	Horários de Trabalho na própria mão-de-obra
	Salários de Trabalho na própria mão-de-obra
	Diálogo Social na própria mão-de-obra
	Liberdade de associação na própria mão-de-obra
	Negociação Coletiva na própria mão-de-obra
	Saúde e Segurança no Trabalho na própria mão-de-obra
Formação e desenvolvimento de competências na própria mão-de-obra	
Diversidade	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
	Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência na própria mão-de-obra

Temas Materiais	Subtemas Materiais
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho
	Diversidade
	Habilitação adequada
Privacidade de Dados	Privacidade
	Privacidade na Cadeia de Valor
Direitos humanos e laborais na cadeia de valor	Segurança no emprego na Cadeia de Valor
	Horários de Trabalho na Cadeia de Valor
	Salários de Trabalho na Cadeia de Valor
	Diálogo Social na Cadeia de Valor
	Liberdade de associação na Cadeia de Valor
	Negociação Coletiva na Cadeia de Valor
	Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal na Cadeia de Valor
	Saúde e Segurança no Trabalho na Cadeia de Valor
	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor na Cadeia de Valor
	Formação e desenvolvimento de competências na Cadeia de Valor
	Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência na Cadeia de Valor
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho na Cadeia de Valor
	Diversidade na Cadeia de Valor
	Trabalho infantil na Cadeia de Valor
	Trabalho forçado na Cadeia de Valor
	Habilitação adequada
Qualidade de Serviço	Água e Saneamento
	Privacidade
	Acesso a informações (de qualidade)
	Saúde e Segurança
	Acesso a produtos e serviços
	Práticas comerciais responsáveis
Cultura Empresarial	Cultura empresarial
	Proteção de denunciante
Contexto Político	Contexto político
Gestão da Cadeia de Valor	Gestão das relações com fornecedores

Tabela 6 - Temas materiais do setor Produção de moeda e Publicações

Produção de moedas e publicações	
Temas Materiais	Subtemas Materiais
Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas
	Mitigação das alterações climáticas
Gestão de Energia	Energia
Prevenção da Poluição	Poluição da água
	Substâncias que suscitam elevada preocupação
Gestão de Água	Consumo de água
Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos
	Resíduos
Condições de Trabalho	Segurança no emprego na própria mão-de-obra
	Horários de Trabalho na própria mão-de-obra
	Salários de Trabalho na própria mão-de-obra
	Diálogo Social na própria mão-de-obra
	Negociação coletiva na própria mão-de-obra
	Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal na própria mão-de-obra
	Saúde e Segurança na própria mão-de-obra
	Formação e desenvolvimento de competências na própria mão-de-obra
Diversidade	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
	Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência na própria mão-de-obra
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho
	Diversidade
	Habilitação adequada
Privacidade de Dados	Privacidade
Direitos humanos e laborais na cadeia de valor	Salários de Trabalho na cadeia de valor
	Saúde e Segurança na cadeia de valor
	Trabalho infantil na cadeia de valor
	Trabalho forçado na cadeia de valor
	Impactos nos defensores dos direitos humanos
Qualidade de Serviço	Privacidade
Cultura Empresarial	Cultura empresarial
	Proteção de denunciantes
Gestão da Cadeia de Valor	Gestão das relações com fornecedores

Tabela 7 - Temas materiais do setor Gestão de Outras Participações

Gestão de Outras Participações	
Temas Materiais	Subtemas Materiais
Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas
Gestão de Energia	Energia
Prevenção da Poluição	Poluição do ar
	Substâncias que suscitam elevada preocupação
Gestão de Água	Consumo de água
	Captação de água
Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos
	Saídas de recursos, incluindo a utilização de recursos
	Resíduos
Condições de Trabalho	Segurança no emprego na própria mão-de-obra
	Salários de Trabalho na própria mão-de-obra
	Diálogo Social na própria mão-de-obra
	Liberdade de associação na própria mão-de-obra
	Negociação coletiva na própria mão-de-obra
	Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal na própria mão-de-obra
	Saúde e Segurança na própria mão-de-obra
Formação e desenvolvimento de competências na própria mão-de-obra	
Diversidade	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
	Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência na própria mão-de-obra
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho
	Diversidade
Privacidade de Dados	Habilitação adequada
	Privacidade
Cultura Empresarial	Cultura empresarial
	Proteção de denunciante
Contexto Político	Contexto Político
Gestão da Cadeia de Valor	Gestão das relações com fornecedores

Tabela 8 - Temas materiais do setor Gestão e Promoção Imobiliária

Gestão e Promoção Imobiliária	
Temas Materiais	Subtemas Materiais
Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas
	Mitigação das alterações climáticas
Gestão de Energia	Energia
Prevenção da Poluição	Poluição do ar
	Poluição da água
	Poluição do solo
	Substâncias que suscitam elevada preocupação
Gestão de Água	Consumo de água
Gestão da Biodiversidade	Alterações Climáticas
	Poluição
Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos
	Saídas de recursos, incluindo a utilização de recursos
	Resíduos
Condições de Trabalho	Segurança no emprego na própria mão-de-obra
	Horários de Trabalho na própria mão-de-obra
	Diálogo Social na própria mão-de-obra
	Liberdade de associação na própria mão-de-obra
	Negociação coletiva na própria mão-de-obra
	Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal na própria mão-de-obra
	Saúde e Segurança na própria mão-de-obra
	Formação e desenvolvimento de competências na própria mão-de-obra
Diversidade	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
	Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência na própria mão-de-obra
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho
	Diversidade
	Habilitação adequada
Privacidade de Dados	Privacidade
	Privacidade na cadeia de valor
Direitos humanos e laborais na cadeia de valor	Segurança no Emprego na cadeia de valor
	Horários de trabalho na cadeia de valor
	Diálogo Social na cadeia de valor
	Liberdade de associação na cadeia de valor
	Negociação coletiva na cadeia de valor
	Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal na cadeia de valor
	Saúde e Segurança na cadeia de valor
	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor na cadeia de valor
	Formação e desenvolvimento de competências na cadeia de valor
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho na cadeia de valor
	Diversidade na cadeia de valor

Temas Materiais	Subtemas Materiais
	Trabalho infantil na cadeia de valor
	Trabalho forçado na cadeia de valor
	Habilitação adequada na cadeia de valor
Contributo para a Comunidade Local	Habitação adequada
	Alimentação adequada
	Água e Saneamento
	Impactos relacionados com o solo
	Liberdade de expressão
	Direitos culturais
Qualidade de Serviço	Privacidade
	Saúde e Segurança
	Segurança de uma pessoa
	Proteção das crianças
	Acesso a produtos e serviços
	Práticas comerciais responsáveis
	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais
Cultura Empresarial	Cultura empresarial
	Proteção de denunciante
Contexto Político	Contexto Político
Gestão da Cadeia de Valor	Gestão das relações com fornecedores

Tabela 9 - Temas materiais do setor Mercados Abastecedores

Mercados Abastecedores	
Temas Materiais	Subtemas Materiais
Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas
	Mitigação das alterações climáticas
Gestão de Energia	Energia
Prevenção da Poluição	Poluição do ar
	Poluição da água
	Poluição do solo
	Substâncias que suscitam elevada preocupação
Gestão de Água	Consumo de água
Economia Circular	Resíduos
Privacidade de Dados	Privacidade na cadeia de valor
Direitos humanos e laborais na cadeia de valor	Segurança no Emprego na cadeia de valor
	Horários de trabalho na cadeia de valor
	Salários de trabalho na cadeia de valor
	Diálogo Social na cadeia de valor
	Liberdade de associação na cadeia de valor
	Negociação coletiva na cadeia de valor
	Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal na cadeia de valor
	Saúde e Segurança na cadeia de valor
	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor na cadeia de valor
	Formação e desenvolvimento de competências na cadeia de valor
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho na cadeia de valor
	Diversidade na cadeia de valor
	Habilitação adequada na cadeia de valor
Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	
Cultura Empresarial	Cultura empresarial
	Proteção de denunciante

Tabela 10 - Temas materiais do setor Exploração Agrícola e Pecuária

Exploração agrícola e pecuária	
Temas Materiais	Subtemas Materiais
Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas
	Mitigação das alterações climáticas
Gestão de Energia	Energia
Prevenção da Poluição	Poluição do ar
	Poluição da água
	Poluição do solo
	Poluição dos organismos vivos e recursos alimentares
Gestão de Água	Consumo de água
Gestão da Biodiversidade	Alterações Climáticas
	Alteração do uso do solo, alteração do uso da água doce e alteração do uso do mar
	Exploração direta
	Poluição
Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos
	Resíduos
Condições de trabalho	Segurança no emprego
	Horários de Trabalho
	Salários de Trabalho
	Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
	Saúde e Segurança no Trabalho
	Formação e desenvolvimento de competências
	Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho
	Trabalho infantil
	Trabalho forçado
Habilitação adequada	
Diversidade	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
	Diversidade
Privacidade de Dados	Privacidade na própria mão de obra
Direitos humanos e laborais na cadeia de valor	Segurança no Emprego na cadeia de valor
	Horários de trabalho na cadeia de valor
	Salários de trabalho na cadeia de valor
	Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal na cadeia de valor
	Saúde e Segurança na cadeia de valor
	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor na cadeia de valor
	Formação e desenvolvimento de competências na cadeia de valor
	Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência
	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho na cadeia de valor
	Diversidade na cadeia de valor
	Trabalho infantil
	Trabalho forçado
Habilitação adequada na cadeia de valor	

Temas Materiais	Subtemas Materiais
	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais
Qualidade do Serviço	Acesso a informações
	Saúde e Segurança
	Práticas comerciais responsáveis
Cultura Empresarial	Cultura empresarial
	Gestão de fornecedores

3.4. Relato dos Temas Materiais

Com base na avaliação descrita anteriormente, foram compilados todos os temas materiais identificados em cada um dos setores, de modo a obter os temas sectorizados por grau de impacto: Muito impactante; Impactante; e pouco impactante.

Da figura abaixo, consegue-se depreender que os temas mais impactantes são: Alterações Climáticas; Gestão de Energia; Condições de Trabalho; Diversidade; e Cultura Empresarial.

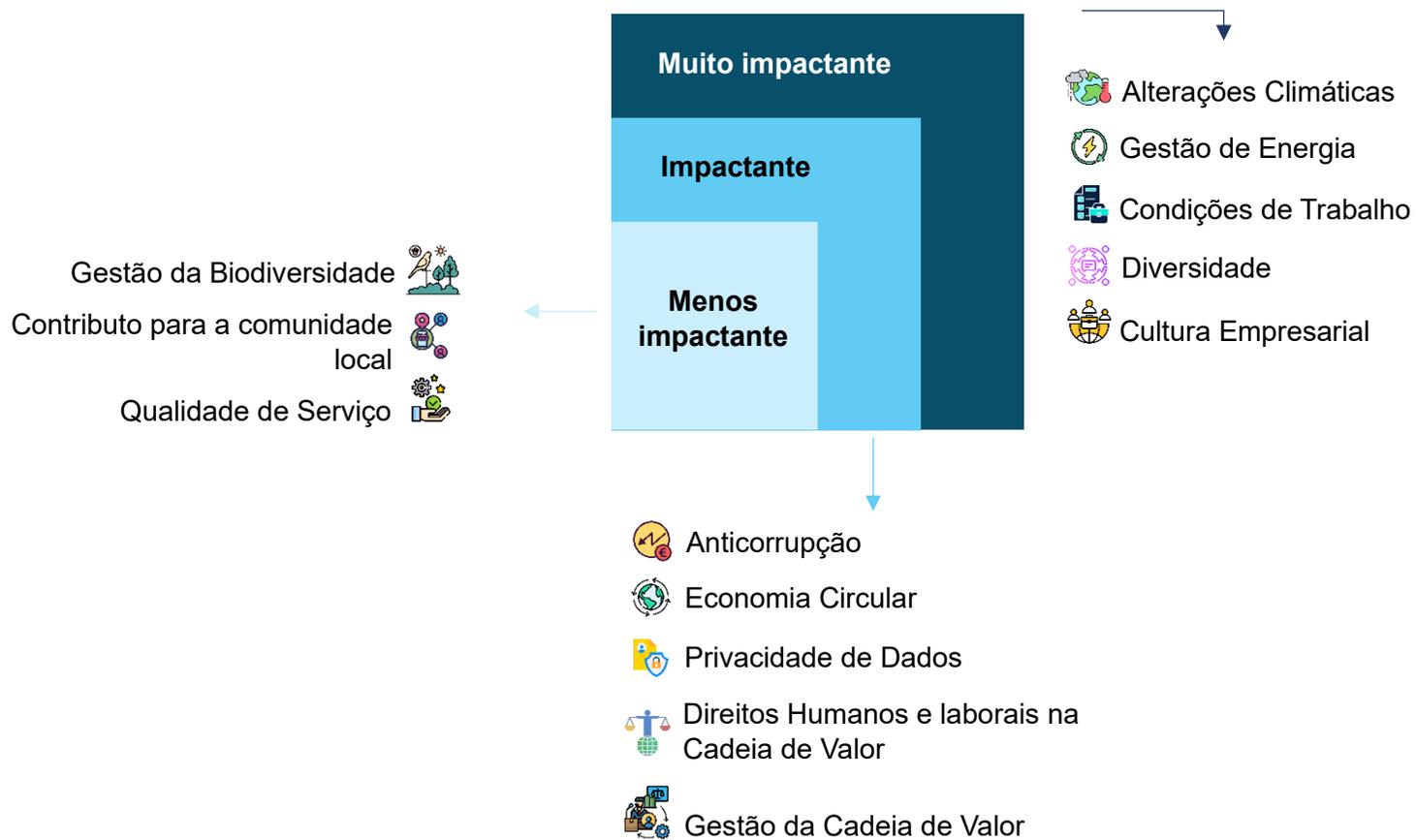


Figura 10 - Representação gráfica dos temas materiais, por grau de impacto

4. Conclusão

Este relatório de dupla materialidade proporcionou ao Grupo, uma análise abrangente e detalhada dos temas mais relevantes para as participadas, considerando tanto os impactos em sustentabilidade, bem como os riscos e oportunidades financeiras.

Esta análise permitiu compreender a diferentes áreas de negócio de cada uma das empresas, o que resulta numa dispersão de impactos, riscos e oportunidades, que tornam a sua gestão desafiante. Por outro lado, permitiu uma compreensão clara das áreas em que o Grupo pode criar valor, enquanto pretende mitigar os impactes negativos na sua jornada de sustentabilidade.

Uma das principais limitações desta avaliação foi o número extenso de *stakeholders* e o tempo reduzido para a implementar, o que fez com que não fosse possível a sua auscultação, ficando o processo a cargo da equipa de sustentabilidade do Grupo e que não fosse possível a avaliação dos IRO. Estas são as oportunidades de melhorias identificadas para a próxima avaliação, a qual se perspectiva que ocorra no próximo ano.

Ainda assim, com base nesta análise, o Grupo encontra-se mais capacitada para priorizar as suas ações, definir estratégias eficazes e integrar a sustentabilidade na sua gestão e operações, alinhando-se tanto com as expectativas das PI como com as exigências do setor. Este processo contínuo e transparente de avaliação será essencial para assegurar que a Grupo continue a crescer de forma responsável, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios de sustentabilidade que orientam as suas práticas.

5. Anexos

5.1. Participações da PARPÚBLICA

Empresa	%
Estamo – Participações Imobiliárias, S.A.	100%
FLORESTGAL - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.	100%
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A.	100%
Companhia das Lezírias, S.A.	100%
CE - Circuito Estoril, S.A.	100%
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.	100%
Sagesecur - Estudo, Desenv. e Part. Projetos de Invest. Valores Mobiliários, S.A.	100%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	81%
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. 2	45%
INAPA - Investimentos e Participações de Gestão, S.A.	44,89%
GALP Energia, SGPS, S.A.	8,02%
MGICAPITAL - Internacional Financing, SGPS, S.A.	5%
Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, I.P. 7	4,77%
Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.	2,97%
Lisnave - Infraestruturas Navais, S.A.	2,08%
TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	1%
CTT - Correios de Portugal, S.A.	0,25%
NOS, SGPS, S.A.	n.a

5.2. Anexo I – Temas, Subtemas e Sub-subtemas, segundo as ESRS

ESG	Tema	Subtema	Sub-subtema
Ambiente	Alterações Climáticas	Adaptação às Alterações Climáticas	Adaptação às Alterações Climáticas
		Mitigação às Alterações Climáticas	Mitigação às Alterações Climáticas
		Energia	Energia
	Poluição	Poluição do ar	Poluição do ar
		Poluição da água	Poluição da água
		Poluição do solo	Poluição do solo
		Poluição dos organismos vivos e recursos alimentares	Poluição dos organismos vivos e recursos alimentares
		Substâncias que suscitam elevada preocupação	Substâncias que suscitam elevada preocupação
		Microplásticos	Microplásticos
	Água e Recursos Marinhos	Água	Consumo de água
			Captação de água
		Recursos Marinhos	Descargas de água no oceano Extração e utilização dos recursos marinhos
	Biodiversidade	Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Alterações Climáticas
			Alteração do uso do solo, alteração do uso da água doce e alteração do uso do mar
			Exploração direta
	Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	Poluição
			Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos
		Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços	Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços
			Resíduos

ESG	Tema	Subtema	Sub-subtema
Social	Própria Mão-de-Obra	Condições de Trabalho	Segurança no Emprego
			Horários de Trabalho
			Salários de Trabalho
			Diálogo Social
			Liberdade de associação
			Negociação Coletiva
			Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
		Saúde e Segurança no Trabalho	
		Igualdade de Oportunidades e Tratamento	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
			Formação e Desenvolvimento de Competências
			Emprego e Inclusão de Pessoas com deficiência
			Diversidade
		Outros direitos relacionados com o trabalho	Trabalho infantil
			Trabalho forçado
			Habitação adequada
	Privacidade		
	Cadeia de Valor	Condições de Trabalho	Segurança no Emprego
			Horários de Trabalho
			Salários de Trabalho
			Diálogo Social
			Liberdade de associação
			Negociação Coletiva
			Equilíbrio entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
		Saúde e Segurança no Trabalho	
		Igualdade de Oportunidades e Tratamento	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
			Formação e Desenvolvimento de Competências
			Emprego e Inclusão de Pessoas com deficiência
			Diversidade
		Outros direitos relacionados com o trabalho	Trabalho infantil
			Trabalho forçado
Habitação adequada			
Privacidade			
Comunidades Afetadas	Direitos Económicos, Sociais e Culturais	Habitação adequada	
		Alimentação adequada	
		Água e Saneamento	
		Impactes relacionados com o solo	
		Impactes relacionados com a segurança	
	Direitos civis e políticos das comunidades	Liberdade de expressão	
		Liberdade de reunião	
	Direitos dos povos indígenas	Impactes nos defensores dos direitos humanos	
		Consentimento livre, prévio e informado	
		Autodeterminação	
		Direitos culturais	

ESG	Tema	Subtema	Sub-subtema
Social	Consumidores e utilizadores finais	Impactes relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Privacidade
			Liberdade de expressão
			Acesso a informações (de qualidade)
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Saúde e Segurança
			Segurança de uma pessoa
			Proteção das crianças
Inclusão Social dos consumidores e/ou utilizadores finais	Acesso a produtos e serviços		
	Práticas comerciais responsáveis		
Governança	Cultura empresarial	Cultura empresarial	Cultura empresarial
		Proteção de denunciante	Proteção de denunciante
		Bem-Estar dos animais	Bem-Estar dos animais
		Contexto político e atividades de representação de grupos de interesse	Contexto político e atividades de representação de grupos de interesse
		Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento
	Corrupção e suborno	Corrupção e suborno	Prevenção e deteção, incluindo formação
			Incidentes

5.2. Anexo 2 – Lista de IRO materiais

Águas

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
Ambiental	Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas	Adaptação das alterações climáticas	P-	A organização pode sofrer danos resultantes de falta de infraestrutura resistente/resilientes às alterações climáticas, nomeadamente Estações de tratamento de água (ETA), adaptados para lidar com a variabilidade climática e com a degradação da qualidade da água, devido à redução de cotas nas captações, sistemas de adutores. A organização pode sofrer danos resultantes de falta de infraestrutura resistente/resilientes às alterações climáticas, nomeadamente sistemas de tratamento de água residual (ETAR) e sistemas de coletores para lidar com enchentes e sistemas de captação de água da chuva para mitigar os efeitos das secas. Eventual de impacto direto na perda de biodiversidade	Eventos extremos podem causar danos significativos às instalações e aos equipamentos, resultando em altos custos de reparação ou substituição.	Ao adaptar as instalações para enfrentar eventos extremos, a empresa pode reduzir ou até evitar interrupções operacionais, protegendo a receita e minimizando perdas financeiras durante esses eventos.
		Mitigação das alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	R+	As operações das atividades do Grupo AdP têm um elevado consumo de energia elétrica no tratamento e distribuição de água e na recolha e tratamento de águas residuais e na emissão de GEE's na operação de ETAR's e sistemas de bombagem.	Necessidade de investimentos em otimização energética e de processos nomeadamente em ETA's e ETAR's.	O cumprimento do programa neutralidade energética do Grupo AdP (programa ZERO) trará ganhos financeiros muito significativos face ao peso do custo da energia no total dos custos operacionais. Otimização dos processos de gestão das infraestruturas, nomeadamente ETAR's com implicações financeiras a longo prazo. Através do cálculo da pegada de carbono do

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
							Grupo foi desenhado o programa NEUTRO.
		Energia	Energia	R+	Diminuição do consumo de energia eléctrica. (O Grupo AdP tem um programa que visa a obtenção da neutralidade energética, onde é efetuada uma gestão de consumos).	Risco de inadequada gestão do consumo energético incrementando os custos operacionais. Inadequada execução do programa de neutralidade energética incrementando os custos operacionais. Aumento do custo da energia.	O cumprimento do programa neutralidade energética do Grupo AdP (programa ZERO) trará ganhos financeiros muito significativos face ao peso do custo da energia no total dos custos operacionais.
	Poluição	Poluição do ar	Poluição do ar	R-	Degradação da Qualidade do ar por via das emissões atmosféricas e impactos na saúde pública (GEE; Partículas entre outras)	Risco de inadequada eficácia das medidas previstas para diminuir as emissões Risco de implicações financeiras decorrentes da adequação e adaptação de infraestruturas e frota. Risco de implicações financeiras decorrentes de incumprimentos legais.	Diminuição de emissões através da implementação de programas com eventuais benefícios fiscais; (Por exemplo: Certificação Energética da frota; Substituição de Frota por viaturas elétricas tendo como consequência diminuição das emissões e diminuição de custos de combustível); Aumento da eficiência de funcionamento das infraestruturas, diminuindo as emissões e contribuindo para uma diminuição de custos operacionais

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		Poluição da água	Poluição da água	R-	Danos nos ecossistemas e no ambiente, possibilidade de destruição da biodiversidade, consequências adversas para a Saúde Pública	Risco de não abastecimento em quantidade de água. Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis de qualidade da água no abastecimento, risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis no tratamento das águas residuais (e.g. incumprimento licenças de descarga) e risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis de águas para reutilização, aumento de custos operacionais de tratamento e gastos associados a coimas com consequente perda financeira incremento de prémios do seguro responsabilidade ambiental. Custos reputacionais.	Ao adaptar e renovar as instalações para enfrentar estes impactos, a empresa pode reduzir ou até evitar interrupções operacionais, protegendo a receita e minimizando perdas financeiras.
		Poluição do Solo	Poluição do Solo	R-	Contaminação de água de superfície e subterrâneas	Deterioração da qualidade da água bruta o que pode dificultar o tratamento; - Possibilidade de falha na instrumentação de monitorização e controlo, incluindo doseamento de reagentes - Processos de tratamento inadequados Aumento de custos e gastos, associados a coimas com consequente perda financeira, incremento de prémios do seguro de responsabilidade ambiental. Custos reputacionais.	Realizar periodicamente avaliações funcionais dos ativos. Melhorar o processo de controlo e de reporte de avarias. Melhorar o processo de análise de situações anómalas e de Manutenção preventiva de forma a evitar interrupções operacionais, protegendo a receita e minimizando perdas financeiras.
		Poluição dos organismos vivos e recursos alimentares	Poluição dos organismos vivos e recursos alimentares	R+	Melhoria da qualidade dos meios hídricos.	Contaminação pontual dos meios hídricos com possibilidade de incumprimentos legais e coimas associadas.	A eficiência das infraestruturas e dos processos evita incumprimentos que iriam implicar coimas.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
	Água e Recursos Marinhos	Água	Consumo de água	R-	Consumo de água nas instalações do Grupo AdP.	Ineficiência na gestão dos consumos de água internos com o aumento de custos associados.	Utilização de ApR e gestão e inovação no uso eficiente da água com ganhos financeiros.
		Recursos marinhos	Captação de água	R-	Grandes volumes de água tratada; Escassez de água; Saúde pública	Risco de não abastecimento em quantidade de água, incapacidade das infraestruturas de operar em períodos extensos de seca ou de cheias, estando este evento de risco relacionado com o o inadequado dimensionamento das infraestruturas (Operational Technology e Information Technology) ou falta de capacidade de adequação e adaptação dos sistemas às exigências regulamentares e ambientais (ex.: efeitos das alterações climáticas), com consequente perda financeira, e não cumprimento de serviço público.	Proceder à identificação e reabilitação de origens de água alternativas de cariz estratégico. Efetuar estudos para o reforço de ligações entre sistemas de abastecimento, criando alternativas resilientes para que não haja perdas financeiras; O Grupo AdP elaborou um Plano de Adaptação às Alterações Climáticas para as suas atividades, estando a ser desenvolvidos os Plano Regionais das suas empresas com vista a assegurar a segurança hídrica dos seus sistemas e aumentar a sua resiliência face a situações de seca e escassez hídrica, o que evitará perdas financeiras;
	Biodiversidade	Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Alterações Climáticas	P-	Diminuição de recursos hídricos e possibilidade de escassez de água e impacto na sua qualidade; Contaminação face à possibilidade aumento de aflúncias nas Estações de tratamento de águas residuais e respetiva indisponibilidade das infraestruturas;	Falha da organização em fazer cumprir ou investir em medidas eficientes de adequação às alterações climáticas, de mitigação de danos e de preservação dos ecossistemas. Risco de inadequado dimensionamento das infraestruturas (Operational Technology e Information Technology) ou falta de capacidade de adequação e adaptação dos sistemas às exigências	Ao adaptar e renovar as instalações para enfrentar estes impactos, a empresa pode reduzir ou até evitar interrupções operacionais, protegendo a receita e minimizando perdas financeiras.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
						regulamentares e ambientais (ex.: efeitos das alterações climáticas). Possibilidade de danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de atividade da organização.	
		Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Alteração do uso do solo, alteração do uso da água doce e alteração do uso do mar	R-	Contaminação dos meios hídricos; Alteração do solo;	Perda de Reputação. Perda de biodiversidade e coimas ambientais associadas e impacto financeiro nos prémios de seguro ambientais; Custos para a mitigação dos impactos dos usos	Ao adaptar e renovar as instalações para enfrentar estes impactos, a melhoria da eficiência dos processos a empresa pode reduzir ou até evitar estes eventos, protegendo a receita e minimizando perdas financeiras. Projetos de restauração ecológica com ganhos reputacionais;
		Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Poluição	R-	Possibilidade de contaminação dos meios hídricos	Perda de Reputação. Perda de biodiversidade dos meios hídricos Coimas ambientais associadas e impacto financeiro nos prémios de seguro ambientais	Ao adaptar e renovar as instalações para enfrentar estes impactos, a melhoria da eficiência dos processos a empresa pode reduzir ou até evitar estes eventos, protegendo a receita e minimizando perdas financeiras.
	Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	R+	Redução de consumo de Energia de origem externa; Redução da água da rede; (Saneamento: Energia proveniente da digestão nas maiores ETAR's do Grupo e de Painéis Solares e aproveitamento da ApR para rega e lavagens das infraestruturas) (Abastecimento: Painéis solares)	Risco de não aproveitamento total do potencial de produção e fornecimento de água para reutilização e de energia para autoconsumo. A ApR não estar de acordo com a regulamentação e não poder ser utilizada internamente ou ser utilizada indevidamente, sendo necessário utilizar água da rede para lavagens e afins, aumentando os custos operacionais.	Minimização significativa de custos operacionais se for implementado totalmente a circularidade relativamente à água e energia nas infraestruturas. Possibilidade de reduzir o consumo externo de energia elétrica, turbinando a água nas condutas ou nas barragens, próprias,

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
							reduzindo os custos significativamente
		Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços	Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços	R+	Redução da produção de resíduos através do seu encaminhamento e valorização. Encaminhamento de água tratada nas infraestruturas;	Risco de não aproveitamento total do potencial de produção e fornecimento de água para reutilização. (Incerteza quanto às exigências regulamentares ambientais e aos potenciais condicionalismos associados à atividade de água para reutilização, Atraso na aprovação dos investimentos necessários, Falta de interesse por parte dos potenciais clientes) Não haver capacidade da infraestrutura de tratamento e consequentemente existir a necessidade de encaminhar maior quantidade de resíduos com o custo associado. Contaminação ambiental, na eventualidade de falha no tratamento, com consequência de coimas ambientais associadas e impacto financeiro nos prémios de seguro ambientais	Venda de ApR para usos múltiplos, nomeadamente: rega de espaços verdes (jardins Parque das Nações, Campos de Golf); Implementação da aplicação Portal ApR com retorno financeiro; Venda de lamas para valorização agrícola com retome financeiro; Incorporação de lamas nas cimenteiras ou materiais diversos de construção evitando a deposição em aterro contribuindo desta forma para a preservação dos recursos, e minimizando impactes ambientais associados e os custos deste encaminhamento.
		Resíduos	Resíduos	R+	Redução da produção de resíduos através do seu encaminhamento e valorização.	Não haver capacidade da infraestrutura de tratamento e consequentemente existir a necessidade de encaminhar maior quantidade de resíduos com o respetivo custo associado.	Venda de lamas para valorização agrícola com retome financeiro. Incorporação de lamas nas cimenteiras ou materiais diversos de construção, evitando a deposição em aterro, contribuindo desta forma para a preservação dos recursos, minimizando impactes ambientais associados e diminuindo os custos deste encaminhamento.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
Social	Mão de obra própria	PM: Condições de trabalho	PM: Segurança no emprego	R+	Estabilidade no emprego, pois são menos suscetíveis às flutuações económicas e mudanças repentinas de mercado.	Alteração da estrutura acionista.	Há uma diminuição dos custos de integração de novos trabalhadores. Trabalhadores estáveis têm maior conhecimento institucional e eficiência nas suas funções
		PM: Condições de trabalho	PM: Horários de Trabalho	R+	Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.	Desigualdade no acesso à flexibilidade de horários e ao nº de horas trabalhadas com implicações financeiras.	A motivação dos trabalhadores do Grupo face aos HT permite estabilidade implicando, por isso, a diminuição dos custos de integração de novos trabalhadores (menor rotatividade). Trabalhadores motivados têm maior eficiência nas suas funções.
		PM: Condições de trabalho	PM: Salários de Trabalho	R+	Estabilidade salarial e ordenado pago em dia fixo, não suscetível às flutuações económicas e mudanças repentinas de mercado, permitindo que o trabalhador consiga cumprir os seus compromissos.	Situações de crise económica no País que podem ter impacto nas condições salariais. Desmotivação com consequências pessoais e profissionais.	Há uma diminuição dos custos de integração de novos trabalhadores. Trabalhadores motivados têm maior eficiência nas suas funções.
		PM: Condições de trabalho	PM: Salários de Trabalho	R-	Pouca atratividade na contratação e dificuldade na retenção de talentos.	Salários menos atrativos geram incapacidade para contratar e reter trabalhadores/as implicando défice de mão de obra com implicações financeiras (horas extraordinárias, contratação de trabalho temporário, etc).	Alteração da política remuneratória das empresas do Setor Empresarial do Estado o que implicará ganhos operacionais e financeiros.
		PM: Condições de trabalho	PM: Diálogo Social	R+	Existência de Contratação Colectiva no Grupo.	Aumento da conflitualidade com os custos que daí advêm (Paragens, Greves...)	Possibilidade da melhoria das condições de trabalho e consequente aumento de produtividade e diminuição de custos operacionais

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades	
			PM: Condições de trabalho	PM: Liberdade de associação	R+	Os trabalhadores, têm a possibilidade e liberdade de ser representados por sindicatos e representantes dos trabalhadores para defender os seus interesses.	Aumento da conflitualidade com os custos que daí advêm (Paragens, Greves...)	Trabalhadores mais informados com maior consciência que a empresa cumpre com a legislação em vigor e os direitos dos trabalhadores com consequente aumento de produtividade e diminuição de custos operacionais
			PM: Condições de trabalho	PM: Negociação Coletiva	R+	Existência de Contratação Colectiva no Grupo.	Aumento da conflitualidade com os custos que daí advêm (Paragens, Greves...)	Trabalhadores com os seus direitos assegurados, acordos coletivos de trabalho, com consequente aumento de produtividade e diminuição de custos operacionais
			PM: Condições de trabalho	PM: Equilíbrio entre a VPFP	R+	Existência, no Grupo, de medidas de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.	Redução de benefícios com desmotivação dos trabalhadores com consequente perda de produtividade e aumento de custos operacionais;	Trabalhadores motivados, diminuição do absentismo e consequente aumento de produtividade e diminuição de custos operacionais
			PM: Condições de trabalho	PM: SST	R+	Condições de trabalho seguras com impacto na integridade física e mental (o Grupo AdP, tem todas as suas empresas participadas certificadas em SST, norma ISO 45001.	Aumento de custos com as medidas preventivas e corretivas de SST nas Infraestruturas. Aumento de custos devido a ausência de trabalhadores. Incumprimento legal com consequências financeiras.	Investimentos preventivos e corretivos com vista à diminuição da probabilidade de acidentes, e de problemas de saúde decorrentes da atividade desenvolvida, o que implica diminuir os custos inerentes à falta de condições de segurança e saúde no trabalho nomeadamente .

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	R+	Garantia de igualdade de Oportunidades		Melhoria do clima organizacional, inovação e maior criatividade. Trabalhadores motivados, aumento de produtividade e diminuição de custos operacionais. Práticas de recrutamento inclusivo.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Formação e desenvolvimento de competências	R+	Garantia de formação e desenvolvimento de Competências dos Trabalhadores.	Desactualização de competências Redução da inovação Perda de talentos Baixa competitividade Não execução do Plano de Formação; Incumprimento legal com consequências financeiras. Trabalhadores não preparados incrementando a possibilidade do erro e incrementando os custos operacionais,	Formação Inicial e Contínua; programas de capacitação e retenção de talentos; Consequente diminuição de custos operacionais
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência	R+	O Grupo AdP promove as condições para ter Igualdade de Oportunidades	Risco de discriminação. Risco reputacional. Incumprimento legal com consequências financeiras. Práticas de recrutamento discriminatórias com consequências financeiras.	Melhoria do clima organizacional, inovação e maior criatividade. Trabalhadores com orgulho, mais motivados, maior espírito de equipa com o consequente aumento de produtividade. Incremento da reputação corporativa. A empresa poderá beneficiar de incentivos financeiros na integração de pessoas com deficiência. Práticas de recrutamento inclusivo.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho	R+	Condições de trabalho seguras com impacto na integridade física e mental (a AdP está certificada na Responsabilidade Social, norma SA 8000.	Risco reputacional. Aumento de custos devido a ausência de trabalhadores. Incumprimento legal com consequências financeiras.	Trabalhadores motivados, aumento de produtividade e diminuição de custos operacionais. Aumento da confiança na organização. Incremento da reputação corporativa.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Diversidade	R+	Igualdade de Oportunidades (O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP assume os Objetivos de "Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e inclusão" e de "Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal".)	Risco de discriminação. Risco reputacional. Incumprimento legal com consequências financeiras. Desmotivação dos trabalhadores com consequente perda de produtividade e aumento de custos operacionais. Práticas de recrutamento discriminatórias com consequências financeiras.	Melhoria do clima organizacional, inovação e maior criatividade. Trabalhadores motivados, aumento de produtividade e diminuição de custos operacionais. Práticas de recrutamento inclusivo.
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Habilitação adequada	R+	Garantia da competência dos trabalhadores.	Risco de existência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida. Aumento da possibilidade de erro e ineficácia com o consequente aumento dos custos operacionais	Conhecimento sobre os temas relacionados com o seu trabalho trabalhadores/as, com igual acesso à informação; Consequente diminuição de custos operacionais
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Privacidade	R+	Confiança na privacidade dos dados.	Falha na segurança da informação com consequências financeiras. Risco reputacional.	Aumento da Segurança da Informação. Digitalização de processos.
Trabalhadores na cadeia de valor	CV: Condições de trabalho	CV: Segurança no emprego	R+	Garantir a estabilidade no emprego (o Grupo AdP monitoriza através de auditorias as condições de trabalho identificadas no subsubtema).	Incumprimento contratual com implicações financeiras. Risco reputacional para o Grupo AdP.	Trabalhadores estáveis têm maior conhecimento institucional e eficiência nas suas funções Menor custo	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		CV: Condições de trabalho	CV: Horários de Trabalho	R+	Garantir um horário de trabalho estabelecido e conhecido por todos os trabalhadores (o Grupo AdP monitoriza através de auditorias as condições de trabalho identificadas no subsubtema).	Realização de horas extras não remuneradas de acordo com valores legais, desmotivando os trabalhadores e eventualmente diminuindo a sua eficiência- aumento de custos operacionais. Não ser cumprida a legislação em vigor e consequente risco reputacional;	Elaborar contratos robustos com fornecedores e prestadores de serviços, estabelecendo claramente prazos, padrões de qualidade/níveis de serviço e penalidades por incumprimento Processo de avaliação de fornecedores: Realizar avaliações regulares dos fornecedores para identificar possíveis pontos fracos e riscos; Auditorias de risco: Realizar auditorias regulares para avaliar a conformidade e a resiliência dos fornecedores em relação aos padrões estabelecidos. Consequente diminuição de eventuais aumentos do custo operacional

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		CV: Condições de trabalho	CV: Salários de Trabalho	R+	Garantir a estabilidade salarial do trabalhador subcontratado (o Grupo AdP monitoriza através de auditorias as condições de trabalho identificadas no subsubtema).	Risco de não pagamento ou salários em atraso: Trabalhadores desmotivados e deterioração do ambiente de trabalho. Não ser cumprida a legislação em vigor e consequente risco reputacional	Elaborar contratos robustos com fornecedores e prestadores de serviços, estabelecendo claramente prazos, padrões de qualidade/níveis de serviço e penalidades por incumprimento Processo de avaliação de fornecedores: Realizar avaliações regulares dos fornecedores para identificar possíveis pontos fracos e riscos; Auditorias de risco: Realizar auditorias regulares para avaliar a conformidade e a resiliência dos fornecedores em relação aos padrões estabelecidos. Consequente diminuição de eventuais aumentos do custo operacional
		CV: Condições de trabalho	CV: Diálogo Social	R+	Garantia do cumprimento da legislação do trabalho.	Incumprimento contratual com implicações financeiras. Risco reputacional para o Grupo AdP.	Criação de um Código de Conduta e Ética para os fornecedores permitindo minimizar implicações financeiras decorrentes de incumprimentos.
		CV: Condições de trabalho	CV: Liberdade de associação	R+	Garantia do cumprimento da legislação do trabalho.	Incumprimento contratual com implicações financeiras. Risco reputacional para o Grupo AdP.	Criação de um Código de Conduta e Ética para os fornecedores permitindo minimizar implicações financeiras decorrentes de incumprimentos.
		CV: Condições de trabalho	CV: Negociação Coletiva	R+	Garantia do cumprimento da legislação do trabalho.	Incumprimento contratual com implicações financeiras. Risco reputacional para o Grupo AdP.	Criação de um Código de Conduta e Ética para os fornecedores permitindo minimizar implicações financeiras decorrentes de incumprimentos.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		CV: Condições de trabalho	CV: SST	R+	Trabalho seguro. (O Grupo AdP, tem todas as suas empresas participadas certificadas em SST, norma ISO 45001, como tal o Grupo reconhece a importância da segurança e saúde no trabalho, implementa melhorias estruturadas nos postos de trabalho e mantém activos programas contínuos de melhoria.Exige aos subcontratados o cumprimento da legislação em vigor). (o Grupo AdP monitoriza através de auditorias as condições de trabalho identificadas no subsubtema).	O Risco do Prestador de Serviços não cumprir os requisitos SST assegurados nos contratos; Aumento de custos com as medidas preventivas e corretivas de SST nas Infraestruturas. Aumento de custos devido a ausência de trabalhadores.	Elaborar contratos robustos com fornecedores e prestadores de serviços, estabelecendo claramente prazos, padrões de qualidade/níveis de serviço e penalidades por incumprimento Processo de avaliação de fornecedores: Realizar avaliações regulares dos fornecedores para identificar possíveis pontos fracos e riscos; Auditorias de risco: Realizar auditorias regulares para avaliar a conformidade e a resiliência dos fornecedores em relação aos padrões estabelecidos. Consequente diminuição de eventuais aumentos do custo operacional
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	R+	Garantia do cumprimento da legislação do trabalho.		
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Formação e desenvolvimento de competências	R+	Garantia do cumprimento da legislação do trabalho.		
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência	R+	Garantia do cumprimento da legislação do trabalho.		
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho		Garantia do cumprimento da legislação do trabalho.		
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Diversidade		Garantia do cumprimento da legislação do trabalho.		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Trabalho infantil	P-	A AdP SGPS está certificada na Norma de Responsabilidade Social e portanto a sua cadeia de valor, nomeadamente no que toca às contratações centralizadas, tem regras definidas que visam e asseguram os Direitos humanos; A Águas de Portugal aderiu ao United Nations Global Compact (UNGC) em 16/08/2010, fazendo também parte da rede local GCNP. Atualmente é membro do Board. O UNGC é uma iniciativa na área da cidadania empresarial, lançada pela UN em 2000, que assenta em 10 Princípios fundamentais, sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e visa promover o compromisso público e voluntário das empresas em cumpri-los (o Grupo AdP monitoriza através de auditorias as condições de trabalho identificadas no subsubtema).		
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Trabalho forçado	P-	A AdP SGPS está certificada na Norma de Responsabilidade Social e portanto a sua cadeia de valor, nomeadamente no que toca às contratações centralizadas, tem regras definidas que visam e asseguram os Direitos humanos; A Águas de Portugal aderiu ao United Nations Global Compact (UNGC) em 16/08/2010, fazendo também parte da rede local GCNP. Atualmente é membro do Board. O UNGC é uma iniciativa na área da cidadania empresarial, lançada pela UN em 2000, que assenta em 10 Princípios fundamentais, sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e visa promover o compromisso público e voluntário das empresas em cumpri-los (o Grupo AdP monitoriza através de auditorias as condições de trabalho identificadas no subsubtema).		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
	Outros direitos relacionados com o trabalho	Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Habilitação adequada	R+	Trabalhadores com Habilitação Adequada.	Risco de existência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prestação de serviço/fornecimento. Aumento da possibilidade de erro e ineficácia com o consequente aumento dos custos operacionais	Elaborar contratos robustos com fornecedores e prestadores de serviços, estabelecendo claramente prazos, padrões de qualidade/níveis de serviço e penalidades por incumprimento Processo de avaliação de fornecedores: Realizar avaliações regulares dos fornecedores para identificar possíveis pontos fracos e riscos; Auditorias de risco: Realizar auditorias regulares para avaliar a conformidade e a resiliência dos fornecedores em relação aos padrões estabelecidos. Consequente diminuição de eventuais aumentos do custo operacional
		Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Privacidade	R+	Privacidade assegurada (O RGPD está implementado e os dados pessoais salvaguardados no Grupo AdP e é extensível à cadeia de valor) (o Grupo AdP monitoriza através de auditorias as condições de trabalho identificadas no subsubtema).	Fuga de dados e eventuais custos judiciais associados	
		Direitos Económicos, Sociais e Culturais	Água e Saneamento	R+	Garantia dos direitos humanos à água e ao saneamento: - acesso ao abastecimento de água e ao saneamento; - incluindo tarifas sociais.	Custos financeiros associados a novos investimentos e reabilitação de infraestruturas. Risco regulatório com implicações financeiras.	Benefícios financeiros decorrentes de novos clientes/utilizadores.
	Consumidores e utilizadores finais	Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Privacidade	R+	Privacidade assegurada (O RGPD está implementado e os dados pessoais salvaguardados no Grupo AdP e é extensível aos consumidores)	Falha na segurança da informação com consequências financeiras. Risco reputacional.	Aumento da Segurança da Informação. Digitalização de processos.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Acesso a informações (de qualidade)	R+	Consumidores informados com transparência sobre a qualidade e segurança do serviço e produto.	Desadequada comunicação com os clientes, com risco reputacional e financeiro	Aumento da confiança na qualidade e segurança do serviço e produto, com o consequente incremento financeiro.
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Saúde e Segurança	R+	Água potável e Saneamento com garantias de qualidade	Risco de não abastecimento em quantidade de água. Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis de qualidade da água no abastecimento, aumento de custos operacionais de tratamento e consequente perda financeira. Risco reputacional	Ao adaptar e renovar as instalações para enfrentar estes impactos, a empresa pode reduzir ou até evitar interrupções operacionais, protegendo a receita e minimizando perdas financeiras.
		Inclusão Social dos consumidores e/ou utilizadores finais	Acesso a produtos e serviços	R+	Acesso à Água potável e saneamento. Por exemplo a Tarifa Social da Água que tem como objetivo apoiar os utilizadores finais domésticos, com baixos rendimentos e em risco de pobreza e exclusão social nos casos das empresas da Baixa (por ex: EPAL) Acesso ao atendimento cidadão com deficiência. Exemplos: Serviço de atendimento da para a Comunidade Surda através de linguagem gestual mediante uma parceria com o Serviin – Portal do Cidadão Surdo permitindo um atendimento mais personalizado através de vídeo chamada permitindo a este público comunicar com a através de língua gestual. O mesmo atendimento está implementado para clientes com deficiência visual desde 2006 permitindo que tenham acesso à fatura da água em braille bem como a disponibilização de um folheto de informações úteis também em braille nos casos das empresas da Baixa (por ex: EPAL)	Risco de insuficiente preocupação de responsabilidade social do Grupo para com os seus stakeholders, potenciando uma publicidade negativa e consequente degradação da imagem do Grupo. Risco de a informação não chegar aos destinatários Risco reputacional.	Revisão dos Programa de Inclusão Social para Garantia do Acesso à Água extensível a todas empresas da baixa. Aumento reputacional

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		Inclusão Social dos consumidores e/ou utilizadores finais	Práticas comerciais responsáveis	R+	<p>Acesso à Água potável e saneamento. Por exemplo a Tarifa Social da Água que tem como objetivo apoiar os utilizadores finais domésticos, com baixos rendimentos e em risco de pobreza e exclusão social nos casos das empresas da Baixa (por ex: EPAL)</p> <p>Acesso ao atendimento cidadão com deficiência. Exemplos:</p> <p>Serviço de atendimento da para a Comunidade Surda através de linguagem gestual mediante uma parceria com o Serviin – Portal do Cidadão Surdo permitindo um atendimento mais personalizado através de vídeo chamada permitindo a este público comunicar com a através de língua gestual. O mesmo atendimento está implementado para clientes com deficiência visual desde 2006 permitindo que tenham acesso à fatura da água em braille bem como a disponibilização de um folheto de informações úteis também em braille nos casos das empresas da Baixa (por ex: EPAL)</p>	<p>Risco de insuficiente preocupação de responsabilidade social do Grupo para com os seus stakeholders, potenciando uma publicidade negativa e consequente degradação da imagem do Grupo.</p> <p>Risco de a informação não chegar aos destinatários</p> <p>Risco reputacional.</p>	<p>Revisão dos Programa de Inclusão Social para Garantia do Acesso à Água extensível a todas empresas da baixa.</p> <p>Aumento reputacional</p>

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
Governança	Cultura empresarial	Cultura empresarial	Cultura empresarial	R+	Cultura de Grupo - cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência. Compromisso de integridade do Grupo Águas de Portugal	Corrupção e falta de transparência podendo resultar em processos judiciais, multas e perda de credibilidade e confiança dos clientes e dos accionistas. Implicações financeiras decorrentes de incumprimentos legais.	O cumprimento do Compromisso de Integridade garante a confiança pública no grupo resultando em estabilidade financeira e ganhos reputacionais e económicos para o Grupo. Acesso a financiamento verde.
	Proteção de denunciantes	Proteção de denunciantes	Proteção de denunciantes	R+	Proteção de Denunciantes (Regulamento de denúncias voluntárias; Linha de Integridade)	Fuga de dados dos denunciantes e risco de represálias com eventuais custos judiciais associados. Perda de reputação.	A robustez da política de integridade do Grupo AdP evita custos associados a actos de corrupção e infrações conexas.
	Contexto político e atividades de representação de grupos de interesse	Contexto político	Contexto político	R+	Orientações Estratégicas com impacto na Organização Resultado da auscultação das Partes Interessadas	Risco regulatório. Alteração às políticas públicas no sector com implicações financeiras. Não aprovação de Orçamento (PAO) com impacto nos Planos de Investimentos de uma forma transversal à empresa. Implicações financeira decorrentes de incumprimentos da regulamentação ambiental.	
	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento	Gestão das relações com fornecedores	Gestão das relações com fornecedores	R+	Observância do manual de compras e do manual de contratação pública do Grupo AdP. Cumprimento dos compromissos assumidos com os fornecedores.	Não pagamento atempado com risco de coimas ou cobrança de juros e com os prejuízos daí decorrentes.	A boa reputação do Grupo AdP enquanto entidade contratante tem como consequência a sua atratividade perante os fornecedores com vantagens financeiras associadas. A monitorização dos fornecedores permite o cumprimento social e ambiental com ganhos reputacionais.

Produção de moeda e Publicações

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
Ambiental	Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas	Adaptação das alterações climáticas	P-	<p>Impacto Real Negativo Decorrente da natureza das atividades e operações da INCM, as emissões GEE geradas durante as operações próprias e na cadeia de valor (âmbito 1,2 e 3) contribuem para o aumento de emissões de gases com efeito estufa (GEE) e, consequentemente, para o aquecimento global. São exemplos de impacto negativo, são as emissões de GEE devido ao consumo de eletricidade nos edifícios e de combustíveis fósseis no processo de produção (por exemplo: Gasóleo e Gás Natural); assim como o uso de combustíveis fósseis e eletricidade na cadeia de abastecimento para extração e/ou produção de matérias-primas e produtos utilizados na produção dos produtos da INCM.</p> <p>Potencial Impacto Positivo Implementação de programas de eficiência e diversificação da matriz energética com impacto positivo na depleção de recursos fósseis não renováveis e redução das emissões de carbono.</p>	<p>Risco Potencial Os riscos climáticos estão divididos em duas categorias: Riscos Físicos e Riscos de Transição. Os riscos físicos referem-se à ocorrência mais frequente de fenómenos meteorológicos extremos (risco físico agudo) e de alterações climáticas progressivas (risco físico crónico). Estes riscos podem afetar diretamente o desempenho da INCM, aumentar os custos operacionais e resultar em perdas financeiras substanciais. Exemplos dos impactos destes riscos na INCM: Danos físicos nas infraestruturas devido a inundações ou outros desastres naturais (perda de ativos e reparação de danos); Disrupção na cadeia de abastecimento de matérias-primas e produtos devido a interrupção das operações de produção ou transporte nos fornecedores (aumento do custo produtos e transporte).</p> <p>Os riscos de transição referem-se às perdas financeiras de uma instituição, que podem resultar, direta ou indiretamente, do processo de ajustamento no sentido de uma economia baixa em carbono e mais sustentável em termos ambientais. Este risco pode ser desencadeado, por exemplo, por uma adoção relativamente abrupta de políticas climáticas e ambientais, pelo progresso tecnológico ou por mudanças do sentimento e das preferências do mercado. Estes riscos também podem afetar diretamente o desempenho da INCM e resultar em perdas financeiras substanciais. Exemplos dos impactos destes riscos na INCM: Regulamentação relacionada com taxas de carbono (por exemplo: que podem ser aplicadas nos combustíveis fósseis, matérias-primas ou produtos com elevada pegada de carbono; investimento em tecnologias baixas em carbono (custos de transição tecnológica, como por exemplo aquisição de frota elétrica, painéis solares).</p>	<p>Oportunidade Potencial A implementação de estratégias e soluções como: a. diversificação da matriz energética com recursos renováveis, como solar e eólica, podem resultar num redução de custos operacionais, e consequente, num impacto financeiro positivo; b. investimento em infraestruturas adaptativas, nomeadamente a introdução de medidas e soluções nos ativos para suportar eventos climáticos severos, reduzindo a vulnerabilidade a danos; c. integração de ferramentas como inteligência artificial (IA), aliada à gestão de riscos climáticos, na gestão de infraestruturas, na rastreabilidade e transparência na cadeia de abastecimento que permitem a antecipação de potenciais crises climáticas. Estas soluções contribuem para a definição de uma estratégia mais resiliente que tem como objetivo assegurar a continuidade dos negócios e reduzir a exposição aos riscos climáticos, com 112um impacto financeiro positivo a médio-longo prazo.</p>

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
		Mitigação das alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	R+	<p>Impacto Real Negativo Decorrente da natureza das atividades e operações da INCM, as emissões GEE geradas durante as operações próprias e na cadeia de valor (âmbito 1,2 e 3) contribuem para o aumento de emissões de gases com efeito estufa (GEE) e, consequentemente, para o aquecimento global. São exemplos de impacto negativo, são as emissões de GEE devido ao consumo elétrico nos edifícios e de combustíveis fósseis no processo de produção (por exemplo: Gasóleo e Gás Natural); assim como o uso de combustíveis fósseis e eletricidade na cadeia de abastecimento para extração e/ou produção de matérias-primas e produtos utilizados na produção dos produtos da INCM.</p> <p>Potencial Impacto Positivo Implementação de programas de eficiência e diversificação da matriz energética com impacto positivo na depleção de recursos fósseis não renováveis e redução das emissões de carbono.</p>	<p>Risco Potencial Os riscos climáticos estão divididos em duas categorias: Riscos Físicos e Riscos de Transição. Os riscos físicos referem-se à ocorrência mais frequente de fenómenos meteorológicos extremos (risco físico agudo) e de alterações climáticas progressivas (risco físico crónico). Estes riscos podem afetar diretamente o desempenho da INCM, aumentar os custos operacionais e resultar em perdas financeiras substanciais. Exemplos dos impactos destes riscos na INCM: Danos físicos nas infraestruturas devido a inundações ou outros desastres naturais (perda de ativos e reparação de danos); Disrupção na cadeia de abastecimento de matérias-primas e produtos devido a interrupção das operações de produção ou transporte nos fornecedores (aumento do custo produtos e transporte).</p> <p>Os riscos de transição referem-se às perdas financeiras de uma instituição, que podem resultar, direta ou indiretamente, do processo de ajustamento no sentido de uma economia baixa em carbono e mais sustentável em termos ambientais. Este risco pode ser desencadeado, por exemplo, por uma adoção relativamente abrupta de políticas climáticas e ambientais, pelo progresso tecnológico ou por mudanças do sentimento e das preferências do mercado. Estes riscos podem afetar diretamente o desempenho da INCM, aumentar os custos operacionais e resultar em perdas financeiras substanciais. Exemplos dos impactos destes riscos na INCM: Regulamentação relacionada com taxas de carbono (por exemplo: que podem ser aplicadas nos combustíveis fósseis e eletricidade de origem não renovável; investimento em tecnologias baixas em carbono (custos de transição tecnológica, como por exemplo aquisição de frota elétrica, painéis solares).</p>	<p>Oportunidade Potencial O plano de descarbonização da INCM procura representar maior eficiência energética, como a integração dos requisitos do referencial ISO 50001 - Sistema de Gestão de Energia, e a redução de custos operacionais através da modernização dos processos de produção, mitigando o risco associado aos produtos e recursos naturais com maior taxa de carbono. A implementação de estratégias e soluções como: a. mobilidade sustentável e a diversificação da matriz energética com recursos renováveis, como solar e eólica, podem resultar num redução de custos operacionais, e consequentemente, num impacto financeiro positivo; b. investimento em infraestruturas adaptativas, nomeadamente a introdução de medidas e soluções nos ativos para suportar eventos climáticos severos, reduzindo a vulnerabilidade a danos; c.integração de ferramentas como inteligência artificial (IA), aliada à gestão de riscos climáticos, na gestão de infraestrutura, na rastreabilidade e transparência na cadeia de abastecimento que permitem a antecipação de potenciais crises climáticas. Estas soluções contribuem para a definição de uma estratégia mais resiliente que tem como objetivo assegurar a continuidade dos negócios e reduzir a exposição aos riscos climáticos, com um impacto financeiro positivo a médio-longo prazo.</p>
		Energia	Energia	R+	<p>Impacto Real Negativo Contaminação da água através do uso substâncias químicas perigosas no processo de produção. A poluição da água pode ocorrer aquando das</p>		<p>Oportunidade Potencial O plano de descarbonização da INCM procura representar maior eficiência energética, como a integração dos requisitos do referencial ISO 50001 - Sistema de Gestão de Energia, e a redução de custos operacionais através da modernização dos</p>

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
					descargas na rede pública de saneamento, as águas residuais provenientes dos ativos da INCM são tratadas e analisadas de acordo com os VLE e os requisitos legais definidos. A INCM efetua a gestão de efluentes, onde regularmente recolhe e analisa amostras de acordo com o descrito na regulamentação, para assegurar um controlo regular dos parâmetros considerados relevantes para as nossas atividades.		processos de produção. A implementação de estratégias e soluções como: a. diversificação da matriz energética com recursos renováveis, como solar e eólica, podem resultar num redução de custos operacionais, e consequentemente, num impacto financeiro positivo; b.integração de ferramentas como inteligência artificial (IA) na gestão de infraestruturas e consumos; c. integração de critérios de eficiência energética na remodelação e construção de novas infraestruturas.
		Poluição da água	Poluição da água	R-	Impacto Real Negativo Contaminação da água através do uso substâncias químicas perigosas no processo de produção. A poluição da água pode ocorrer aquando das descargas na rede pública de saneamento, as águas residuais provenientes dos ativos da INCM são tratadas e analisadas de acordo com os VLE e os requisitos legais definidos. A INCM efetua a gestão de efluentes, onde regularmente recolhe e analisa amostras de acordo com o descrito na regulamentação, para assegurar um controlo regular dos parâmetros considerados relevantes para as nossas atividades.		
		Substâncias que suscitam elevada preocupação	Substâncias que suscitam elevada preocupação	Não Aplicável	Impacto Real Negativo O uso substâncias químicas perigosas no processo de produção pode originar: a. Impactos Ambientais,		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
					nomeadamente a contaminação da água e a contribuição para a poluição do ar através dos Compostos Orgânicos Voláteis (COV); b. Impactos Sociais, designadamente os efeitos nocivos na saúde humana devido ao uso SVHC classificadas como CMR e a exposição ocupacional devido a um possível manuseamento inadequado.		
	Água e Recursos Marinhos	Água	Consumo de água	R-	Impacto Real Negativo Consumo de água nas operações e atividades da INCM. Sendo o risco de escassez hídrica elevado em Portugal, podendo este materializar-se até 2040 com a redução da disponibilidade para ecossistemas e comunidades locais, a INCM considera como relevante o consumo de água nas suas infraestruturas.		
	Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	R+	Impacto Real Negativo A extração e depleção de recursos naturais e materiais não renováveis tem um impacto negativo ao longo da cadeia de valor da INCM, designadamente na produção de matérias-primas, produtos e componentes utilizados na produção dos produtos e soluções presente no portfólio da INCM. Exemplos de impacto na INCM: - O uso de metais de na	Risco Potencial Negativo - Escassez de recursos e substâncias: aumento da procura de matérias-primas críticas que poderá exponenciar a escassez de recursos e materiais com possível disrupção na cadeia de abastecimento, e, consequentemente, um aumento do custo operacional na aquisição de materiais; - Requisitos provenientes de nova regulamentação, um exemplo deste risco é o novo regulamento da Desflorestação (EUDR) e o seu impacto na gestão sustentável dos produtos derivados da madeira, onde existe um risco operacional e financeiro associado à produção de produtos cuja a matéria-prima é o papel.	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
					produção de moeda, o processo de extração e processamento de minerais e metais tem um elevado impacto ambiental na cadeia de abastecimento da INCM; - O uso de papel na produção de documentos de identificação, autenticação e produção de livros, a madeira como matéria-prima para produção de pasta de papel está associada à desflorestação e degradação florestal, tendo um impacto negativo na cadeia de abastecimento da INCM.		
		Resíduos	Resíduos	R+	Impacto Real Negativo Produção e gestão de resíduos decorrente das operações e atividades da INCM com potencial impacto negativo no ambiente através do envio de resíduos para as operações de tratamento de resíduos deposição em aterro e incineração.		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
Social	Mão de obra própria	PM: Condições de trabalho	PM: Segurança no emprego	R+	<p>Impacto Real Positivo</p> <p>A INCM apresenta uma estratégia de gestão e desenvolvimento de pessoas que tem como compromisso desenvolver o talento interno, assumindo como prioridade o bem-estar holístico das equipas e a sua capacitação através da partilha de conhecimento interno e da promoção da colaboração entre áreas, assim como na retenção e atração de talento. A INCM orgulha-se do seu compromisso com a motivação e bem-estar das suas equipas, reforçando o papel chave do contexto e oportunidades profissionais numa vida plena e equilibrada, e continua a desenvolver e melhorar formas de reconhecimento e de gestão de talento, e a identificar um modelo de trabalho que seja valorizado pelas suas pessoas, enquanto fator relevante e irrefutável no processo de decisão sobre o seu futuro.</p> <p>Dos projectos que permitem avaliar o impacto positivo, destacamos a consolidação do modelo de performance e feedback contínuo; a certificação do sistema de gestão da conciliação com base na norma NP 4552:2022; política remuneratória transparente, assente na avaliação das diferentes componentes dos postos de trabalho; e a promoção de serviços e benefícios através dos serviços sociais INCM (Saúde +; Apoio à família; entre outros).</p> <p>Reconhecendo o potencial impacto deste tema na organização, a INCM define como objetivo estratégico o índice global da análise do clima organizacional, onde se encontram destacadas questões sobre este tópico.</p>	<p>Risco Potencial</p> <p>A Retenção e Atração de talento em áreas especializadas, como por exemplo a área de informática, é um risco potencial para a INCM, devido ao aumento da concorrência, escassez de profissionais qualificados e mudanças nas prioridades e exigências dos profissionais. A escassez de colaboradores impacta de forma directa às operações e actividades da INCM.</p>	
		PM: Condições de trabalho	PM: Horários de Trabalho	R+	<p>Impacto Real Positivo</p> <p>A INCM apresenta uma estratégia de gestão e desenvolvimento de pessoas que tem como compromisso desenvolver o talento interno, assumindo como prioridade o bem-estar holístico das equipas e a sua capacitação através da partilha de conhecimento interno e da promoção da colaboração entre áreas, assim como na retenção e atração de talento. A INCM orgulha-se do seu compromisso com a motivação e bem-estar das suas equipas, reforçando o papel chave do contexto e oportunidades profissionais numa vida plena e equilibrada, e continua a desenvolver e melhorar formas de reconhecimento e de gestão de talento, e a identificar um modelo de trabalho que seja valorizado pelas suas</p>		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
					<p>peçoas, enquanto fator relevante e irrefutável no processo de decisão sobre o seu futuro.</p> <p>Dos projectos que permitem avaliar o impacto positivo, destacamos a possibilidade de conjugar três tipos de modelos de contratos de trabalho, designadamente modelo 100% remoto, modelo híbrido (dois dias no escritório e três dias remoto) e 100% presencial.</p> <p>Reconhecendo o potencial impacto deste tema na organização, a INCM define como objetivo estratégico o resultado anual da análise do clima organizacional, onde se encontram destacadas questões sobre este tópico.</p>		
		PM: Condições de trabalho	PM: Salários de Trabalho	R+	<p>Impacto Real Positivo</p> <p>A INCM apresenta uma estratégia de gestão e desenvolvimento de pessoas que tem como compromisso desenvolver o talento interno, assumindo como prioridade o bem-estar holístico das equipas e a sua capacitação através da partilha de conhecimento interno e da promoção da colaboração entre áreas, assim como na retenção e atração de talento. A INCM orgulha-se do seu compromisso com a motivação e bemestar das suas equipas, reforçando o papel chave do contexto e oportunidades profissionais numa vida plena e equilibrada, e continua a desenvolver e melhorar formas de reconhecimento e de gestão de talento, e a identificar um modelo de trabalho que seja valorizado pelas suas pessoas, enquanto fator relevante e irrefutável no processo de decisão sobre o seu futuro.</p> <p>Dos projectos que permitem avaliar o impacto positivo, a política remuneratória transparente, assente na avaliação das diferentes componentes dos postos de trabalho; Remuneração de acordo com as funções desempenhadas: as remunerações estão associadas aos postos de trabalho e carreiras e categorias reguladas por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho. Presentemente, o valor da remuneração média na INCM é superior ao salário mínimo e da remuneração base média mensal em Portugal.</p> <p>Reconhecendo o potencial impacto deste tema na organização, a INCM define como objetivo estratégico o resultado anual da análise do clima organizacional, onde se encontram destacadas questões sobre este tópico.</p>		
		PM: Condições de trabalho	PM: Diálogo Social	R+	<p>Impacto Potencial Negativo</p> <p>Potenciais obstáculos à negociação com sindicatos ou incumprimento do acordo colectivo de trabalho pode dar</p>	Risco Potencial Potenciais obstáculos à negociação com os sindicatos ou incumprimento do acordo	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
					origem a problemas legais, e conseqüentemente, ter potencial impacto nas operações e actividades da INCM	colectivo de trabalho pode dar origem a problemas legais, potenciando o risco de operacional e de reputação da empresa (greves e paralizações)	
		PM: Condições de trabalho	PM: Negociação Coletiva	R+	Impacto Potencial Negativo Potenciais obstáculos à negociação com sindicatos ou incumprimento do acordo colectivo de trabalho pode dar origem a problemas legais, e conseqüentemente, ter potencial impacto nas operações e actividades da INCM	Risco Potencial Potenciais obstáculos à negociação com os sindicatos ou incumprimento do acordo colectivo de trabalho pode dar origem a problemas legais, potenciando o risco de operacional e de reputação da empresa (greves e paralizações)	
		PM: Condições de trabalho	PM: Equilíbrio entre a VFPF	R+	Impacto Real Positivo A INCM apresenta uma estratégia de gestão e desenvolvimento de pessoas que tem como compromisso desenvolver o talento interno, assumindo como prioridade o bem-estar holístico das equipas. A INCM orgulha-se do seu compromisso com a motivação e bem-estar das suas equipas, reforçando o papel chave do contexto e oportunidades profissionais numa vida plena e equilibrada, assim como procura continuamente desenvolver e melhorar formas de reconhecimento e de gestão de talento, e a identificar um modelo de trabalho que seja valorizado pelas suas pessoas. Dos projectos que permitem avaliar o impacto positivo; a certificação do sistema de gestão da conciliação com base na norma NP 4552:2022; a promoção de serviços e benefícios através dos serviços sociais INCM (Saúde +; Apoio à família; entre outros); e possibilidade de conjugar três tipos de modelos de contratos de trabalho, designadamente modelo 100% remoto, modelo híbrido (dois dias no escritório e três dias remoto) e 100% presencial. Reconhecendo o potencial impacto deste tema na organização, a INCM define como objetivo estratégico o índice global da análise do clima organizacional.		
		PM: Condições de trabalho	PM: SST	R+	Impacto Potencial Negativo Devido à natureza das operações e actividades da INCM, reconhecemos que o tópico de SST é um impacto potencial para os nossos colaboradores e cadeia de valor. Este impacto pode materializar com a possível ocorrência de lesões ou doenças relacionadas com a função ou local de trabalho que podem ter impacto a curto, médio ou longo prazo, condicionando o bem-estar dos trabalhadores e o		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
					potencial aumento das taxas de absentismo. Actualmente, a INCM encontra-se certificada no referencial internacional ISO 45001, com o objetivo de implementar as melhores práticas e uma cultura de SST, assim como monitorizar a performance em segurança e implementar processos de melhoria contínua.		
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	R+	Impacto Real Positivo A INCM apresenta uma estratégia de gestão e desenvolvimento de pessoas que promove uma cultura de gestão de meritocracia, valorizando o desempenho de todas as trabalhadoras e de todos os trabalhadores assente no processo de avaliação de desempenho e regras de progressão na carreira sem qualquer diferenciação de género, e reforça continuamente o seu compromisso numa remuneração justa de acordo com as funções desempenhadas, com base na política remuneratória transparente, que assenta na avaliação das diferentes componentes dos postos de trabalho. As remunerações na INCM estão associadas aos postos de trabalho e carreiras e categorias reguladas por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, e nunca assentes em diferenças de género. A igualdade de género na INCM merece especial atenção, traduzindo-se na igualdade de oportunidades, proporcionando igual reconhecimento e valor entre trabalhadoras e trabalhadores.		
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Formação e desenvolvimento de competências	R+	Impacto Real Positivo A INCM apresenta uma estratégia de gestão e desenvolvimento de pessoas que tem como compromisso desenvolver o talento interno, assumindo como prioridade a capacitação das suas pessoas através da partilha de conhecimento interno e da promoção da colaboração entre áreas. A formação e a qualificação profissional são pilares essenciais na gestão de pessoas, reconhecidos pela sua importância na produtividade e competitividade, além de motivar trabalhadores e trabalhadoras. A estratégia de formação inclui formação presencial, mista ou à distância, com foco em competências técnicas, comportamentais e de liderança, assim como, continua a investir na qualificação académica, incluindo programas de qualificação escolar obrigatória e participações em cursos superiores. Reconhecendo o potencial impacto deste tema na organização, a INCM define como objetivo estratégico o		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
					número de horas de formação é um KPI estratégico para a organização.		
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Diversidade	R+	<p>Impacto Real Positivo A INCM apresenta uma estratégia de gestão e desenvolvimento de pessoas que promove uma cultura de gestão de meritocracia, valorizando o desempenho de todas as trabalhadoras e de todos os trabalhadores assente no processo de avaliação de desempenho e regras de progressão na carreira sem qualquer diferenciação de género, e reforça continuamente o seu compromisso numa promoção de oportunidades de crescimento e remuneração justa de acordo com as funções desempenhadas, que assenta na avaliação das diferentes componentes dos postos de trabalho. A igualdade de género na INCM merece especial atenção, traduzindo-se na igualdade de oportunidades, proporcionando igual reconhecimento e valor entre trabalhadoras e trabalhadores.</p>		
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Privacidade	R+	<p>Impacto Potencial Negativo Os incidentes de privacidade podem causar danos potenciais aos direitos dos trabalhadores e integridade e segurança pessoal. Assim como, o tratamento e a proteção inadequados dos dados (pessoais) podem resultar no acesso não autorizado a dados confidenciais, resultando num impacto negativo para os trabalhadores dos nossos produtos e serviços.</p>	<p>Risco Potencial As ameaças à cibersegurança (ransomware, phishing, etc.) podem resultar em violações de dados e na interrupção dos produtos e serviços, causando impactos operacionais e reputacionais, colocando em causa a continuidade de negócio.</p>	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
						e consequentemente, impactar financeiramente a INCM.	
		CV: Condições de trabalho	CV: Salários de Trabalho	R+	Impacto Potencial Negativo No caso das matérias-primas, mais concretamente no processo de extração e processamento das mesmas, como os minerais de conflito (por exemplo, o ouro), pode apresentar potenciais riscos em questões de Trabalho Digno. Estes riscos podem estar relacionados com falta de um salário digno pode tornar os trabalhadores extremamente vulneráveis à pobreza, e contribuir potencialmente para muitas outras questões sociais e de direitos humanos, tais como a desigualdade de género e o trabalho forçado.		
		CV: Condições de trabalho	CV: SST	R+	Impacto Potencial Negativo Devido à natureza das operações e actividades da INCM, reconhecemos que o tópico de SST é um impacto potencial na cadeia de valor. Este impacto pode materializar com a possível ocorrência de lesões ou doenças relacionadas com a função ou local de trabalho que podem ter impacto a curto, médio ou longo prazo, condicionando o bem-estar dos trabalhadores da nossa cadeia de abastecimento e o potencial aumento das taxas de absentismo.		
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Trabalho infantil	P-	Impacto Potencial Negativo No caso das matérias-primas, mais concretamente no processo de extração e processamento das mesmas, como os minerais de conflito (por exemplo, o ouro para produção de disco da moeda), pode apresentar potenciais riscos em questões de direitos humanos na cadeia de abastecimento da INCM. Estes riscos estão normalmente associados a questões relacionadas com o trabalho infantil e forçado devido à elevada complexidade da cadeia de abastecimento, tendo em conta questões de localização geográfica do fornecedor e a respectiva cultura do país. Estes impactos materializam-se a curto e médio prazo e podem afetar todos os tipos de trabalhadores da cadeia de abastecimento, especialmente grupos vulneráveis, como as crianças.		
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Trabalho forçado	P-	Impacto Potencial Negativo No caso das matérias-primas, mais concretamente no processo de extração e processamento das mesmas, como os minerais de conflito (por exemplo, o ouro para produção de disco da moeda), pode apresentar potenciais		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos	Riscos	Oportunidades
					riscos em questões de direitos humanos na cadeia de abastecimento da INCM. Estes riscos estão normalmente associados a questões relacionadas com o trabalho infantil e forçado devido à elevada complexidade da cadeia de abastecimento, tendo em conta questões de localização geográfica do fornecedor e a respectiva cultura do país. Estes impactos materializam-se a curto e médio prazo e podem afetar todos os tipos de trabalhadores da cadeia de abastecimento, especialmente grupos vulneráveis, como as crianças.		
		Direitos civis e políticos das comunidades	Impactos nos defensores dos direitos humanos	Não Aplicável	Impacto Potencial Negativo No caso das matérias-primas, mais concretamente no processo de extração e processamento das mesmas, como os minerais de conflito (por exemplo, o ouro para produção de disco da moeda), pode apresentar potenciais riscos em questões de direitos humanos na cadeia de abastecimento da INCM. Estes riscos estão normalmente associados a questões relacionadas com o trabalho infantil e forçado devido à elevada complexidade da cadeia de abastecimento, tendo em conta questões de localização geográfica do fornecedor e a respectiva cultura do país. Estes impactos materializam-se a curto e médio prazo e podem afetar todos os tipos de trabalhadores da cadeia de abastecimento, especialmente grupos vulneráveis, como as crianças.		
	Consumidores e utilizadores finais	Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Privacidade	R+	Impacto Potencial Negativo Os incidentes de privacidade podem causar danos potenciais aos direitos dos utilizadores finais e integridade e segurança pessoal. Assim como, o tratamento e a proteção inadequados dos dados (pessoais) podem resultar no acesso não autorizado a dados confidenciais, resultando num impacto negativo para os utilizadores finais dos nossos produtos e serviços.	Risco Potencial As ameaças à cibersegurança (ransomware, phishing, etc.) podem resultar em violações de dados e na interrupção dos produtos e serviços, causando impactos operacionais e reputacionais, colocando em causa a continuidade de negócio, e consequentemente, impactar financeiramente a INCM.	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos	Impactos
Governança	Cultura empresarial	Cultura empresarial	Cultura empresarial	R+	Impacto Potencial Positivo Cultura empresarial, nomeadamente a adesão/consciência dos valores empresariais e de conformidade com os princípios, políticas e leis e cultura aplicáveis, na INCM com potencial impacto nas pessoas e na governação, através do nível de satisfação e confiança dos trabalhadores e das partes interessadas externas.
	Proteção de denunciantes	Proteção de denunciantes	Proteção de denunciantes	R+	Impacto Potencial Negativo Potenciais obstáculos ao acesso a mecanismos de reclamação ou a ausência de um sistema independente e seguro para denúncias pode inibir as partes interessadas de denunciarem casos de má conduta, diminuir a transparência do processo e a confiança na organização e dificultar o envolvimento das partes interessadas. Este impacto pode potenciar o risco de conformidade legal e reputacional.
	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento	Gestão das relações com fornecedores	Gestão das relações com fornecedores	R+	Impacto Real Positivo Garantir práticas de pagamento atempadas e justas aos fornecedores. Impacto potencial no capital de exploração e no fluxo de tesouraria dos fornecedores afectando a sua estabilidade financeira e operacional.

Gestão de outras participações

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
Ambiental	Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas	Adaptação das alterações climáticas	P+	Melhor preparação para eventos extremos (inundações, secas, ondas de calor) com impacto nos ativos ou operações.	Subestimação dos riscos físicos ou inexistência de planos de contingência.	Redução de perdas futuras; reforço da resiliência operacional.
				P-	1) Redução no volume de negócios por menor organização de eventos 2) Aumento de custos de reparação em caso de eventos extremos que causem danos	Redução no volume de negócios e aumento de custos	
		Energia	Energia	P+	Redução do consumo energético e das emissões de GEE através de planos de eficiência energética nas instalações.	Resistência à implementação pelo custo inicial ou falta de conhecimento técnico.	Redução dos custos operacionais
				P+	Redução de custos por via de instalação de fontes de energia alternativas renováveis (ex: painéis solares)		Redução da fatura com energia
	Poluição	Poluição do ar	Poluição do ar	R-	Emissões carbónicas resultantes da atividade		
	Água e Recursos Marinhos	Água	Consumo de água	R-	Incremento no volume de consumo de água	Consumo excessivo de um recurso natural (água). Valor superior de faturação	
		Recursos marinhos	Captação de água	R+	Consumo interno		Melhor reaproveitamento dos recursos disponíveis. Valor menor de faturação
	Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	R+	Otimização do uso de energia elétrica através da adoção de boas práticas (ex: sensores de presença, equipamentos com certificação energética, gestão de horários de funcionamento dos sistemas de climatização).	Dificuldade na mudança de comportamentos dos colaboradores; custos associados à substituição de equipamentos antigos.	Redução de custos operacionais; melhoria do desempenho ESG institucional; possibilidade de reporte positivo no contexto da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade (CSRD).
		Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços	Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços	R+	Redução da utilização de recursos naturais (papel, energia, combustível) através da digitalização de processos, reuniões à distância e adoção de ferramentas eletrónicas.	Resistência à digitalização por parte de stakeholders externos; dificuldades técnicas na integração de sistemas.	Aumento da eficiência administrativa; redução da pegada ambiental associada aos serviços prestados; exemplo positivo para as participadas.
		Resíduos	Resíduos	R+	Redução do volume de resíduos enviados para aterro através da separação e reciclagem (papel, plástico, equipamentos informáticos).	Falta de sensibilização ou adesão dos colaboradores às práticas de separação e redução	Melhoria da eficiência ambiental; cumprimento de metas nacionais de reciclagem; exemplo institucional de boas práticas.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
				R+	Resíduos cuja recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos com vista à prevenção de infeções, Objetos cortantes e perfurantes, misturas de resíduos urbanos equiparados, consumíveis de impressão usados, pneus. Todos recolhidos por entidades especializadas.	Custo das recolhas suportadas pela Sociedade	
Social	Mão de obra própria	PM: Condições de trabalho	PM: Segurança no emprego	R+	Garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável através da implementação de planos de emergência, ergonomia, ações de formação e avaliações de risco.	Subvalorização de riscos psicossociais (stress, burnout) ou físicos (posturas inadequadas, má iluminação).	Redução do absentismo; melhoria do bem-estar e da produtividade; promoção de uma cultura de segurança e prevenção.
				P-	Os colaboradores da Manutenção estão sujeitos a riscos inerentes à profissão - manuseamento de máquinas	Lesões ortopédicas	A Sociedade providencia: i seguro de vida; ii seguro de saúde; iii seguro de acidentes de trabalho; iv licença maternidade/paternidade; formação de prevenção de acidentes (?)
		PM: Condições de trabalho	PM: Salários de Trabalho	R+	Promoção da equidade salarial e da transparência remuneratória, contribuindo para a motivação e retenção dos colaboradores.	Limitações legais ou orçamentais podem restringir ajustes salariais; risco de perceção de injustiça entre funções distintas.	Reforço da cultura organizacional baseada em mérito; alinhamento com os princípios da igualdade de género e inclusão; conformidade com exigências de reporte ESG.
				R-	Vencimentos na grande maioria de valor baixo.	Falta de motivação dos funcionários para a realização de tarefas	
		PM: Condições de trabalho	PM: Diálogo Social	R+	Reforço do compromisso dos trabalhadores com a organização através da promoção de canais formais e informais de diálogo	Falta de resposta às preocupações levantadas; risco de diálogo simbólico sem efeitos práticos.	Construção de um ambiente de confiança e colaboração; melhoria contínua das condições de trabalho.
		PM: Condições de trabalho	PM: Liberdade de associação	R+	Respeito pelo direito dos colaboradores de se associarem e se fazerem representar por estruturas coletivas (ex: sindicatos, comissões de trabalhadores).	Perceção de ineficácia desses mecanismos por falta de escuta ativa ou impacto nas decisões.	Reforço da democracia interna; melhoria da comunicação institucional; alinhamento com normas internacionais de trabalho e requisitos de reporte ESG.
				R+	Existe liberdade de associação		
		PM: Condições de trabalho	PM: Negociação Coletiva	R+			Todos os funcionários possuem contrato individual de trabalho
		PM: Condições de trabalho	PM: Equilíbrio entre a VFPF	R+	Promoção de práticas que favorecem a conciliação entre as exigências profissionais e a vida pessoal, como horários flexíveis, possibilidade de trabalho remoto, e tolerância de ponto em momentos familiares importantes.	Potencial sobrecarga em contextos de teletrabalho mal gerido; risco de desigualdade no acesso a medidas de conciliação.	Aumento da motivação e produtividade; retenção de talento; melhoria do bem-estar geral dos colaboradores; alinhamento com objetivos de igualdade de género e sustentabilidade social.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
				R+	A sociedade dentro do possível, facilita a relação trabalho /família		
		PM: Condições de trabalho	PM: SST	R+	Implementação de medidas de prevenção (ex: ergonomia, sinalização, simulacros), formação em segurança, e promoção de bem-estar físico e psicológico.	Subestimação de riscos psicossociais (stress, burnout) ou físicos em contexto de escritório (más posturas, iluminação inadequada).	Redução do absentismo; aumento da produtividade; cumprimento da legislação laboral e reforço da cultura de prevenção.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	P+	Adoção e monitorização de práticas que asseguram remuneração equitativa entre homens e mulheres por trabalho equivalente, assim como igualdade de acesso à progressão na carreira.	Persistência de desigualdades estruturais não detetadas sem auditorias salariais periódicas; dificuldade em aplicar medidas corretivas.	Cumprimento da legislação nacional e europeia ; valorização da marca institucional; melhoria do clima organizacional; promoção da diversidade e inclusão.
				R+	Em termos genéricos, conclui-se que, na CE, a remuneração média mensal das mulheres era, em 2024, globalmente superior à dos homens, sendo a remuneração média das mulheres cerca de 74% acima do valor médio da remuneração dos homens, o que representa um gap (h-m) de -74% explicado pelas funções executadas por um e outro género		
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Formação e desenvolvimento de competências	P+	Investimento em programas de formação para desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, programas de liderança e gestão, e atualização contínua de conhecimentos.		
				R-	Cristalização das competências e falta de inovação	Falta de Formação.	
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência	P+	Promoção da inclusão ativa de pessoas com deficiência através de recrutamento inclusivo, adaptação dos postos de trabalho e sensibilização interna.	Barreiras arquitetónicas ou tecnológicas que dificultem a acessibilidade plena; falta de formação da equipa para inclusão eficaz.	Cumprimento da legislação; valorização institucional; contribuição para uma cultura organizacional mais inclusiva e diversa.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho	R+	Promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável através da adoção de códigos de conduta, canais de denúncia e formação para prevenção e combate ao assédio e violência no local de trabalho.	Inexistência de denúncias por medo de retaliação; inexistência de mecanismos de acompanhamento eficazes.	Reforço da cultura ética; aumento da confiança dos colaboradores na organização.
				R+	Existe um Código de Ética que transmite segurança a todos os colaboradores		
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Diversidade	R+	Valorização da diversidade como fator de coesão e inovação, através da adoção de políticas inclusivas de recrutamento, progressão e sensibilização interna.	Representatividade desigual em níveis de decisão; risco de diversidade apenas simbólica sem práticas estruturadas.	Enriquecimento da cultura organizacional; melhoria da imagem institucional; alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades	
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Habilitação adequada	R+	Garantia de que os colaboradores possuem a formação e qualificação exigidas, promovendo a competência, a responsabilidade.	Lacunas de competências em áreas críticas (ex: ESG, si, jurídica); dificuldade de atrair perfis qualificados.	(ODS 5, 8 e 10) e com as exigências de reporte ESG. Elevação do desempenho institucional; reforço da credibilidade interna e externa; alinhamento com boas práticas de gestão.	
				R+			Constata-se que o grupo de habilitação "9º ano" é o predominante na Sociedade, sendo que das/os 12 colaboradores/as, 4 (ou seja, 33%), todos homens, têm este grau de habilitação. Nos restantes grupos de habilitações, existem colaboradores com o 12º, bacharelato e licenciatura.	
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Privacidade	R+	Implementação de políticas e procedimentos para assegurar a confidencialidade, integridade e segurança dos dados pessoais tratados pela organização.	Risco de violação de dados por falhas técnicas ou humanas; sanções legais e danos reputacionais.	Reforço da confiança dos stakeholders; alinhamento com os princípios de bom governo; vantagem reputacional num contexto de crescente exigência regulatória.	
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Saúde e Segurança	R+	A CE está homologada pela FIM e pela FIA, no qual um dos itens da homologação é a segurança dos espetadores e de pilotos e equipas			
	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Segurança de uma pessoa	R+	A CE está homologada pela FIM e pela FIA, no qual um dos itens da homologação é a segurança dos espetadores e de pilotos e equipas				
	Governança	Cultura empresarial	Cultura empresarial	Cultura empresarial	R+	Reforço da identidade e coesão institucional através da valorização dos princípios de integridade, responsabilidade, transparência e inovação.	Desalinhamento entre os valores declarados e as práticas reais; resistência à mudança em processos de modernização ou sustentabilidade.	Fortalecimento do compromisso interno; melhoria da reputação institucional; inspiração de boas práticas nas participadas.
		Proteção de denunciante	Proteção de denunciante	Proteção de denunciante	R+	Reforço da cultura de integridade e transparência através da disponibilização de canais de denúncia acessíveis, confidenciais e protegidos por lei.	Desconhecimento dos colaboradores sobre os canais ou receio de retaliação; subutilização do sistema.	Prevenção de irregularidades internas; conformidade com legislação aplicável; fortalecimento da confiança institucional; alinhamento com práticas internacionais de governance.
R+					A sociedade dispõe de uma Política de Gestão de risco e de Fraude			

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
	Contexto político e atividades de representação de grupos de interesse	Contexto político	Contexto político	R+/R-	A atuação da Parpública é condicionada por decisões políticas, nomeações, alterações legislativas e prioridades de governo (ex: programas de privatização, reestruturação, investimento público).	Instabilidade política, mudança súbita de orientações estratégicas, incerteza regulatória, ou falta de continuidade em políticas públicas.	Alinhamento com agendas públicas de investimento sustentável; reforço do papel da Parpública como instrumento de políticas públicas.
	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento	Gestão das relações com fornecedores	Gestão das relações com fornecedores	P+	Reforço da integridade e sustentabilidade nas aquisições da Parpública através da adoção de critérios ESG (ex: ambiente, direitos laborais, diversidade) e de práticas de due diligence.	Dificuldade em auditar o cumprimento efetivo por parte dos fornecedores; risco reputacional em caso de associação a práticas indevidas (ex: trabalho infantil, corrupção, impacto ambiental).	Promoção de boas práticas na cadeia de fornecimento; influência positiva sobre o mercado; alinhamento com normas europeias e internacionais (ex: diretiva de due diligence empresarial sustentável da UE).
				R+	Existe uma boa relação com os fornecedores		

Gestão e Promoção Imobiliária

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
Ambiental	Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas	Adaptação das alterações climáticas	P-	Os fenómenos climáticos extremos poderão impactar na atividade da ESTAMO, particularmente no que aos danos no edificado e infraestruturas diz respeito. A alteração climática poderá igualmente interferir com o conforto térmico dos edifícios o que poderá ser um fator impulsionador de investimentos em soluções construtivas mais eficientes.	Considera-se que as medidas inerentes à adaptação das instalações, infra-estruturas e território às alterações climáticas serão positivas, não se identificando riscos associados às mesmas.	A ESTAMO aproveitou este risco para melhorar substancialmente a cobertura do seguro multirriscos e os valores seguros da sua carteira de imóveis.
				P-	Potencial desvalorização dos imóveis em caso de eventos climáticos extremos.	Risco físico para os ativos devido a fenómenos climáticos.	Incorporação de medidas de resiliência climática nos imóveis geridos.
		Mitigação das alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	P+	Os impactos registados ao nível da mitigação das alterações climáticas relacionam-se maioritariamente com a implementação de medidas conducentes à redução do consumo de energia e combustíveis, nomeadamente através da realização de investimentos em soluções construtivas mais eficientes em edifícios bem como na utilização de veículos elétricos híbridos e elétricos.	Considera-se que a implementação de medidas inerentes à mitigação das alterações climáticas será positivo, não se identificando riscos associados às mesmas.	A ESTAMO pretende vir a estender a outros imóveis seus a produção de energia fotovoltaica, nomeadamente através da criação e/ou utilização de comunidades de energia já existentes.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades	
		Energia	Energia	P+	Os impactos positivos registados ao nível da redução do consumo de energia relacionam-se maioritariamente com investimentos em soluções construtivas mais eficientes em edifícios bem como na utilização de veículos elétricos ou híbridos	Considera-se que as implementações de medidas inerentes a maior eficiência energética serão positivas, não se identificando risco associados às mesmas.	A ESTAMO pretende vir a estender a outros imóveis seus a produção de energia fotovoltaica, nomeadamente através da criação e/ou utilização de comunidades de energia já existentes.	
				P+	Redução da pegada carbónica via eficiência energética e reabilitação sustentável	Risco regulatório futuro sobre requisitos energéticos	Valorização dos imóveis, acesso a financiamento sustentável	
	Poluição		Poluição do ar	Poluição do ar	P-	Impacto indireto pela atividade de empreiteiros em obras (emissões atmosféricas durante construção).	Risco de responsabilização por práticas inadequadas de prestadores de serviços (Coimas/Contraordenações, danos reputacionais).	Garantir boas práticas ambientais nos contratos e supervisão rigorosa dos fornecedores.
			Poluição da água	Poluição da água	P-	Possível impacto indireto em caso de descarga indevida de águas contaminadas por empreiteiros.	Risco jurídico e financeiro por incumprimento ambiental por terceiros.	Inclusão de cláusulas ambientais e controlo de boas práticas na cadeia de valor.
			Poluição do Solo	Poluição do Solo	P-	Impacto indireto através de deposição inadequada de resíduos ou materiais contaminantes	Risco de contaminação do solo e corresponsabilização jurídica.	Supervisão de práticas responsáveis na execução de obras e reabilitação.
			Substâncias que suscitam elevada preocupação	Substâncias que suscitam elevada preocupação	P-	Potencial uso inadequado de materiais perigosos em obras contratadas.	Risco indireto associado a não conformidade por parte de empreiteiros.	Estabelecer requisitos claros para evitar uso de substâncias preocupantes nos contratos.
	Água e Recursos Marinhos	Água	Consumo de água	R+	Redução do consumo de água nos imóveis e obras	Risco indireto por desperdício de água pelos empreiteiros da obra	Objetivo de melhorar os ativos e exigir práticas eficientes nos contratos	
	Biodiversidade	Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Alterações Climáticas	P-	Impacto indireto potencial negativo em caso de utilização de materiais pelos empreiteiros e/ou fornecedores que possam indiretamente afetar áreas de biodiversidade durante o fornecimento ou construção/reabilitação	Riscos reputacionais relacionados com a falta de controlo sobre a origem e impactos dos materiais usados pelos fornecedores/empreiteiros.	Oportunidade para promover critérios ambientais rigorosos e sustentáveis em contratos com fornecedores/empreiteiros.	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades	
		Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Poluição	P-	Impacto indireto negativo associado às atividades de construção e reabilitação.	Riscos reputacionais, jurídicos e financeiros.	Exigência de cláusulas rigorosas sobre práticas ambientais.	
		Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	P-	Impacto indireto através do consumo de matérias-primas e materiais de construção pelos empreiteiros em obras e reabilitação.	Risco reputacional, jurídico ou ambiental caso os fornecedores utilizem recursos não sustentáveis ou com origem duvidosa.	Incluir requisitos de sustentabilidade no caderno de encargos, exigindo práticas de construção sustentável e uso eficiente de recursos.
			Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços	Saída de recursos relacionadas com produtos e serviços	R+	Gestão adequada de resíduos administrativos (papel, toner) - promoção da reciclagem	Risco inexistente dada a pequena escala	Contribuir para práticas ambientais responsáveis
			Resíduos	Resíduos	P-	A atividade da ESTAMO não gera resíduos com impacto ambiental relevante	Produção de resíduos indiferenciados sem potencial de reciclagem	
					R+	Redução de resíduos nas operações e obras	Risco reputacional por má gestão de resíduos pelos empreiteiros	Supervisão ativa e exigência de planos de resíduos
Social	Mão de obra própria	PM: Condições de trabalho	PM: Segurança no emprego	P+	<p>A ESTAMO proporciona condições de trabalho estáveis e seguras aos seus trabalhadores, implementando diversas práticas para garantir a continuidade do emprego e reduzir impactos negativos.</p> <p>Para dar cumprimento à legislação aplicável, as questões de saúde e segurança no trabalho são geridas na ESTAMO através de um acompanhamento próximo do serviço de segurança e saúde no trabalho da empresa, bem como pelas chefias hierárquicas de cada trabalhador/a, que zelam pela sua segurança no desempenho das funções.</p>	Sem riscos associados	A implementação de práticas rigorosas de saúde e segurança no trabalho não só garante a conformidade com as obrigações legais, mas também contribui para o bem-estar e a motivação dos colaboradores . Isto resulta em maior produtividade, redução de ausências e melhoria no clima organizacional, o que, por sua vez, fortalece a reputação da empresa e promove uma cultura corporativa sólida e responsável.	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					<p>A prevenção de acidentes depende também do comportamento de cada trabalhador/a, pelo que são realizadas formações e/ou ações de sensibilização regulares no âmbito da segurança no trabalho. Além disso, é efetuado um acompanhamento do cumprimento das normas de segurança no trabalho por parte dos fornecedores da ESTAMO.</p> <p>A empresa dispõe de serviços de Medicina do Trabalho, os quais, nos termos contratualmente estabelecidos com a entidade prestadora, incluem também serviços de medicina curativa.</p> <p>Para além das obrigações legais da Medicina do Trabalho, a ARS concede ainda aos seus trabalhadores/as o benefício de acesso a determinados atos médicos no Hospital CUF Descobertas, CUF Infante Santo e CUF Porto</p>		
				R+	Estabilidade contratual dos colaboradores que garante qualidade e continuidade dos serviços.	Perda de talento especializado.	Retenção de talento e atratividade como empregador responsável.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
		PM: Condições de trabalho	PM: Horários de Trabalho	R+	A ESTAMO mantém elevada flexibilidade de horários, não tendo optado, no entanto, pela existência de teletrabalho, pois nesta fase da vida da Sociedade a presença física é considerada fundamental	Sem riscos associados	Conciliação da Vida Pessoal Profissional
				R+	Cumprimento de horários equilibrados assegura bem-estar e produtividade.	Desmotivação por sobrecarga de trabalho.	Flexibilidade para maximizar desempenho e satisfação.
		PM: Condições de trabalho	PM: Salários de Trabalho	R+	<p>A ESTAMO está a implementar um Sistema de Avaliação de Desempenho, um Plano de Gestão de Carreiras e uma Estrutura de Remuneração Fixa, com o objetivo de fortalecer a gestão de talentos e promover um ambiente de trabalho mais estruturado e motivador.</p> <p>A avaliação e a gestão do desempenho, bem como a gestão da carreira e da retribuição dos colaboradores/as da empresa, visam estimular uma cultura de excelência assente na meritocracia. Estes processos regem-se por princípios de sustentabilidade e equilíbrio orçamental, transparência e justiça na evolução e no desenvolvimento profissional, garantindo oportunidades de carreira equitativas.</p> <p>Este novo sistema</p>	Sem riscos associados	A introdução de um Sistema de Avaliação de Desempenho e da Gestão de Carreiras representa uma oportunidade para aumentar o compromisso e a retenção de talentos, além de promover uma cultura de meritocracia . Com um acompanhamento contínuo, a empresa poderá identificar e potenciar as habilidades e competências dos colaboradores, alinhando as suas ambições com as necessidades da organização. Isso, por sua vez, resulta em um desempenho superior, maior inovação e uma maior capacidade de adaptação às mudanças do mercado, promovendo a sustentabilidade e o crescimento da empresa a longo prazo

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					<p>permitirá um acompanhamento mais próximo do progresso individual de cada colaborador/a, assegurando que o seu desempenho e contributo sejam devidamente reconhecidos. Além disso, possibilitará a definição de planos de desenvolvimento personalizados, alinhados com as necessidades da empresa e as ambições profissionais de cada colaborador/a.</p> <p>A implementação destes mecanismos reforça o compromisso da ESTAMO com a valorização do capital humano, promovendo um ambiente de trabalho mais motivador, inovador e orientado para o crescimento contínuo. Acreditamos que investir nas pessoas é essencial para alcançar um futuro sustentável e próspero para todos.</p>		
				R+	Política salarial estável e conforme o regime/política salarial acordada e em vigor.	Concorrência de mercado pode reduzir atratividade.	Reforçar reputação com outros benefícios e estabilidade.
			PM: Condições de trabalho	PM: Salários de Trabalho	R+	Ambiente de comunicação interna facilita a resolução de conflitos.	Comunicação deficiente pode gerar desmotivação.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
		PM: Condições de trabalho	PM: Diálogo Social	R+	<p>Considerando o diálogo social como uma ferramenta essencial para melhorar as condições de trabalho e garantir que os colaboradores sejam tratados de forma justa e respeitosa a empresa tem implementado soluções que atendam às suas necessidades dos trabalhadores, contribuindo para o seu bem-estar e satisfação.</p> <p>Através do diálogo social, conseguimos resolver conflitos de maneira mais eficaz, evitando que se tornem problemas maiores.</p>	Sem riscos associados	O diálogo social fortalece a confiança entre a gestão e os colaboradores, criando um ambiente de trabalho mais harmonioso e colaborativo. Ao resolver conflitos de forma eficaz, a empresa promove maior satisfação, produtividade e evita problemas maiores, o que contribui para uma cultura de respeito e transparência .
				R+	Respeito pela liberdade de associação, mesmo sem estrutura sindical formal.	N/A	Cumprimento pleno de direitos laborais fundamentais.
		PM: Condições de trabalho	PM: Liberdade de associação	R+	<p>A empresa promove um ambiente de trabalho igualitário e democrático, onde todos os colaboradores têm o direito de se organizar, discutir as suas condições de trabalho e reivindicar melhorias. Este compromisso contribui para a redução das desigualdades e para a promoção do equilíbrio nas relações laborais.</p> <p>A liberdade de associação fortalece as relações entre a gestão e os colaboradores. Ao respeitar e apoiar a</p>	sem riscos associados	Promover um ambiente de trabalho igualitário e fortalece a confiança e o compromisso entre a gestão e os colaboradores. Ao apoiar a liberdade de associação, a empresa cria um espaço de diálogo aberto, facilitando a resolução de conflitos e contribuindo para um ambiente mais equilibrado e colaborativo , o que aumenta a satisfação e a produtividade dos trabalhadores.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					formação de sindicatos e outras formas de representação, a empresa fomenta um espaço de diálogo aberto, permitindo a resolução de eventuais conflitos de forma mais eficaz e pacífica no local de trabalho.		
		PM: Condições de trabalho	PM: Negociação Coletiva	R+	Medidas de conciliação promovem motivação e bem-estar.	Desequilíbrio pode reduzir produtividade.	Melhorar políticas de conciliação e trabalho híbrido.
		PM: Condições de trabalho	PM: Equilíbrio entre a VPFP	R+	<p>A ESTAMO dispõe de boas práticas para promover o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional, nomeadamente:</p> <p>Dispensa de até três dias de trabalho por ano, sem perda de retribuição, em caso de doença comprovada da criança;</p> <p>Dispensa de até três horas de trabalho, sem perda de retribuição, para acompanhamento dos filhos até aos 12 anos de idade no primeiro dia de aulas de cada ano letivo;</p> <p>Concessão da tarde de aniversário do filho/a do trabalhador até aos 18 anos de idade;</p> <p>A ESTAMO participa com 100% do valor do passe social em Lisboa, de forma a garantir a utilização dos transportes públicos pelos seus colaboradores.</p>	sem riscos associados	As práticas da ESTAMO para promover o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional contribuem para um ambiente de trabalho mais satisfatório e motivador. Ao oferecer flexibilidade e apoio aos colaboradores nas suas responsabilidades familiares, a empresa melhora a retenção de talentos, reduz o absentismo e aumenta o bem-estar geral dos trabalhadores
					Condições de trabalho seguras nos escritórios.	Acidentes, mesmo em ambiente administrativo, afetam imagem e custos.	Melhorar ergonomia e segurança dos espaços.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
				R+	Condições de trabalho seguras nos escritórios.	Acidentes, mesmo em ambiente administrativo, afetam imagem e custos.	Melhorar ergonomia e segurança dos espaços.
		PM: Condições de trabalho	PM: SST	R+	<p>O impacto positivo resultante do acompanhamento próximo dos trabalhadores da Arco Ribeirinho Sul, no âmbito da segurança e saúde, faz-se sentir ao nível da saúde dos trabalhadores na medida em que se previnem acidentes. A prevenção de acidentes depende também do comportamento de cada trabalhador/a, pelo que são realizadas formações e/ou sensibilizações regulares no âmbito da segurança no trabalho. É também efetuado um acompanhamento do cumprimento das questões de segurança no trabalho por parte dos fornecedores da Arco Ribeirinho Sul.</p> <p>A empresa dispõe também de serviços de Medicina do trabalho, serviço esse que, nos termos contratualmente firmados com entidade prestadora, inclui, ainda, serviços de medicina curativa. Fora das obrigações legais da Medicina do Trabalho, a ARS concede aos seus trabalhadores o benefício de recurso a realização de determinados atos médicos no Hospital CUF Descobertas, CUF Tejo,</p>	NA	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente de trabalho mais seguro e saudável - Prevenção do risco de acidentes e lesões associadas - Adequado serviço de medicina no trabalho - Disponibilização de serviços de medicina curativa em unidades de saúde de referência

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					CUF Montijo, CUF Almada, e CUF Porto		
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	R+	A ESTAMO promove a igualdade de género e igualdade de remuneração segundo princípio de salário igual para trabalho igual vomo pode ser observado no Relatório de Igualdade de Género	sem riscos associados	Melhoria da produtividade e eficácia empresarial
				R+	Prática de igualdade salarial e de acesso às funções.	Perceção de desigualdade afeta reputação pública.	Divulgação de boas práticas de igualdade.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Formação e desenvolvimento de competências	R+	<p>A ESTAMO tem vindo a investir na formação contínua e nas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento pessoal e profissional em todas as fases da carreira. Este compromisso visa fortalecer as competências dos nossos trabalhadores e preparar a empresa para os desafios do futuro.</p> <p>Continua empenhada em proporcionar formação contínua aos colaboradores, garantindo que o desenvolvimento de competências seja um pilar essencial para a sustentabilidade do nosso negócio e para o progresso da sociedade</p>	sem riscos associados	O investimento em formação contínua fortalece as competências dos colaboradores, preparando-os para os desafios futuros. Esta estratégia não só assegura o crescimento pessoal e profissional da equipa , como também contribui para a sustentabilidade e inovação da empresa, garantindo o sucesso a longo prazo
				R+	Programas anuais de formação e atualização profissionais para todos os colaboradores - Impacta ao nível dos custos, mas beneficia ao nível da qualidade do trabalho	Custo financeiro e logístico.	Maior qualificação e eficiência dos serviços.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência	R+	<p>A ESTAMO, no âmbito dos processos de recrutamento, não discrimina candidatos com deficiência, assumindo que a inclusão de pessoas com deficiência é essencial para a construção de um ambiente de trabalho mais justo, diversificado e sustentável. Tem implementado</p>	sem riscos associados	A inclusão de pessoas com deficiência promove um ambiente de trabalho mais justo e diversificado , enriquecendo a cultura organizacional e fortalecendo a sustentabilidade da empresa . As políticas de recrutamento inclusivas não só garantem igualdade de oportunidades , mas também atraem uma gama mais ampla de talentos, contribuindo para a inovação e o sucesso a longo prazo.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					políticas de recrutamento inclusivas, assegurando processos seletivos acessíveis e a adaptação dos locais de trabalho para responder às necessidades individuais.		
				P+	Promoção da inclusão reforça imagem e diversidade.	N/A	Integração planeada em futuras contratações.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho	R+	Tolerância zero a qualquer prática abusiva reforça ambiente saudável.	Risco reputacional se os casos forem mal geridos.	Reforçar canais de denúncia e formação preventiva.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Diversidade	R+	A ESTAMO dispõe de um Plano de Igualdade de Género, que visa alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades, permitindo a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. O plano é fundamentado na promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, onde todos os colaboradores, independentemente do género, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento, progressão na carreira e remuneração justa. Este plano está, como previsto legalmente, publicado no site corporativo.	sem riscos associados	O Plano de Igualdade de Género promove um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo, o que fortalece a motivação e o compromisso dos colaboradores. Ao garantir igualdade de oportunidades, desenvolvimento e remuneração justa
				R+	Equipa diversificada contribui para inovação e representatividade.	Ausência de diversidade pode afetar imagem.	Promoção ativa da diversidade nas candidaturas.
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Privacidade	R+	A ESTAMO cumpre integralmente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	sem riscos associados	O cumprimento rigoroso do RGPD e a nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados garantem a transparência e a segurança no tratamento de dados

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					(RGPD), assegurando a privacidade e a segurança dos dados pessoais de todos os seus colaboradores. A empresa designou um Encarregado de Proteção de Dados (EPD), responsável por garantir o cumprimento das normativas em vigor, monitorizando o tratamento de dados e assegurando que todos os processos sejam transparentes e em conformidade com a legislação. Este compromisso reflete a preocupação da ESTAMO com a proteção da privacidade e a confiança dos seus colaboradores.		pessoais, fortalecendo a confiança dos colaboradores na empresa.
				R+	Dados dos colaboradores protegidos segundo RGPD.	Risco jurídico em caso de falhas na proteção de dados.	Reforço das medidas de cibersegurança e sensibilização.
				R+	A ESTAMO proporciona condições de trabalho de estabilidade e segurança aos prestadores de Serviço. Por forma a dar cumprimento à legislação aplicável às questões de saúde e segurança no trabalho sendo geridas na ESTAMO através de um acompanhamento próximo dos serviços de segurança e saúde no trabalho da empresa, sendo cumprida integralmente toda a legislação em vigor sobre o tema.	sem riscos associados	A garantia de condições de trabalho estáveis e seguras para os prestadores de serviço, aliada ao cumprimento da legislação de saúde e segurança no trabalho, fortalece a confiança e o compromisso com a empresa . Este enfoque na segurança contribui para a redução de riscos, aumenta a satisfação e o bem-estar dos prestadores de serviço , e assegura um ambiente de trabalho produtivo e responsável.
	P-	Contratos precários elaborados pelos empreiteiros afetam	Risco reputacional e jurídico.	Preferência por fornecedores com estabilidade laboral.			
	Trabalhadores na cadeia de valor	CV: Condições de trabalho	CV: Segurança no emprego				

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					qualidade e continuidade das condições de trabalho.		
		CV: Condições de trabalho	CV: Horários de Trabalho	P-	Horários excessivos em obra afetam qualidade e SST.	Risco de acidentes e processos legais.	Exigir cumprimento legal e monitorizar.
		CV: Condições de trabalho	CV: Salários de Trabalho	P-	Remuneração desajustada afeta qualidade e estabilidade.	Conflitos laborais com reflexo na imagem da Fundiestamo.	Seleção criteriosa de fornecedores com boas práticas.
		CV: Condições de trabalho	CV: Diálogo Social	P-	Relação laboral tensa pode gerar protestos e atrasos.	Impacto negativo na reputação.	Promover fornecedores com práticas de diálogo social.
		CV: Condições de trabalho	CV: Liberdade de associação	P-	Impacto indireto: práticas laborais inadequadas por parte de fornecedores/empreiteiros que possam restringir liberdade de associação.	Risco reputacional e jurídico.	Estabelecer cláusulas de respeito por direitos laborais nos contratos.
		CV: Condições de trabalho	CV: Negociação Coletiva	P-	Impacto indireto: incumprimento de convenções coletivas pelos fornecedores/empreiteiros.	Risco jurídico e reputacional.	Preferência por fornecedores com práticas laborais responsáveis.
		CV: Condições de trabalho	CV: Equilíbrio entre a VFPF	P-	Possíveis condições laborais desequilibradas pelos empreiteiros/fornecedores.	Risco de conflitos laborais.	Monitorizar práticas laborais e exigir equilíbrio contratual.
		CV: Condições de trabalho	CV: SST	P-	Acidentes de trabalho nas empreitadas que podem potencialmente afetar imagem da Fundiestamo.	Responsabilidade indireta por falhas de segurança.	Exigir planos SST e certificações.
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	P-	Discriminação de género por fornecedores/empreiteiros que podem impactar a reputação da Fundiestamo.	Risco reputacional e não conformidade com as regras em vigor.	Cláusulas contratuais exigindo igualdade de género.
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Formação e desenvolvimento de competências	P-	Falta de formação adequada dos trabalhadores na cadeia de valor podem afetar a qualidade do serviços prestado.	Risco de má execução e acidentes.	Exigir formação contínua e colaboradores qualificados.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho	P-	Ambiente tóxico ou abusivo nas obras/serviços prestados impacta indiretamente a imagem da Fundiestamo e prejudica o trabalho prestado.	Risco jurídico e reputacional.	Estabelecer tolerância zero via cláusulas contratuais.
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Diversidade	P-	Falta de diversidade entre trabalhadores dos fornecedores/empregados	Risco reputacional.	Promoção ativa de diversidade nos contratos.
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Trabalho infantil	P-	Possível uso indireto de trabalho infantil em subcontratações.	Risco jurídico e grave dano reputacional.	Auditoria e exclusão ou limitação contratual expressa para subcontratar.
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Trabalho forçado	P-	Possível exploração laboral nas obras/serviços prestados à Fundiestamo.	Dano Reputacional - Responsabilidade indireta.	Monitorização e exigência de práticas legais.
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Habilitação adequada	R+	Utilização de mão-de-obra não qualificada ou sem habilitação.	Risco jurídico, segurança e qualidade.	Exigir certificação adequada aos fornecedores.
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Privacidade	R+	A ESTAMO cumpre integralmente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), assegurando a privacidade e a segurança dos dados pessoais de todos os seus colaboradores, clientes e parceiros. A empresa designou um Encarregado de Proteção de Dados (EPD), responsável por garantir o cumprimento das normativas em vigor, monitorizando o tratamento de dados e assegurando que todos os processos sejam transparentes e em conformidade com a legislação. Este compromisso reflete a preocupação da ESTAMO	sem riscos associados	Este compromisso com a privacidade não só assegura a conformidade legal , mas também contribui para a reputação da empresa como um líder responsável em governança de dados , essencial para a sustentabilidade e fidelização dos stakeholders.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					com a proteção da privacidade e a confiança dos seus stakeholders.		
	Comunidades Afetadas	Direitos Económicos, Sociais e Culturais	Habitação adequada	R+	Contribuição direta para a oferta de habitação urbana através da reabilitação de imóveis com rendas/valores acessíveis.	N/A	Promoção da habitação acessível e sustentável.
		Direitos Económicos, Sociais e Culturais	Alimentação adequada	R+	Contribuição para o melhoramento da rede de água e saneamento através da construção realizada	N/A	Garantir cumprimento legal e práticas responsáveis nas obras.
		Direitos Económicos, Sociais e Culturais	Água e Saneamento	P-	Obras podem afetar uso do solo (ruído, contaminação, acesso).	Risco jurídico e social.	Planos de mitigação ambiental e comunicação institucional com as comunidades.
		Direitos Económicos, Sociais e Culturais	Impactos relacionados com o solo	P-	Obras podem gerar riscos à segurança pública temporariamente.	Acidentes podem afetar reputação e legalidade.	Planos rigorosos de segurança e comunicação prévia.
		Direitos dos povos indígenas	Direitos culturais	R+	Proteção dos dados dos participantes dos fundos geridos.	Risco jurídico (RGPD) e reputacional.	Reforço de cibersegurança e transparência.
	Consumidores e utilizadores finais	Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Liberdade de expressão	R+	Comunicação transparente aos investidores ao abrigo das imposições legais e regulamentares	Risco de informação insuficiente ou imprecisa.	Monotorização da aplicação das regras e leis em matéria de comunicação clara e acessível.
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Saúde e Segurança	R+	O impacto positivo resultante do acompanhamento próximo aos fornecedores da ESTAMO, no âmbito da segurança e saúde no trabalho faz-se sentir ao nível da saúde destes trabalhadores na medida em que se previnem acidentes.		- Ambiente de trabalho mais seguro - Prevenção do risco de acidentes e lesões associadas

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Segurança de uma pessoa	R+	<p>O impacto positivo resultante do acompanhamento próximo aos fornecedores da ESTAMO, no âmbito da segurança e saúde no trabalho faz-se sentir ao nível da saúde destes trabalhadores na medida em que se previnem acidentes.</p> <p>A ESTAMO no âmbito da gestão de imóveis próprios e do ESTADO tem especial enfoque na proteção de pessoas, especialmente dos seus inquilinos.</p>		<p>- Ambiente de trabalho mais seguro</p> <p>- Prevenção do risco de acidentes e lesões associadas</p>
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Proteção das crianças	R+	Inclusão de investidores nos fundos imobiliários com respeito pelas regras MIFID II e BCFT.	Risco de exclusão se comunicação for inadequada.	Promoção do acesso equitativo e clara informação.
		Inclusão Social dos consumidores e/ou utilizadores finais	Acesso a produtos e serviços	R+	Transparência e boas práticas comerciais no relacionamento com investidores.	Risco jurídico e reputacional em caso de práticas abusivas.	Garantir comunicação ética e respeito pelos investidores.
		Inclusão Social dos consumidores e/ou utilizadores finais	Práticas comerciais responsáveis	R+	Transparência e boas práticas comerciais no relacionamento com investidores.	Risco jurídico e reputacional em caso de práticas abusivas.	Garantir comunicação ética e respeito pelos investidores.
Governança	Cultura empresarial	Cultura empresarial	Cultura empresarial	R+	<p>A ESTAMO, pauta a sua gestão de acordo com os seguintes princípios orientadores:</p> <p>a) Cumprimento dos princípios de divulgação transparente de informação;</p> <p>b) Adoção das melhores práticas de gestão de acordo com os princípios de bom governo das empresas públicas;</p>	<p>A cultura empresarial da ESTAMO, embora assente em princípios sólidos, não está isenta de riscos. A identificação e gestão proativa destes riscos são cruciais para garantir a sustentabilidade e o sucesso da empresa a longo prazo.</p> <p>Riscos associados à cultura empresarial da ESTAMO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Risco de implementação: A transição de princípios para práticas efetivas 	<p>A cultura empresarial da ESTAMO, baseada nos princípios de transparência, ética, sustentabilidade e responsabilidade social, oferece diversas oportunidades:</p> <p>Atração de Investimentos e Desenvolvimento Económico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de Emprego: A requalificação dos territórios e a instalação de novas atividades económicas impulsionam a criação de empregos locais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da região. • Desenvolvimento Sustentável: A preocupação com a sustentabilidade económica, social e ambiental garante que o

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					<p>c) Uma gestão em que os princípios éticos e deontológicos tratam com equidade todos os stakeholders da empresa;</p> <p>d) Prevenção de todas as situações de corrupção e de potenciais conflitos de interesses;</p> <p>e) Melhores práticas de gestão de recursos humanos e de promoção de igualdade de género;</p> <p>f) Cultura empresarial pautada por valores de responsabilidade social e ambiental.</p> <p>A ESTAMO prossegue a sua missão e objetivos alicerçando-se em políticas de racionalidade e de sustentabilidade económica, social e ambiental, procurando remediar os passivos históricos dos territórios e, em simultâneo, criar condições para a atração de investimentos e a instalação de novas atividades económicas, geradoras de emprego e desenvolvimento local, requalificando os territórios disponíveis, atribuindo-lhe funções e usos ajustados a cada momento.</p> <p>A ESTAMO participa na definição de políticas públicas na área imobiliária, nomeadamente na definição da política da Habitação, podendo desta forma garantir a implementação de</p>	<p>pode ser desafiadora. A cultura desejada pode não se materializar se não houver um compromisso genuíno e ações concretas por parte de todos os níveis da organização.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Risco de conformidade: A complexidade das regulamentações e normas éticas pode levar a interpretações ambíguas ou a lacunas na conformidade. A falta de clareza ou de acompanhamento rigoroso pode resultar em desvios e potenciais sanções. • Risco reputacional: A perceção pública da empresa pode ser afetada por falhas na transparência, ética ou responsabilidade social e ambiental. A divulgação de informações sensíveis ou a ocorrência de incidentes negativos podem prejudicar a imagem da empresa e a confiança dos stakeholders. • Risco de conflito de interesses: A gestão de múltiplos stakeholders, incluindo entidades públicas e privadas, pode gerar situações de conflito de interesses. A falta de mecanismos de prevenção e resolução adequados pode comprometer a imparcialidade e a integridade da empresa. 	<p>desenvolvimento seja equilibrado e de longo prazo.</p> <p>Valorização dos Territórios e Qualidade de Vida:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do parque imobiliário público: A recuperação de áreas degradadas e a atribuição de novas funções aos territórios melhoram a qualidade de vida da população local. • Promoção de Igualdade de Género: A adoção de boas práticas de gestão de recursos humanos e a promoção da igualdade de género criam um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo. • Responsabilidade Social e Ambiental: A preocupação com a responsabilidade social e ambiental garante que o desenvolvimento seja feito de forma sustentável e com respeito pelo meio ambiente. <p>Fortalecimento da Imagem e Reputação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transparência e Ética: O cumprimento dos princípios de divulgação transparente de informação e a prevenção de situações de corrupção e conflitos de interesses fortalecem a imagem e a reputação da empresa. • Bom Governo das Empresas Públicas: A adoção das melhores práticas de gestão de acordo com os princípios de bom governo das empresas públicas garante a eficiência e a eficácia da gestão. • Relação de Confiança com os Stakeholders: A gestão ética e deontológica, que trata com equidade todos os stakeholders da empresa, fortalece a relação de confiança e colaboração.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação	Impactos	Riscos	Oportunidades
					políticas amigas do ambiente e com forte impacto nas populações.		
					Princípios éticos que asseguram boa governação e compliance das regras em vigor.	Má conduta de colaboradores ou fornecedores/empreiteiros que podem afetar a imagem da Fundiestamo.	Reforço de ética e transparência institucional.
	Proteção de denúncias	Proteção de denunciantes	Proteção de denunciantes	R+	Canal de denúncia em vigor protege integridade institucional.	Risco de subutilização ou falha no tratamento das denúncias.	Melhorar confiança interna e mecanismos de reporte.
	Contexto político e atividades de representação de grupos de interesse	Contexto político	Contexto político	R+	Participação institucional transparente em fóruns públicos.	Exposição política de decisões estratégicas.	Contributo construtivo para políticas públicas no setor imobiliário.
	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento	Gestão das relações com fornecedores	Gestão das relações com fornecedores	R+	Boa relação com os fornecedores e prazo de pagamento inferior ao praticado no mercado.	Risco de litígios por incumprimento contratual.	Parcerias estratégicas e cadeia de valor sólida.

Mercados Abastecedores

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
Ambiental	Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas	Adaptação das alterações climáticas	P-	- Existem três riscos climáticos essenciais no impacto ao nível do funcionamento dos Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB (MA) : temperaturas elevadas; redução da precipitação; eventos extremos (chuva e/ou vento). Estes impactos manifestam-se nas infraestruturas e equipamentos, funcionamento operacional dos MA e logística interna associada.	- Necessidade de investimentos em mais e melhores equipamentos de climatização dos espaços comuns, zonas de ensombramento e pontos de água (temperaturas elevadas); investimentos na racionalização da utilização de água e manutenção dos espaços verdes internos com espécies autóctones e menos exigentes em água (redução de precipitação); investimentos no reforço de estruturas fixas e móveis, como rede elétrica, rede de saneamento, sinalética, etc.	- Os investimentos realizados permitem, no quadro das projeções resultantes das cenarizações climáticas territoriais, aumentar a resiliência dos MA às variações climáticas e aos eventos extremos, adequando-se também o nível das intervenções de manutenção das infraestruturas e equipamentos a estes cenários de projeção futura (por exemplo, a introdução de espécies autóctones nos espaços verdes reduzem o consumo de água; a adoção de fontes de energia alternativa como energia solar / painéis fotovoltaicos / UPAC reduz o consumo de energia da rede e contribui para a transição energética).
		Mitigação das alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	R+	- Sendo os MA do grupo SIMAB (4) plataformas logísticas onde operam atualmente 1.200 operadores (produtores agrícolas; grossistas agroalimentares, de pescado, de carnes e de flores e plantas; produtores, grossistas e distribuidores não alimentares; operadores de logística, etc.), as emissões de GEE fgeradas a partir dos MA são substanciais, cujos impactos locais se manifestam, a nível macro, no aumento do balanço energético negativo a nível territorial (em cada implantação do MA), na qualidade do ar e, ainda, em algum sobreaquecimento local dos pavilhões e áreas envolventes, nos períodos de 'pico' de atividade, onde estão instalados os operadores.	- Necessidade de investimento no apoio à descarbonização dos operadores instalados nos MA, por exemplo através da instalação de pontos de carregamento elétrico para viaturas ligeiras (e mais tarde de transporte de mercadorias).	- A descarbonização dos operadores instalados nos MA permite a melhoria das condições de operação no MA : menos emissões no território, melhor qualidade do ar de proximidade, menos sobreaquecimento local, menos ruído local.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
	Poluição	Energia	Energia	R+	- Os MA como grandes equipamentos de consumo diário de energia, quer para a gestão corrente das infraestruturas e equipamentos comuns, quer através do consumo energético diário dos 1.200 operadores instalados, com existência de múltiplos equipamentos de frio (positivo e negativo), de armazenagem e processamento, de compra-e-venda diária.	- Impacto financeiro muito elevado associado ao aumento dos custos da energia nas contas de exploração dos MA.	- Painéis fotovoltaicos instalados nos MA para produção de energia limpa de origem solar, alimentadora de UPAC e também canalizada para a rede energética (por exemplo, o MARL chegou a ser a maior central fotovoltaica do mundo em meio urbano e é hoje um produtor de energia solar, através da concessão externa de gestão deste recurso).
		Poluição do ar	Poluição do ar	R-	- Poluição do ar condiciona as operações logísticas de interior e exterior dos MA, nomeadamente em meios de inserção dos MA próximos das malhas urbanas mais densificadas com outras indústrias complementares e/ou vias rodoviárias de proximidade (MARB e MARL).	- Investimento na monitorização da qualidade do ar, nomeadamente em parceria com entidades externas.	-
		Poluição da água	Poluição da água	R-	- Possibilidade de contaminações da rede de aprovisionamento de água nos MA, com impactos potenciais nas operações de processamento alimentar (por exemplo, lavagem de alimentos para embalagem ou consumo imediato).	- Investimento num sistema de gestão centralizada / telemetria de controlo e monitorização do abastecimento de água e deteção de eventuais fugas nas redes internas dos MA.	- Otimização e redução dos consumos de água nos MA.
		Poluição do Solo	Poluição do Solo	R-	- Possibilidade de contaminações dos solos nos MA, nomeadamente com impactos potenciais nas operações de processamento e transporte alimentar (por exemplo, operações de embalagem, redistribuição de mercadorias e/ou picking,	- Investimento em limpeza exterior permanente dos MA, com remoção de resíduos exteriores e seu encaminhamento para locais próprios de acondicionamento, seleção e triagem (por exemplo, espaço EcoÁrea no MARL).	- Otimização e redução dos resíduos indiferenciados recolhidos nos MA.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
					transações comerciais e/ou logística a céu aberto.		
	Água e Recursos Marinheiros	Água	Consumo de água	R-	- Quantidades de consumo elevadas para abastecimento das operações de lavagem e preparação de alimentos; consumo público de água nas instalações sanitárias; e, utilização de água da rede para as lavagens exteriores e interiores de limpeza diária dos pavilhões.	- Impacto financeiro elevado dos custos de exploração corrente associados ao consumo de água nos MA.	- Instalação de sistemas de gestão e monitorização dos consumos de água / telemetria, bem como de dispositivos de redução de caudais, utilização com fecho automático e reutilização de águas para rega e lavagens exteriores.
		Resíduos	Resíduos	R+	- A gestão de resíduos nos MA é fundamental para reduzir o impacto destes na operação diária de funcionamento dos Mercados, no impacto potencial na segurança e qualidade alimentar dos produtos alimentares transacionados e na salubridade dos espaços interiores e exteriores aos pavilhões onde se encontram instalados os operadores.	- Aumento de encargos financeiros na criação de infraestruturas e equipamentos dedicados à recolha de resíduos nos MA (por exemplo, a EcoÁrea no MARL e a colocação de contentores exteriores de recolha de resíduos indiferenciados e triados)	- Possibilidade de definição de rotas de resíduos, com otimização dos circuitos de recolha, seleção, triagem e encaminhamento para valorização; possibilidade de valorização dos resíduos como subprodutos de reciclagem (por exemplo, papel e cartão) e como produtos de economia circular (por exemplo, potencia reutilização dos biorresíduos para composto orgânico, a fornecer aos produtores agrícolas, e/ou para produção de biogás, para alimentação energética).
	Trabalhadores na cadeia de valor	CV: Condições de trabalho	CV: Segurança no emprego	R+	- Existência de maior estabilidade contratual, decorrente de ser uma empresa do Sector Empresarial do Estado; seguro de saúde adicional facultativo; equipamentos de trabalho para os operacionis (EPIS).	-	- Estabilidade emocional e funcional dos trabalhadores, com reduzidos indicadores de absentismo e sinistralidade.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		CV: Condições de trabalho	CV: Horários de Trabalho	R+	- Implementação de um regime de teletrabalho, disciplinado, articulado mas flexível (uma semana no escritório, uma semana em casa, ara os trabalhadores não obrigatórios em tarefas operacionais de terreno).	- Limitações naturais na necessidade de eventuais respostas mais exigentes em termos de prazos ou de eventos ocasionais / extraordinários ocorridos na gestão corrente dos MA (e não passíveis de serem assegurados totalmente pelas equipas operacionais que atuam em permanência); possibilidade de perda de algum cariz de trabalho articulado e transdisciplinar, pela ausência física do local de trabalho.	- Possibilidade de redução de encargos de deslocação para o local de trabalho (MA), dada a excentricidade destes face aos centros urbanos das área territoriais onde se encontram implantados; melhor compatibilização da vida profissional e pessoal, com resultados práticos positivos na predisposição e ação para o trabalho corrente (melhor produtividade e felicidade no estar).
		CV: Condições de trabalho	CV: Salários de Trabalho	R+	- Perspetiva de um Plano de Carreiras do Grupo SIMAB, com tradução em novas categoriais salariais e perspetivas de progressão de carreiras.	- Balizas salariais e de progressão inerentes a uma empresa integrada no Sector Empresarial do Estado, eventualmente limitadoras na captação de novos colaboradores mais jovens (competitividade do mercado e trabalho) e na retenção dos quadros mais antigos /experientes (valorização salarial).	- Fundamental para tornar mais atrativas as carreiras profissionais no Grupo, aumentar o estímulo à eficiência e produtividade, e para a captação e retenção dos bons trabalhadores.
		CV: Condições de trabalho	CV: Diálogo Social	R+	- Articulação do CA e do GAAGR com os tabalhadores e com os seus representantes sindicais.	-	- Maior capacidade de identificação de constrangimentos e problemas, de comunicação interna e externa, e de apresentação, análise e debate conjunto de propostas, no processo de suporte à tomada de decisão pela Administração do Grupo SIMAB.
		CV: Condições de trabalho	CV: Liberdade de associação	R+	- Existência de trabalhadores sindicalizados no Grupo SIMAB.	-	- Possibilidade de maior capacidade de informação, análise e reinvidicação conjunta e articulada entre os trabalhadores do Grupo e entre estes e a entidade sindical (STML).
		CV: Condições de trabalho	CV: Negociação Coletiva	R+	- Negociação em curso de um Acordo Coletivo de Trabalho para os trabalhadores do Grupo SIMAB.	- Maior demora nos processos de decisão, com eventual perda de oportunidade de concretização de melhores condições de remuneração mais rapidamente.	- Maior robustez dos termos contratuais e remuneratórios encontrados para os trabalhadores do Grupo SIMAB, com maior participação destes e com uma perspetiva de maior clareza, informação e segurança no posto de trabalho.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		CV: Condições de trabalho	CV: Equilíbrio entre a VPPF	Não aplicavel	-Existência de horários de trabalho adequados e do regime de teletrabalho.	-	- Possibilidade de redução de encargos de deslocação para o local de trabalho (MA), dada a excentricidade destes face aos centros urbanos das área territorias onde se encontram implantados; melhor compatibilização da vida profissional e pessoal, com resultados práticos positivos na predisposição e ação para o trabalho corrente (melhor produtividade e felicidade no estar).
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	R+	- O Grupo SIMAB apresenta praticamente um equilíbrio de 50% entre trabalhadores masculinos e femininos, sendo mesmo a MARL reconhecida /premiada pela valorização da igualdade de género e valorização das remunerações.	-	- Valorização crescente das remunerações dos trabalhadores mais e menos qualificados, bem como na incorporação em funções de gestão e operacionais de trabalhadores de ambos os géneros.
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Formação e desenvolvimento de competências	R+	- Aposta do Grupo em formação profissional complementar à obrigatória por lei, nomeadamente em novas competências e áreas do saber (por exemplo, tecnologias, cibersegurança ou marketing digital).	-	- Melhorar a preparação dos recursos humanos do Grupo para o universo de atividades e tarefas cada vez mais abrangentes que decorrem nos MA e nas relações institucionais com diferentes parceiros, nacionais e internacionais, dos sistemas alimentares e não alimentares que integram os operadores - produtores e grossistas - e os seus clientes - retalhistas -, que estão no centro da 'vida' dos Mercados.
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Diversidade		- Aumentar a diversidade de origens geográficas, de formação e de experiências dos trabalhadores do Grupo, de modo a potenciar as respostas de gestão e operacionais em termos de transdisciplinaridade, flexibilidade e inovação.	-	- Abrir o espectro de seleção e recrutamento de recursos humanos a diferentes áreas de habilitações e de experiências, nomeadamente em sede de implementação do Plano de Carreiras para aumentar a atratividade para novos colaboradores.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Habilitação adequada	R+	- Existência de qualificações / habilitações diversas nos quadros do Grupo SIMAB, adequadas às tarefas que cada um desempenha (quadros superiores mestrados /licenciados à escolaridade obrigatória).	-	- Convivência e trabalho transdisciplinar nos MA entre as diferentes equipas técnicas - de gestão e operacionais -, integrando e complementando-se competências, experiências e opiniões / propostas para a ação.
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Privacidade	R+	- Existência de espaços de trabalho próprios para cada trabalhador, zonas comuns adequadas (instalações sanitárias, copa, etc.) e área alargadas de trabalho; implementação de salvaguarda do RGPD na recolha de informação externa dos operadores e demais stakeholders.	-	- Inexistência de conflitualidade funcional nos locais de trabalho (áreas adequadas nos gabinetes e open spaces) e de privacidade no trabalho e no dia-a-dia dos trabalhadores; privacidade na informação externa recolhida.
Governança	Cultura empresarial	Cultura empresarial	Cultura empresarial	R+	- Reforço do trabalho conjunto em rede dos mais de 50 trabalhadores do Grupo SIMAB, dedicados quer à própria SIMAB quer às quatro entidades gestoras dos quatro MA, nas quais a SIMAB é acionista maioritário, assegurando a gestão corrente dos Mercados.	-	- Reforço do trabalho colaborativo, goodwill, notoriedade e motivação dos trabalhadores e colaboração externos do Grupo SIMAB, permitindo otimizar recursos, promover a abordagem transdisciplinar dos problemas e soluções, e tornar mais eficiente a gestão corrente dos meios materiais e imateriais.

Exploração agrícola e pecuária

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
Ambiental	Alterações Climáticas	Adaptação das alterações climáticas	Adaptação das alterações climáticas	P-	<p>Adaptar às alterações climáticas envolve tomar medidas para preparar e ajustar tanto aos efeitos atuais das alterações climáticas como aos impactos previstos no futuro, incluindo antecipar, planejar, identificar e potenciar oportunidades que possam surgir dessas mudanças. Os contributos da FlorestGal para este ponto incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de técnicas de mobilização do solo que respeitam a sua textura e porosidade: Preservação da porosidade e infiltração de água no solo prevenindo a escorrência da água de precipitação intensa, e conseqüente acumulação de água e eventual inundação ou cheia e erosão ou perda de solo. - Gestão de floresta de produção: Desenvolvimento e presença de coberto vegetal, preservando a qualidade do solo, a infiltração de água de precipitação (mais ou menos) intensa e arejamento, bem como a atividade dos microrganismos e o bom funcionamento dos seus ciclos biogeoquímicos, com proteção do estado do solo, prevenção da sua erosão e maior resiliência da floresta às alterações climáticas - Renaturalização ou gestão de floresta de conservação/folhosas: Floresta – árvores, sob coberto vegetal, fauna e solo – mais adaptada e mais resiliente às alterações climáticas e à desertificação - Manutenção de habitats: Preservação dos Habitats existentes – árvores, sob coberto vegetal, fauna e solo - já dotados de alguma resiliência às condições que se façam sentir no território, decorrentes das alterações climáticas, conferida por fatores como a Biodiversidade, em conjugação com algum grau de adaptação espontânea a que sejam sujeitos, com um previsível acréscimo de resiliência - Melhoria do estado de conservação dos habitats: Melhoria do estado dos habitats existentes – árvores, sob coberto vegetal, fauna e solo, já dotados da resiliência às condições que se façam sentir no território, decorrentes das alterações climáticas, conferida por fatores como a Biodiversidade, em conjugação com, não só algum grau de adaptação espontânea a que sejam sujeitos, mas também intervenções para potenciar o valor conservacionista e/ou a resiliência dos Habitats em causa. - Vigilância e combate a incêndio florestal: Preservação do coberto vegetal e do solo, incluindo a matéria orgânica deste último, conservando a capacidade para infiltrar, reter e depurar água. Prevenção de impermeabilização do solo por película cerosa formada a partir de substâncias contidas e libertadas na combustão de coberto vegetal, preservando a porosidade, o arejamento e a infiltração de água, prevenindo a escorrência da água de precipitação intensa, e conseqüente acumulação de água e eventual inundação ou cheia 		<ul style="list-style-type: none"> • Menores perdas dos ativos da empresa, devido ao menor risco de incêndio • Maior retorno da atividade florestal, pela preservação do solo e do coberto vegetal, otimizando a capacidade produtiva das espécies em exploração • Contribuição para a adaptação das propriedades rústicas do estado às alterações climáticas, exigindo menores despesas futuras com as mesmas que possam surgir devido a fenómenos associados às alterações climáticas (cheias, secas, alterações nos padrões de precipitação, entre outros)

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
				R+	TÊM SIDO UTILIZADAS AS MELHORES PRÁTICAS DISPONÍVEIS NA GESTÃO DOS DIFERENTES ECOSISTEMAS EXISTENTES		ACESSO A PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO; PARCERIAS
		Mitigação das alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	R+	<p>No que respeita às florestas, a Mitigação das Alterações Climáticas, como forma de reduzir as fontes e aumentar os sumidouros de GEE, passa pela adoção de práticas de florestação e de redução dos incêndios. Assim, a Política de Gestão Florestal da empresa procura não só otimizar a produção de madeira ou cortiça, mas também preservar as características naturais do solo, para que haja condições que assegurem que os microrganismos nele presentes e os ciclos biogeoquímicos em que participam realizem os processos de sequestro de carbono. Mais especificamente, os contributos da FlorestGal para este ponto incluem:</p> <p>- Aplicação de técnicas de mobilização do solo que respeitam a sua textura e porosidade: Preservação da porosidade, infiltração de água e arejamento do solo permitindo a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos determinantes no sequestro de carbono. Preservação do estado do solo e das suas funções como substrato do coberto vegetal, incluindo a disponibilização de água e nutrientes, conservando a capacidade do coberto vegetal para sequestrar carbono por fotossíntese.</p> <p>- Preservação do coberto vegetal: Proteção do solo, com preservação da porosidade, infiltração de água e arejamento do solo, permitindo a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos determinantes no sequestro de carbono.</p> <p>- Valorização de restos/estilha de madeira deixados no solo: Progressiva incorporação de fibra no solo, com melhoria da sua textura, níveis de matéria orgânica, e estado do solo, potenciando a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos determinantes no sequestro de carbono.</p> <p>Progressiva incorporação de fibra no solo, com preservação do seu estado e das suas funções como substrato do coberto vegetal, incluindo a disponibilização de água e nutrientes, conservando a capacidade do coberto vegetal para sequestrar carbono por fotossíntese.</p> <p>- Gestão de floresta de produção: Crescimento de árvores com sequestro de carbono em madeira ou cortiça, por fotossíntese. Presença de coberto vegetal, com preservação do estado do solo, e inerente infiltração de água e arejamento do solo permitindo a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos determinantes no sequestro de carbono.</p> <p>- Renaturalização ou gestão de floresta de conservação/folhosas: Crescimento de árvores com sequestro de</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Menores perdas dos ativos da empresa, devido ao menor risco de incêndio • Maior retorno da atividade florestal, pela preservação do solo e do coberto vegetal, otimizando a capacidade produtiva das espécies em exploração • Contribuição para a mitigação das alterações climáticas, exigindo menores despesas futuras com as mesmas que possam surgir devido a fenómenos associados às alterações climáticas (cheias, secas, alterações nos padrões de precipitação, entre outros).

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades		
					<p>carbono em madeira ou cortiça, por fotossíntese. Queda de folhas e sua incorporação no solo, com melhoria da sua textura, níveis de matéria orgânica, e estado, potenciando a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos determinantes no sequestro de carbono.</p> <p>- Manutenção de habitats: Preservação do coberto vegetal e consequente proteção da qualidade do solo e da capacidade de ambos para sequestrar carbono — por fotossíntese nas plantas, e mediante a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos no solo</p> <p>- Melhoria do estado de conservação dos habitats: Melhoria do estado do coberto vegetal e consequente proteção do solo e da capacidade de ambos para sequestrar carbono — por fotossíntese nas plantas, e mediante a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos no solo</p> <p>- Vigilância e combate a incêndio florestal: Prevenção e controlo da combustão de árvores e da inerente emissão de GEE. Preservação da floresta e da sua capacidade para sequestrar carbono — por fotossíntese. Prevenção e controlo da combustão da matéria orgânica contida no solo e da inerente emissão de GEE. Preservação do solo, da matéria orgânica nele contida, e da sua capacidade para sequestrar carbono — por fotossíntese nas plantas, e mediante a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos no solo. Prevenção de impermeabilização do solo por película cerosa formada a partir de substâncias contidas e libertadas na combustão de coberto vegetal, preservando o arejamento e infiltração de água e o inerente estado do solo e capacidade para sequestrar carbono – mediante a atividade dos microrganismos e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos no solo</p>				
				Energia	Energia	R+	A FlorestGal arrenda propriedades a terceiros para diversas formas de exploração, existindo a possibilidade de se expandir esses arrendamentos a terceiros que procedam à instalação de painéis fotovoltaicos, em propriedades sem capacidade produtiva para a área agroflorestal. A empresa dispõe ainda de uma frota com um peso considerável de automóveis híbridos.		<ul style="list-style-type: none"> • Rendimentos obtidos por arrendamentos no âmbito energético, em propriedades sem potencial para exploração agroflorestal
				Poluição	Poluição do ar	Poluição do ar	R-	Gestão florestal e agrícola em áreas sob responsabilidade da FlorestGal, incluindo floresta de produção, floresta de conservação, outras culturas e coberto vegetal em áreas protegidas, que assegura a presença e crescimento de árvores e outras plantas cujas agulhas ou folhas levam a cabo a absorção e filtração de poluentes tais como o excesso de dióxido de azoto, ozono ou partículas	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		Poluição da água	Poluição da água	R-	Na sua gestão florestal, a empresa procura contribuir para a depuração da água. Isto é concretizado através da preservação do coberto vegetal e do solo mantendo a sua porosidade e inerente arejamento e oxigenação, bem como dos seus ciclos biogeoquímicos, incluindo aqueles que participam na depuração da água que por ele percola. Este esforço inclui também a promoção da instalação de espécies ripícolas, nas linhas de água e zonas envolventes assegurando retenção da água no sol e a retenção de poluentes		<ul style="list-style-type: none"> • A atuação sustentável obedece aos critérios para a certificação da madeira da empresa, valorizando-a no mercado pela sua origem sustentável. • Áreas de conservação podem providenciar receitas através de pagamentos por serviços de ecossistema.
		Poluição do Solo	Poluição do Solo	R-	A preservação do solo mantendo a textura e porosidade deste de modo a permitir a infiltração da água e os seus ciclos biogeoquímicos		<ul style="list-style-type: none"> • A atuação sustentável obedece aos critérios para a certificação da madeira da empresa, valorizando-a no mercado pela sua origem sustentável. • A preservação da textura e porosidade do solo melhora a sua fertilidade, contribuindo para um aumento da produtividade da atividade florestal da empresa e consequentes receitas. • Contribuição para a preservação das características dos solos que permitem a retenção de água e menor vulnerabilidade a fenómenos associados às alterações climáticas (cheias, secas, alterações nos padrões de precipitação, entre outros), evitando despesas relativas a estes eventos, como a recuperação das áreas e a perda de ativos.
		Poluição dos organismos vivos e recursos alimentares	Poluição dos organismos vivos e recursos alimentares	R+	A floresta de conservação, as áreas integradas em áreas protegidas, e, em menor medida, a floresta de produção, proporcionam espaços de vida (fornecem recursos tais como alimento, água, abrigo) para plantas, animais e microrganismos, e permitem manter uma diversidade dos mesmos. Dado o contributo da empresa na purificação da água e do solo, a atividade da FlorestGal promove a redução do impacto da poluição em organismos vivos e de recursos alimentares produzidos por rendeiros nas propriedades da empresa.		<ul style="list-style-type: none"> • A atuação sustentável obedece aos critérios para a certificação da madeira da empresa, valorizando-a no mercado pela sua origem sustentável.
	Água e Recursos Marinhos	Recursos marinhos	Captação de água	R+	MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	CATASTROFES NATURAIS	

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
	Biodiversidade	Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Alterações Climáticas	P-	<p>A atividade da FlorestGal contribui para a regulação climática, incluindo o sequestro de carbono, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plantação e gestão de floresta de produção, com sequestro de carbono na madeira e cortiça das árvores em crescimento • Preservação do coberto vegetal mantendo a capacidade deste para sequestrar carbono • Preservação do solo e dos seus ciclos biogeoquímicos incluindo aqueles responsáveis pelo sequestro de carbono • Redução da intensidade e da necessidade de mobilizações e intervenções no solo de modo a minimizar a libertação de carbono 		<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para a preservação das características do coberto vegetal e do solo, que reduzem a vulnerabilidade a fenómenos associados às alterações climáticas (cheias, secas, alterações nos padrões de precipitação, entre outros), evitando despesas relativas a estes eventos, como a recuperação das áreas e a perda de ativos. • Potenciais rendimentos através do mercado voluntário de carbono.
					Todas as medidas e ações têm sido tomadas e desenvolvidas com o impacto positivo de aumento da biodiversidade	Catástrofes naturais; aumento das pragas e doenças	
		Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Alteração do uso do solo, alteração do uso da água doce e alteração do uso do mar	R-	A FlorestGal promove projetos de reflorestação com recurso a espécies autóctones, contribuindo para a preservação do coberto vegetal e a regulação hidrológica dos territórios.		<ul style="list-style-type: none"> • Maior retorno da atividade florestal, pela preservação do solo e do coberto vegetal, otimizando a capacidade produtiva das espécies em exploração.
					TÊM SIDO UTILIZADAS AS MELHORES PRÁTICAS DISPONÍVEIS PARA AUMENTAR A BIODIVERSIDADE E MELHORAR OS RECURSOS HÍDRICOS EXISTENTES.		
		Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Exploração direta	Não Aplicável	<p>A FlorestGal possui propriedades em áreas protegidas, nas quais as intervenções florestais respeitam as diretrizes estipuladas para cada zona de conservação específica, recorrendo a espécies autóctones, minimizando formas de intervenção mais invasivas e assegurando o respeito pelas necessidades dos restantes elementos do ecossistema. Nas áreas de floresta de produção, a empresa procura seguir também estes pontos, aliando uma exploração rentável à prosperidade do meio em que os povoamentos se inserem.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • A atuação sustentável obedece aos critérios para a certificação da madeira da empresa, valorizando-a no mercado pela sua origem sustentável. • Gestão florestal sustentável que aumenta a produtividade da atividade florestal da empresa e consequentes receitas. • Contribuição para a preservação das características do coberto vegetal e do solo, que reduzem a vulnerabilidade a fenómenos associados às alterações climáticas (cheias, secas, alterações nos padrões de precipitação, entre outros), evitando despesas relativas a estes eventos, como a

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
							recuperação das áreas e a perda de ativos.
					Todas as medidas e ações têm sido tomadas e desenvolvidas com o impacto positivo de aumento da biodiversidade		
		Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Poluição	R-	A atividade da FlorestGal contribui para a redução da poluição, através da preservação das características do coberto vegetal e do solo que lhes permitem purificar o ar, o solo e água, assegurando as condições necessárias aos seus ciclos biogeoquímicos.		<ul style="list-style-type: none"> • A atuação sustentável obedece aos critérios para a certificação da madeira da empresa, valorizando-a no mercado pela sua origem sustentável. • Contribuição para a mitigação das alterações climáticas, exigindo menores despesas futuras com as mesmas que possam surgir devido a fenómenos associados às alterações climáticas (cheias, secas, alterações nos padrões de precipitação, entre outros).
					Todas as medidas e ações têm sido tomadas e desenvolvidas com o impacto positivo de aumento da biodiversidade		
	Economia Circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	R+	A entrada de recursos na FlorestGal constitui em larga maioria a aquisição de ativos biológicos essenciais à atividade florestal ou equipamentos necessários para a sua instalação e manutenção. Desta forma, a entrada de recursos é crucial à atividade da empresa e, no caso de ativos biológicos ou de produtos essenciais à sua exploração, estes recursos são uma parte indispensável ao produto final (madeira ou bens provenientes das espécies - como a cortiça ou a pinha). Na ótica da economia circular, tem-se vindo a optar por opções que expandam a longevidade de produtos considerados reiduos, tendo já sido implementado na empresa, por exemplo, um projeto de instalação de povoamentos, com aplicação de lamas de ETAR no solo, promovendo assim as dinâmicas da Economia Circular.		<ul style="list-style-type: none"> • Ao explorar novas formas de aproveitamento de recursos/resíduos pode melhorar-se a eficiência produtiva e, conseqüentemente, aumentar as receitas dos produtos florestais e reduzir gastos operacionais.
		Resíduos	Resíduos	R+	A FlorestGal procura incorporar os resíduos da atividade florestal nos seus projetos, sempre que possível. Um exemplo disso é a incorporação de restos de madeira deixados no solo para potenciar a atividade dos microrganismos, promover a preservação da sua função de substrato do coberto vegetal e garantir o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos. Para além disso, procura ainda incorporar resíduos de outras atividades de exploração, promovendo uma economia circular, como aconteceu com o recurso a lamas de ETAR para aumento do potencial do solo como substrato para a instalação de povoamentos, no âmbito de um projeto florestal da empresa.		<ul style="list-style-type: none"> • O reaproveitamento de resíduos pode diminuir a necessidade de consumos externos e os custos operacionais. • A atuação sustentável obedece aos critérios para a certificação da madeira da empresa, valorizando-a no mercado pela sua origem sustentável. • Ao explorar novas formas de aproveitamento de recursos residuais pode melhorar-se a eficiência produtiva e,

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
							consequentemente, aumentar as receitas dos produtos florestais
Social	Mão de obra própria	PM: Condições de trabalho	PM: Segurança no emprego	R+	A FlorestGal opta sempre que possível e relevante por contratos sem termo com os seus colaboradores, promovendo uma situação de emprego segura, que oferece maior estabilidade aos seus trabalhadores.		<ul style="list-style-type: none"> • Maior estabilidade e segurança no trabalho promove o aumento de produtividade da equipa. • Maior estabilidade e segurança no trabalho promovem maiores níveis de satisfação dos colaboradores, evitando custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional. • Segurança no trabalho torna a empresa atrativa a mão de obra qualificada, permitindo um aumento da produtividade.
		PM: Condições de trabalho	PM: Horários de Trabalho	R+	O horário de trabalho dos colaboradores da FlorestGal é de 40h semanais, divididas por 8 horas diárias.		<ul style="list-style-type: none"> • Um horário estipulado, previsível e que permite equilíbrio entre VPPF promove maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o consequente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional.
		PM: Condições de trabalho	PM: Salários de Trabalho	R+	Os salários da FlorestGal acompanham o previsto na Tabela Remuneratória da Administração Pública, assegurando transparência, critérios bem definidos e uma remuneração justa dos trabalhadores da empresa, consoante o cargo que ocupam.		<ul style="list-style-type: none"> • Transparência, confiança e equidade salarial promovem maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o consequente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional.
		PM: Condições de trabalho	PM: Equilíbrio entre a VPPF	R+	Os colaboradores da FlorestGal dispõem de um horário de trabalho contratualizado que é respeitado por ambas as partes, concedendo-lhes uma previsibilidade que lhes permite gerir os restantes aspetos da sua vida pessoal e familiar em conformidade. Para além disso, na ocorrência de situações pessoais que de tal beneficiem, existe flexibilidade para que se realize trabalho remoto que facilite essa gestão e, pontualmente, compreensão para alterações no horário em dias singulares em que surja essa necessidade.		<ul style="list-style-type: none"> • Maior equilíbrio entre a VPPF promove maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o consequente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
							<ul style="list-style-type: none"> • Maior equilíbrio entre VPPF torna a empresa atrativa a mão de obra qualificada, permitindo um aumento da produtividade.
		PM: Condições de trabalho	PM: SST	R+	Os trabalhadores da FlorestGal estão cobertos por seguro para acidentes no trabalho e por seguro de saúde		<ul style="list-style-type: none"> • A disponibilização de SST promove maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o consequente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional. • A disponibilização de SST torna a empresa atrativa a mão de obra qualificada, permitindo um aumento da produtividade.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	R+	Em 2024, a FlorestGal dispunha de uma equipa equilibrada a nível de género. A nível de remuneração, esta é atribuída consoante o cargo do colaborador na empresa, aproximando-se à Tabela Remuneratória da Administração Pública, não sendo feita discriminações salariais por género.		<ul style="list-style-type: none"> • A igualdade de género e equidade salarial na FlorestGal promove maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o consequente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional.
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Formação e desenvolvimento de competências	R+	A empresa dispõe de um plano de formações anual, investindo no desenvolvimento de competências dos seus trabalhadores, nas áreas relevantes à atividade da FlorestGal. Para além de formações específicas da área florestal e de formações em áreas transversais (competências informáticas, por exemplo), a empresa apoiou já colaboradores a realizarem pós-graduações direcionadas aos seus cargos. Os colaboradores são ainda convidados a manifestarem interesse em formações que não estejam previstas no plano anual, mas que considerem relevantes para o exercício da sua atividade e para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.		<ul style="list-style-type: none"> • A formação dos trabalhadores permite o constante desenvolvimento de competências essenciais ao aumento de produtividade e de especialização da equipa. • O investimento na formação dos colaboradores e abertura para que os próprios sugiram ações de formação nas quais têm interesse em participar promove maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o consequente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	PM: Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência	R+	Apesar de não existirem quotas que prevejam a integração específica de pessoas com deficiência na equipa da FlorestGal, o processo de recrutamento visa a seleção do candidato mais qualificado e indicado para o cargo, não sendo a deficiência um fator de exclusão do candidato.		
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho	R+	A FlorestGal dispõe de um código de conduta.		
		PM: Igualdade de oportunidades e tratamento	Diversidade	R+	A empresa dispõe de uma equipa de trabalhadores oriundos de diferentes regiões do país e de variadas áreas de formação.		• Uma equipa de diferentes regiões e áreas de formação traduz-se numa maior amplitude de ideias, abordagens e soluções para a empresa, contribuindo para uma maior quantidade e diversidade de projetos, assim como para um aumento da eficiência operacional.
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Trabalho infantil	Não Aplicável	A empresa integra na sua equipa apenas colaboradores que cumprem os requisitos legais vigentes a nível da idade mínima para desempenhar as funções em questão.		
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Trabalho forçado	Não Aplicável	A empresa apenas integra na sua equipa elementos que tenham participado no processo de recrutamento, enviando a sua candidatura por vontade do próprio, sendo compensados monetariamente pelo seu trabalho na eventualidade de terem sido selecionados para o cargo a ser preenchido.		
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Habilitação adequada	R+	Os trabalhadores da FlorestGal possuem habilitações adequadas à sua atividade na empresa. A empresa promove ainda a formação contínua dos seus colaboradores, investindo em formações que lhes permitam especializarem-se em aspetos essenciais ao trabalho que realizam no seu quotidiano ou a potenciais tarefas e áreas que eles próprios ou a empresa possam vir a desenvolver.		• Habilitação adequada à atividade que cada trabalhador desempenha permite a constituição de uma equipa especializada e com maiores níveis de produtividade.
		PM: Outros direitos relacionados com o trabalho	Privacidade	R+	A FlorestGal dispõe de uma Política de Tratamento de Dados Pessoais que assegura que os seus trabalhadores têm direito à privacidade e a controlar a sua informação pessoal à disposição da empresa.		
	Trabalhadores na cadeia de valor	CV: Condições de trabalho	CV: Segurança no emprego	R+	A FlorestGal procura sempre assegurar que os trabalhadores na sua cadeia de valor, frequentemente integrados em empresas contratadas para o desenvolvimento de serviços silvícolas, têm condições dignas de trabalho, o que inclui questões de horário de trabalho. O mesmo se aplica aos prestadores de serviços de outras áreas (comunicação e engenharia florestal, por exemplo), que desempenham as tarefas definidas no contrato de prestação de serviços, sendo respeitada por ambas as partes. Uma garantia do respeito das condições de trabalho dos colaboradores na cadeia de valor da FlorestGal é a certificação do Forestwise Stewardship		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
					Council para algumas das suas propriedades. Um dos critérios auditados, no contexto de certificação, foi a proteção dos direitos dos trabalhadores e das condições de trabalho.		
		CV: Condições de trabalho	CV: Horários de Trabalho	R+	A FlorestGal procura sempre assegurar que os trabalhadores na sua cadeia de valor, frequentemente integrados em empresas contratadas para o desenvolvimento de serviços silvícolas, têm condições dignas de trabalho, o que inclui questões de horário de trabalho. O mesmo se aplica aos prestadores de serviços de outras áreas (comunicação e engenharia florestal, por exemplo), cuja carga horária é acordada e expressa no contrato de prestação de serviços, sendo respeitada por ambas as partes. Uma garantia do respeito das condições de trabalho dos colaboradores na cadeia de valor da FlorestGal é a certificação do Forestwise Stewardship Council para algumas das suas propriedades. Um dos critérios auditados, no contexto de certificação, foi a proteção dos direitos dos trabalhadores e das condições de trabalho.		<ul style="list-style-type: none"> • Um horário estipulado, previsível e que permite equilíbrio entre VPPFP promove maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o conseqüente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional.
		CV: Condições de trabalho	CV: Salários de Trabalho	R+	A FlorestGal procura sempre assegurar que os trabalhadores na sua cadeia de valor, frequentemente integrados em empresas contratadas para o desenvolvimento de serviços silvícolas, têm condições dignas de trabalho. O mesmo se aplica aos prestadores de serviços de outras áreas (comunicação e engenharia florestal, por exemplo), cujo salário é acordado e expresso no contrato de prestação de serviços, sendo respeitado por ambas as partes.		<ul style="list-style-type: none"> • Transparência, confiança e justiça a nível salarial promovem maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o conseqüente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional.
		CV: Condições de trabalho	CV: SST	R+	Um dos requerimentos contratualizados com as empresas selecionadas para as operações silvícolas incide sobre a exigência de seguros de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho de todos os trabalhadores afetos à prestação de serviços e seguro de viaturas, equipamentos e máquinas utilizadas durante a vigência do contrato. A mesma obrigatoriedade de posse de seguro de acidentes de trabalho aplica-se a prestadores de serviços que estejam a colaborar diretamente com a FlorestGal (engenheiros florestais, profissionais da área de comunicação, por exemplo).		<ul style="list-style-type: none"> • A disponibilização de SST promove maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o conseqüente aumento de produtividade da equipa.
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	R+	A FlorestGal dispõe de um código de conduta que se aplica aos seus prestadores de serviços. Para além disso, na formação dos colaboradores que realizam operações silvícolas, são também comunicadas as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho, incluindo as questões de igualdade de género.		
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Formação e desenvolvimento de competências	R+	Os colaboradores na cadeia de valor da FlorestGal diretamente contratados pela empresa são convidados a participar em formações, quando relevantes para a equipa que integram.		<ul style="list-style-type: none"> • A formação dos trabalhadores permite o constante desenvolvimento de competências essenciais ao aumento de produtividade e de especialização da equipa.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
							<ul style="list-style-type: none"> O investimento na formação dos colaboradores e abertura para que os próprios sugiram ações de formação nas quais têm interesse em participar promove maiores níveis de satisfação dos colaboradores e o consequente aumento de produtividade da equipa e menores custos associados à alta rotatividade, como o recrutamento, treino e perda de conhecimento organizacional.
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Emprego e Inclusão de pessoas com deficiência	R+	A FlorestGal dispõe de um código de conduta que se aplica aos seus prestadores de serviços. Para além disso, na formação dos colaboradores que realizam operações silvícolas, são também comunicadas as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho, incluindo questões de igualdade de género, sendo dadas orientações relativas ao reporte de situações de assédio e aos canais disponíveis para a denúncia de tais eventos.		
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho		A empresa dispõe de uma equipa de trabalhadores oriundos de diferentes regiões do país e de variadas áreas de formação. No que respeita as empresas contratadas para operações silvícolas, cujos trabalhadores integram a cadeia de valor da FlorestGal, existe também diversidade de países e regiões de origem, assim como de culturas e etnias, não constituindo estes fatores entraves a oportunidades de colaborar com a empresa. Inclusivamente, considera-se benéfica uma equipa diversa que permite uma maior variedade de ideias, abordagens e conhecimento.		<ul style="list-style-type: none"> Uma equipa diversa traduz-se numa maior amplitude de ideias, abordagens e soluções para a empresa, contribuindo para uma maior quantidade e diversidade de projetos, assim como para um aumento da eficiência operacional.
		CV: Igualdade de oportunidades e tratamento	CV: Diversidade		A FlorestGal procura sempre assegurar que os trabalhadores na sua cadeia de valor, frequentemente integrados em empresas contratadas para o desenvolvimento de serviços silvícolas, têm condições dignas de trabalho, o que inclui o cumprimento de legislação no que respeita à idade mínima para o desempenho das funções em questão. O mesmo se aplica aos prestadores de serviços de outras áreas (comunicação e engenharia florestal, por exemplo). Uma garantia do respeito das condições de trabalho dos colaboradores na cadeia de valor da FlorestGal é a certificação do Forestwise Stewardship Council para algumas das suas propriedades. Um dos critérios auditados, no contexto de certificação, foi a proteção dos direitos dos trabalhadores e das condições de trabalho.		
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Trabalho infantil	P-	A FlorestGal procura sempre assegurar que os trabalhadores na sua cadeia de valor, frequentemente integrados em empresas contratadas para o desenvolvimento de serviços silvícolas, têm condições dignas de trabalho, o que inclui a certificação de que a		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
					situação dos trabalhadores no país e na empresa contratada está regularizada. Uma garantia do respeito das condições de trabalho dos colaboradores na cadeia de valor da FlorestGal é a certificação do Forestwise Stewardship Council para algumas das suas propriedades. Um dos critérios auditados, no contexto de certificação, foi a proteção dos direitos dos trabalhadores e das condições de trabalho.		
		CV: Outros direitos relacionados com o trabalho	CV: Trabalho forçado	P-	Os trabalhadores da FlorestGal possuem habilitações adequadas à sua atividade na empresa. A empresa promove ainda a formação contínua dos seus colaboradores diretos, investindo em formações que lhes permitam especializarem-se em aspetos essenciais ao trabalho que realizam no seu quotidiano ou a potenciais tarefas e áreas que eles próprios ou a empresa possam vir a desenvolver.		• Habilitação adequada à atividade que cada trabalhador desempenha permite a constituição de uma equipa especializada e com maiores níveis de produtividade.
		Direitos Económicos, Sociais e Culturais	Impactos relacionados com o solo	Não Aplicável	A empresa assegura a preservação do solo, mantendo a sua textura e porosidade de modo a permitir a infiltração da água e os seus ciclos biogeoquímicos. Desta forma, a atividade da FlorestGal tem um impacto positivo no solo, tornando-o mais produtivo numa ótica de exploração agroflorestal e menos vulnerável a fenómenos climáticos como as cheias e as secas.		
		Direitos civis e políticos das comunidades	Liberdade de expressão	Não Aplicável	Articulação com as entidades locais e com organizações, assim como com proprietários locais nos casos aplicáveis (AIGPs, por exemplo), permitindo a manifestação das opiniões de todas as partes afetadas pelos projetos implementados		
		Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Liberdade de expressão	Não Aplicável	Os produtos comercializados pela FlorestGal são madeira e outros derivados das espécies exploradas (cortiça e pinha, por exemplo). Assim, tendencialmente, os clientes da FlorestGal são empresas que, ao comprar a madeira, se responsabilizam também pelo processo de exploração. A seleção do comprador é realizada por via de procedimentos concursais abertos ao mercado, sendo providenciada a informação necessária a uma transação transparente e justa e havendo espaço para a colocação de questões, visita às propriedades em causa e para negociar os termos da venda. Para além disso, na própria elaboração do contrato, existe margem para que o comprador negocie e expresse os termos que considere justos.		
		Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Acesso a informações (de qualidade)	R+	Os produtos comercializados pela FlorestGal são madeira e outros derivados das espécies exploradas (cortiça e pinha, por exemplo). Assim, tendencialmente, os clientes da FlorestGal são empresas que, ao comprar a madeira, se responsabilizam também pelo processo de exploração. Uma vez que a seleção do comprador é realizada por via de procedimentos concursais abertos ao mercado, é assegurada a informação necessária a uma transação transparente e justa, sendo sempre colocado à disposição um período para a colocação de questões e para visita às propriedades em causa, de forma a assegurar que o consumidor tem a informação total antes de apresentar a sua proposta ao procedimento e, possivelmente, ser selecionado e contratualizar-se		

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
					a venda. Para além disso, no caso em que estes consumidores venham a comercializar estes produtos, inclusivamente em forma de, por exemplo, rolhas ou mobília, a certificação da madeira de várias propriedades da empresa (e que se pretende expandir às restantes), assegura ao utilizador final da madeira que o produto tem qualidade e é produzido de forma sustentável.		
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Saúde e Segurança	R+	Os produtos comercializados pela FlorestGal são madeira e outros derivados das espécies exploradas (cortiça e pinha, por exemplo). Assim, tendencialmente, os clientes da FlorestGal são empresas que, ao comprar a madeira, se responsabilizam também pelo processo de exploração. Uma vez que a seleção do comprador é realizada por via de procedimentos concursais abertos ao mercado, é assegurada a informação necessária a uma transação transparente, justa e segura, sendo sempre colocado à disposição um período para a colocação de questões e para visita às propriedades em causa, de forma a assegurar que o consumidor tem a informação total antes de apresentar a sua proposta ao procedimento e, possivelmente, ser selecionado e contratualizar-se a venda. Para além disso, um dos requerimentos contratualizados e comunicados previamente no lançamento do procedimento, é a exigência de seguros de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho de todos os trabalhadores afetos à prestação de serviços e seguro de viaturas, equipamentos e máquinas utilizadas durante a vigência do contrato. Os produtos em si, uma vez que se opta por vias biológicas na manutenção do povoamento (como no controlo de pragas), são também seguros para os consumidores finais.		
		Inclusão Social dos consumidores e/ou utilizadores finais	Práticas comerciais responsáveis	R+	Os produtos comercializados pela FlorestGal são madeira e outros derivados das espécies exploradas (cortiça e pinha, por exemplo). A seleção do comprador é realizada por via de procedimentos concursais abertos ao mercado, a que qualquer indivíduo ou empresa pode submeter uma proposta, sendo assegurada uma transação informada, transparente e justa, sendo sempre colocado à disposição um período para a colocação de questões e para visita às propriedades em causa, de forma a assegurar que o consumidor tem a informação total antes de apresentar a sua proposta ao procedimento e, possivelmente, ser selecionado e contratualizar-se a venda. Para além disso, no caso em que estes consumidores venham a comercializar estes produtos, inclusivamente em forma de, por exemplo, rolhas ou mobília, a certificação da madeira de várias propriedades da empresa (e que se pretende expandir às restantes), assegura ao utilizador final da madeira que o produto tem qualidade e é produzido de forma sustentável.		
Governança	Cultura empresarial	Cultura empresarial	Cultura empresarial	R+	Sendo uma empresa pequena, na FlorestGal existe fácil articulação entre elementos, a nível profissional e interpessoal. Esta realidade permite a partilha de conhecimento e oportunidades para a empresa		<ul style="list-style-type: none"> • Maiores níveis de produtividade. • Expansão da área de atuação da empresa.

ESG	Tema	Subtema	Subsubtema	Classificação de Impactos (R+;R-;P+;P-)	Impactos	Riscos	Oportunidades
					que promove a expansão das áreas que a sua atividade abrange e o aumento da sua produtividade, eficiência e sustentabilidade.		
	Bem-Estar dos animais	Bem-Estar dos animais	Bem-Estar dos animais	Não Aplicável	A floresta de conservação, as áreas integradas em zonas protegidas, e, em menor medida, a floresta de produção, proporcionam aos animais espaços de vida (fornecem recursos tais como alimento, água, abrigo). Assim, a FlorestGal procura assegurar o bem-estar animal ao promover uma gestão sustentável do coberto vegetal e do solo dos seus habitats naturais, assim como a consequente purificação do ar e da água, a diminuição do risco de incêndio nestes locais e a redução da vulnerabilidade das propriedades a fenómenos associados às alterações climáticas (cheias e seca, por exemplo). Por sua vez, animais que se encontrem nas propriedades da empresa por questões de arrendamentos de silvopastorícia beneficiam também destas consequências positivas de uma gestão florestal sustentável.		
	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento	Gestão das relações com fornecedores	Gestão das relações com fornecedores	R+	Os pagamentos aos fornecedores da FlorestGal são realizados dentro dos prazos estabelecidos por ambas as partes. Existe ainda facilidade no contacto dos fornecedores, verificando-se também a mesma acessibilidade no sentido inverso, que permite a regularização de qualquer ocorrência que suscite questões por qualquer uma das partes.		